



**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM
GESTÃO PÚBLICA- EAD**

PORANGATU – GOIÁS
2023

“Educação é aquilo que fica depois que você esquece o que a escola ensinou.” (Albert Einstein)

COMISSÃO ELABORADORA

Prof. Dr. Lizandro Poletto - Presidente do NDE

Profa. Ma. Brandina de Fátima Mendonça Castro Andrade – Membro do NDE

Prof. Dr. Clodoaldo Valverde – Membro do NDE

Profa. Ma. Maria Raimunda Pinto Cardozo - Membro do NDE

Profa. Dra. Roseli Vieira Pires – Membro NDE

I CONTEXTUALIZAÇÃO DA INSTUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR (IES)	7
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA IES	8
1.2 O MUNICÍPIO DE PORANGATU	9
a) População	10
b) Matrículas do Ensino Básico em Porangatu	13
c) Dados Geográficos de Porangatu	14
1.3 PERFIL INSTITUCIONAL.....	14
1.3.1 Missão.....	14
1.3.2 Valores	15
1.3.3 Opções estratégicas.....	15
1.3.4 Diretrizes	15
1.4 BREVE HISTÓRICO DA FIP	16
1.5 OBJETIVOS DA INSTITUIÇÃO.....	17
1.5.1 Objetivo Geral	17
1.5.2 Objetivos Específicos	18
1.6 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....	19
1.6.1 Metodologia, Dimensões e Instrumentos a Serem Utilizados no Processo de Avaliação	21
1.6.2 Participação	23
1.6.3 Formas de Utilização dos Resultados das Avaliações.....	23
1.7 ADMINISTRAÇÃO DA IES.....	24
1.7.1 Condições de Gestão.....	24
1.8 CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO	25
a) Nome do Curso	25
b) Nome da Mantida	25
c) Endereço de Funcionamento do Curso.....	25
d) Justificativa para a criação/existência do curso, com dados socioeconômicos e socioambientais da região.....	26
1.9 JUSTIFICATIVA DO CURSO	31
II. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA.....	34
2.1 CONTEXTO ECONÔMICO E SOCIAL.....	34
2.1.1 Caracterização regional da Área de Inserção da Instituição	34
2.1.2 Demanda pelo Curso.....	34
2.2 MISSÃO DO CURSO	35
2.3 PERFIL DO CURSO.....	35
2.4 OBJETIVOS DO CURSO	37
2.4.1 Objetivo Geral	37
2.4.2 Objetivos específicos:.....	37
2.5 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO	38
2.5.1 Articulação do PPC com o PDI.....	38
2.5.2 Políticas de Ensino.....	43
2.5.4. Aspectos inovadores da integração ensino e extensão	52
2.5.5 Implementação das políticas institucionais constantes no PDI	54
2.5.6 Políticas Raciais	55
2.5.7 Educação Ambiental e Direitos Humanos.....	55
2.6 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO, COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	57
2.6.1 Perfil do Egresso	57
2.6.2 Habilidades e Competências	57
2.6.3 Áreas de Atuação Profissional.....	58
2.6.5 Política de Acompanhamento do Egresso	60
2.7 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM.....	60
2.7.1 Descrição do Sistema de Avaliação em EaD.....	63
a) Atividades de Avaliação Presencial.....	64
b) Atividades Interativas/Online	65

c) Acompanhamento das Atividades Avaliativas Online	66
d) Aprovação na Disciplina e no Módulo	67
2.8 FORMA DE ACESSO AO CURSO	67
2.9 POLÍTICA PARA A MODALIDADE DE EAD	68
2.10 METODOLOGIAS E TECNOLOGIAS ADOTADAS E SUA CORRELAÇÃO COM OS PROJETOS PEDAGÓGICOS DOS CURSOS EAD	71
2.10.1 Educação a Distância (EAD) nos Cursos	72
2.11 ESTRUTURA CURRICULAR	73
2.12 COERÊNCIA DO CURRÍCULO COM OS OBJETIVOS DO CURSO.....	108
2.12.1 Estratégias de flexibilização curricular	109
2.13 CERTIFICAÇÕES INTERMEDIÁRIAS	109
2.14 METODOLOGIA.....	111
2.14.1 Metodologia de ensino.....	113
2.14.2 Adequação da metodologia de ensino à concepção	117
2.14.3 Interdisciplinaridade.....	118
2.14.4 Transversalidade	120
2.15 ATIVIDADES COMPLEMENTARES	121
2.15.1 Cumprimento das Atividades Complementares	122
a) REGULAMENTO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES OBRIGATÓRIAS NO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA - EAD	123
2.16 AÇÕES DECORRENTES DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO CURSO	125
2.16.1 Avaliações Externas	125
2.16.2 Autoavaliação	125
2.16.3 Avaliação do Curso	127
2.16.4 Avaliação do Planejamento e Execução do Trabalho Docente	128
2.17 TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – TICs NO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM	132
2.19 AVA – AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM	135
2.20 PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO- APRENDIZAGEM.....	137
2.21 NÚMERO DE VAGAS	138
III. CORPO DOCENTE.....	139
3.1 ATUAÇÃO DO NÚCLEO DOCENTES ESTRUTURANTE - NDE	140
a) REGULAMENTO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE)	141
3.2 EQUIPE MULTIDISCIPLINAR.....	145
3.3 ATUAÇÃO DO COORDENADOR	147
3.4 ARTICULAÇÃO DA GESTÃO DO CURSO COM A GESTÃO INSTITUCIONAL	150
3.5 FUNCIONAMENTO DO COLEGIADO DE CURSO	151
a) REGULAMENTO DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS DOS CURSOS	154
IV. CORPO DISCENTE	159
4.1 APOIO AO DISCENTE	159
4.2 OUVIDORIA	161
4.3 ASSESSORIA PEDAGÓGICA	161
4.4 ATENDIMENTO PSICOPEDAGÓGICOS.....	163
4.5 NÚCLEO PSICOPEDAGÓGICO DE APOIO AO DISCENTE e DOCENTE – NUPADD.....	164
4.6 NIVELAMENTO.....	165
4.7 MONITORIA.....	166
4.8 FUNDO DE FINANCIAMENTO AO ESTUDANTE DO ENSINO SUPERIOR FIES..	166
4.9 PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS Prouni	167
V. INFRAESTRUTURA FÍSICA E RECURSOS DE APOIO PARA O CURSO.....	169
5.1 GABINETE DE TRABALHO PARA PROFESSORES DE TEMPO INTEGRAL E PARCIAL.....	169
5.2 ESPAÇO DE TRABALHO PARA COORDENAÇÃO E SERVIÇOS ACADÊMICOS	169
5.3 SALA DOS PROFESSORES	169

5.4 SALAS DE AULA	170
5.5 LABORATÓRIOS DIDÁTICOS ESPECIALIZADOS: QUANTIDADE	170
5.5.1 Laboratórios Didáticos Especializados: Qualidade	171
5.5.2 Laboratórios Didáticos Especializados: Serviços	171
5.6 ACESSO DOS ALUNOS AOS EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E RECURSOS AUDIOVISUAIS E MULTIMÍDIAS.....	173
5.7 ESPAÇO FÍSICO.....	174
5.8 CONDIÇÕES DE ACESSO PARA PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS	175
5.9 BIBLIOTECA	178
5.9.1 Acervo virtual	179
5.9.2 Serviços	179
5.9.3 Pessoal técnico-administrativo	180
5.9.4 Política de aquisição, expansão e atualização.....	180
5.9.5 Implementação das Políticas Institucionais de Atualização do Acervo no Âmbito do Curso	182
5.9.6 Bibliografia Básica	182
5.9.7 Bibliografia Complementar	182
5.9.8 Periódicos Especializados	183
VI REQUISITOS LEGAIS E NORMATIVOS.....	184
6.1 DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS DO CURSO.....	184
6.2 COMPONENTES CURRICULARES	184
6.3 DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E PARA O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA, AFRICANA E INDÍGENA.....	184
6.4 DIRETRIZES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS.....	184
6.5 ESTUDOS REFERENTES À TEMÁTICA DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS	185
6.6 PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA PESSOA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA.....	185
6.7 TITULAÇÃO DO CORPO DOCENTE.....	185
6.8 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE).....	185
6.9 TEMPO DE INTEGRALIZAÇÃO.....	185
6.10 CONDIÇÕES DE ACESSO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E/OU MOBILIDADE REDUZIDA	186
6.11 DISCIPLINA DE LIBRAS (DEC. Nº 5.626/2005).....	186
6.12 INFORMAÇÕES ACADÊMICAS (PORTARIA NORMATIVA Nº 40 DE 12/12/2007, ALTERADA PELA PORTARIA NORMATIVA MEC Nº 23 DE 01/12/2010, PUBLICADA EM 29/12/2010).....	186
6.13 POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (LEI Nº 9.795 DE 27 DE ABRIL DE 1999 E DECRETO Nº 4.281 DE 25 DE JUNHO DE 2002).....	186

I CONTEXTUALIZAÇÃO DA INSTUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR (IES)

Mantenedora: **INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DO NORTE GOIANO LTDA - ME**

CNPJ: **28.492.687/0001-49**

Registro na Junta Comercial: **52 20461391-7**

Endereço: **RUA 15 N. 27 QUADRA34 LOTE 34 ANDAR 01- CENTRO**

CEP: **76.550-000** – Município: **PORANGATU** – Estado: **GO**

Fone: (62) 3362-1465

E-mail: mzulkieliche@yahoo.com.br

Dirigente: **MAZULKIELICHE JERONIMO DOS REIS**

1.2 Mantida: **FACULDADE IMPACTO DE PORANGATU- FIP**

Endereço: **RUA 15 N. 27 QUADRA34 LOTE 34 ANDAR 01- CENTRO**

CEP: **76.550-000** – Município: **PORANGATU** – Estado: **GO**

Fone: (62) 3362-1465

E-mail: faculdadeimpactoporangatu@gmail.com

Dirigente: **MAZULKIELICHE JERONIMO DOS REIS**

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA IES

A Faculdade Impacto de Porangatu - FIP é uma instituição particular, situada à Rua 15 N. 27, Qd 34 Lt 34 – CEP: 76.550-000 Porangatu – Estado: GO. A IES é mantida pelo Instituto de Educação do Norte Goiano LTDA – ME (CNPJ: 28.492.687/0001-49), pessoa jurídica de direito privado, com fins lucrativos, com sede e foro na cidade de Porangatu e está registrada na Junta Comercial do Estado de Goiás, sob nº 52 20461391-7.

A FIP tem como missão *“Oportunizar a construção do conhecimento mediante métodos e tecnologias atualizadas, tendo, como resultado final, cidadãos empreendedores, autônomos, inovadores, críticos e capazes de planejar, organizar, liderar e participar ativamente da sociedade atual e futura, alcançando sucesso acadêmico, profissional e pessoal”*.

Porangatu é um município brasileiro do interior do estado de Goiás, Região Centro-Oeste do país. Sua população estimada em 2017 era de 45.315 habitantes (IBGE). É considerado o principal município do Norte de Goiás. O município é cortado pela Rodovia Belém-Brasília (BR-153), um dos mais importantes corredores rodoviário brasileiro, por onde escoa grande parte da produção agrícola e industrial brasileira.

Porangatu está em sua própria microrregião, (Microrregião de Porangatu), com 45.315 habitantes em uma área de 35.287 km²; está a 426 km da capital, Goiânia. Esta microrregião (com área total de 35.171,853 km²) serve como um núcleo para dezoito municípios no norte do Estado de Goiás sendo eles: Alto Horizonte, Amaralina, Bonópolis, Campinaçu, Campinorte, Campos Verdes, Estrela do Norte, Formoso, Mara Rosa, Minaçu, Montividiu do Norte, Mutunópolis, Niquelândia, Nova Iguaçu de Goiás, Santa Tereza de Goiás, Santa Terezinha de Goiás, Trombas e Uruaçu com um total de 241.009 habitantes em 2016 segundo Ministério da Saúde. O município se situa a oeste da principal rodovia do estado, que é a BR-153, que liga Belém a Brasília e o sul do estado com o estado do Tocantins.

Em 2015, o salário médio mensal era de 1.8 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 14.6%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 146 de 246 e 107 de 246, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na

posição 3020 de 5570 e 2237 de 5570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 35.3% da população nessas condições, o que o colocava na posição 118 de 246 dentre as cidades do estado e na posição 3505 de 5570 dentre as cidades do Brasil.

O imóvel onde funcionará a IES é alugado.

Os cursos relacionados ao Credenciamento da IES para o primeiro ano de funcionamento são de cursos de Bacharelado em Administração (100 vagas), Ciências Contábeis (100 vagas), Engenharia Civil (100 vagas) e para o segundo ano de funcionamento são de Medicina Veterinária (100 vagas), Psicologia (100 vagas), Biomedicina (100 vagas), Enfermagem (100 vagas) e de Agronomia (100 vagas) conforme PDI 2019-2023. Em 2022 a IES solicitou a abertura dos outros cursos relacionados ao PDI, tanto para a educação presencial (Farmácia, Fisioterapia), como para educação à distância (Segurança do Trabalho, Gestão da Tecnologia da Informação, Agronegócios, Educação Física bacharelado e licenciatura, Biologia licenciatura, Estética e Cosmética).

Os cursos de Bacharelado em Administração, Ciências contábeis e Engenharia Civil já receberam comissão de avaliação para reconhecimento pelo MEC.

1.2 O MUNICÍPIO DE PORANGATU

Breve histórico

Porangatu é um município brasileiro do interior do estado de Goiás, Região Centro-Oeste do país. Sua população estimada em 2017 era de 45.315 habitantes (IBGE). É considerado o principal município do Norte de Goiás. O município é cortado pela Rodovia Belém-Brasília (BR-153), um dos mais importantes corredores rodoviário brasileiro, por onde escoam grande parte da produção agrícola e industrial brasileira.

Antigamente a região que hoje é chamada de Porangatu era habitada pelos índios Canoeiros. O município começou a ser formado entre 1750 e 1770, época em que o ouro encontrava-se no seu apogeu, por padres que chegaram ao local a fim de colonizar os índios.

Os padres se instalaram a Fazenda Pitombeira de posse do bandeirante João Leite que chegou à região em busca de ouro. A partir de tais pessoas, foi fundada a Igreja Nossa Senhora da Piedade.

Outro fator importante na formação do município foi a Guerra do Paraguai de 1865 a 1870 que influenciou na formação de povoados, vilas e arraiais formados por homens convocados a ir à guerra e que fugiram com sua família. Assim surgiu o Povoado de Descoberto da Piedade.

Em 1911, o povoado foi elevado à Distrito pertencente a Pilar de Goiás e em 1933 passou a pertencer a Uruaçu. Em 31 de dezembro de 1943 o distrito passou a se chamar Porangatu (que em tupi significa Paisagem Bela) e em 1948 foi elevado à município. Em 14 de novembro de 1952, o município foi emancipado e elevado a Comarca.

O advento da rodovia BR-153 (Belém - Brasília), em 1958, aumentou a influência do município na região.

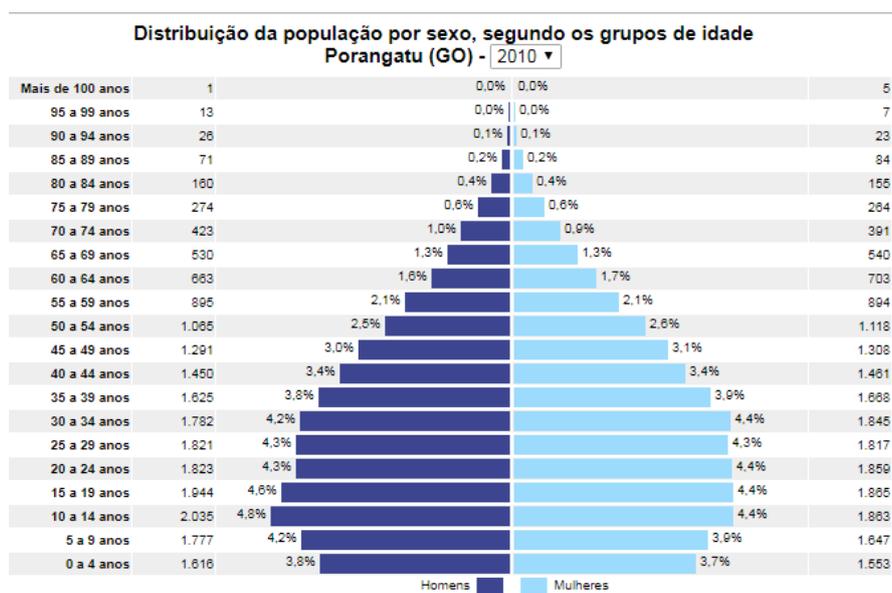
a) População

Porangatu está em sua própria microrregião, (Microrregião de Porangatu), com a população da cidade que chegou a 44.317 pessoas no Censo de 2022, o que representa um aumento de 4,63% em comparação com o Censo de 2010, em uma área de 35.287 km²; está a 426 km da capital, Goiânia. Esta microrregião (com área total de 35.171,853 km²) serve como um núcleo para 19 municípios no norte do Estado de Goiás sendo eles: Alto Horizonte, Amaralina, Bonópolis, Campinaçu, Campinorte, Campos Verdes, Estrela do Norte, Formoso, Mara Rosa, Minaçu, Montividiu do Norte, Mutunópolis, Niquelândia, Nova Iguaçu de Goiás, Porangatu, Santa Tereza de Goiás, Santa Terezinha de Goiás, Trombas e Uruaçu, com um total de 238.783 habitantes em 2021. O município se situa a oeste da principal rodovia do estado, que é a BR-153, que liga Belém a Brasília e o sul do estado com o estado do Tocantins. No ranking de população dos municípios, Porangatu está na 28^a colocação no estado, na 55^a colocação na região Centro-Oeste e na 743^a colocação no Brasil.

Em 2021, o salário médio mensal era de 1.8 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 16.0%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 173 de 246 e 97 de 246,

respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 3792 de 5570 e 2036 de 5570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 35.3% da população nessas condições, o que o colocava na posição 118 de 246 dentre as cidades do estado e na posição 3505 de 5570 dentre as cidades do Brasil.

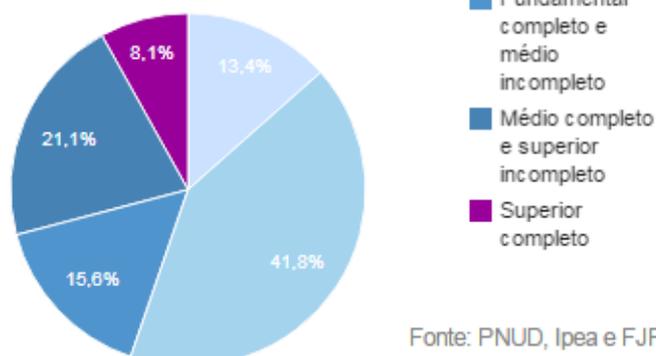
A população porangatuense apresenta na faixa etária entre 19 e 34 anos a sua maior população, conforme ilustra a pirâmide etária abaixo:



Fonte¹: CENSO2010.IBGE.

Nessa perspectiva, é nessa idade em que grande parte dos jovens concluem o Ensino Fundamental e ingressam no Ensino Superior, logo, esse é o público predominante atendido pelas faculdades e universidades públicas e particulares. Conforme estudo ilustrado pelo PNUD, em Porangatu, só 8,1% da população com essa faixa etária concluiu o ensino superior.

Escolaridade da população de 25 anos ou mais - 2010



Ainda segundo o PNUD, o índice de IDH – Índice de Desenvolvimento Humano de um município, estado ou país, é medido pela sua potencialidade nos âmbitos da Longevidade, que está relacionado às políticas públicas de saúde, à Educação, e à Distribuição de Renda que relaciona-se à ocupação da população. Assim, aumentar os índices educacionais no município, representa uma melhora na qualidade de vida da população. Uma população com formação profissional está mais apta ao mercado de trabalho, portanto, terá melhores salários, estará mais informada e formada para as necessidades básicas de saúde, bem como apresentará uma maior bagagem cultural.

Em Porangatu, o IDH-M calculado em 2010 é considerado alto, 0,727 e tem um alto PNUD/2010. Comparado com os 246 municípios do estado de Goiás Porangatu ocupa o 37º lugar. De acordo com o IBGE (2023).

Para a manutenção e elevação desse índice, a educação torna-se uma importante aliada.

De acordo com o IBGE (2023), em 2020, tinha um PIB per capita de R\$ 22.280,54. Na comparação com os demais municípios do estado, sua posição era de 40º de 246.

Já na comparação com cidades do Brasil, sua colocação era de 897º de 5570.

b) Matrículas do Ensino Básico em Porangatu

A Faculdade Impacto de Porangatu - FIP integra-se as demais Instituições existentes no Estado de Goiás e sua ação acadêmica está direcionada para a realidade social, de modo a provocar a implementação de propostas político-pedagógica que se efetivam nas práticas construtoras de novas relações, pautadas no exercício de direitos e, em última análise, nas condições de desenvolvimento da cidadania.

No contexto educacional da região em que se insere a Faculdade Impacto de Porangatu - FIP que atende às necessidades sociais caracterizadas nos três níveis de ensino, são fatores de destaque:

- A demanda para os cursos e habilitações em nível de formação superior, absorvido pela Instituição;
- Existe um número expressivo de clientela escolar atendida em escolas de educação básica, abrangendo educação infantil, ensino fundamental e ensino médio; educação de jovens e adultos, estimulada por meio de oportunidades educacionais apropriadas, tais como: acesso gratuito ao Centro de Estudos Supletivos do Estado de Goiás, ou participação em exames promovidos pelo poder público estadual; a educação profissional, oferecida em escolas públicas e particulares aos alunos matriculados ou egressos do ensino fundamental e médio; o atendimento de alunos portadores de necessidades especiais por intermédio de escolas e centros de educação especial.

As expressões artísticas em sua maioria vêm presas à história do povoamento regional, buscando evidenciar os mais diferentes grupamentos étnicos que formam sua população.

No estado em 2023, segundo dados do Educa censo/INEP, funcionavam **4.638** escolas distribuídas conforme quadro abaixo.

Total de Escolas do Estado	
Dependência Administrativa	Nº de Escolas
Goiás Estadual	960
Federal	27
Municipal	2.513
Privada	1.138
Total	4.638

Ainda segundo dados do Educa censo/INEP, 2023 em Porangatu, funcionavam 33 escolas, distribuídas conforme quadro abaixo.

Total de Escolas de Porangatu		
	Dependência Administrativa	Nº de Escolas
Porangatu	Estadual	7
	Federal	0
	Municipal	19
	Privada	7
	Total	33

Fonte: <https://inepdata.inep.gov.br/analytics/saw.dll?Dashboard>

Em Porangatu, somente no ensino médio em 2021, chegou a 1.706 o número de alunos matriculados².

Aliada aos anseios do Estado de Goiás, a Faculdade Impacto de Porangatu - FIP se insere no contexto educacional a fim de formar profissionais aptos a contribuir para o desenvolvimento regional e nacional do município de Porangatu e do estado de Goiás. A formação de profissionais de nível superior contribui para o incremento não só econômico, pois fornecerá mão-de-obra qualificada que fará com que a circulação de renda se accentue, mas também pelo caráter social que propicia ao município, aumentando índices de IDH, bem como propiciando acesso à cultura e educação na busca pela melhora da qualidade de vida da população porangatuense e goiana.

c) Dados Geográficos de Porangatu

Porangatu está localizada ao norte do Estado de Goiás e ocupa uma área de aproximadamente 4.820,5 km², possui uma geografia contínua, com poucos morros e baixadas, trata-se de uma área aplainada caracterizada por ser uma região do Planalto Central do Brasil.

1.3 PERFIL INSTITUCIONAL

1.3.1 Missão

“Oportunizar a construção do conhecimento mediante métodos e tecnologias atualizadas, tendo, como resultado final, cidadãos empreendedores, autônomos, inovadores, críticos e capazes de planejar, organizar, liderar e participar ativamente

¹Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/porangatu/pesquisa/13/5908>

da sociedade atual e futura, alcançando sucesso acadêmico, profissional e pessoal”.

1.3.2 Valores

Os valores da Faculdade Impacto de Porangatu (FIP) foram estabelecidos a partir da premissa de que, em suas bases de gestão administrativa e acadêmica, a valorização da pessoa humana é primordial, reconhecendo-a e respeitando-a em seu processo de aprendizado na busca pelo conhecimento. Para tanto, defende uma **formação humanística**, pautada na instrumentalização do saber para ampliar suas perspectivas no exercício de suas funções.

Entende também que a **ética profissional** resgata, como princípios norteadores, atitudes e comportamentos delineados a partir de decisões coerentes, estabelecidas em forma de regras de boa conduta.

Outra questão igualmente importante é a **responsabilidade social**. A Faculdade entende que suas ações devem alcançar à comunidade, por meio de comportamentos solidários e fraternos na busca por uma sociedade menos desigual.

Mais adiante, para formar sua base de sustentação em relação aos valores, definiu ainda, o **respeito à diversidade**, como princípio aglutinador na busca pela tolerância em relação ao processo de crescimento e pela busca do conhecimento sem fronteiras, independentemente de sua estrutura social e cultural.

Por fim, definiu pela **transparência** em todas as suas ações, sendo essa uma vertente a ser incorporada a partir dos demais valores.

1.3.3 Opções estratégicas

- Crescimento;
- Gestão e organização de processos;
- Gestão de pessoas;
- Excelência acadêmica;
- Excelência no atendimento a toda comunidade.

1.3.4 Diretrizes

- Que sejam desenvolvidas ações e políticas com a finalidade de captar e fidelizar alunos;

- Que os processos internos sejam padronizados, organizados, gerenciados e aprimorados;
- Que os colaboradores sejam treinados, orientados, acompanhados e supervisionados para que tenham condições de identificar as melhorias necessárias e incentivados para o aprimoramento do seu desempenho profissional e dos processos acadêmicos e administrativos;
- Que o planejamento institucional e os procedimentos acadêmicos promovam a excelência acadêmica por meio de metodologias eficazes e inovadoras, voltadas para aprendizagem ativa e significativa;
- Que o atendimento seja eficiente e eficaz no sentido de deliberar de forma adequada, rápida e coerente em todas as situações.

1.4 BREVE HISTÓRICO DA FIP

A Mantenedora (Instituto de Educação do Norte Goiano LTDA - ME) da Faculdade Impacto de Porangatu (FIP), com de mais de 5 anos trabalhando com ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos (EJA) Ensino Profissionalizante e pré-vestibular, nasceu de uma ação desafiadora direcionada para a ressignificação do modelo educacional através de um processo humanizado e com os conhecimentos das grandes carências sociais e de ensino de Porangatu e da região. Nesse sentido, observaram o grande vácuo que existe no ensino, principalmente no que tange a área tecnológica do Estado de Goiás, contando com uma estrutura sólida, principalmente pela proposta séria no tocante ao ensino e extensão. Aberta à participação da população, visando à difusão de conquistas e benefícios da criação cultural e tecnológica, tem como missão a atividade educacional formativa, desenvolvendo e preparando profissionais e cidadãos livres e conscientes, que busquem projetos de vida, participativos, responsáveis, críticos e criativos, construindo e ampliando o conhecimento para o aprimoramento contínuo da sociedade em que vivem.

Colocando-se em prática a diretriz de que a expansão do ensino superior brasileiro deve ser feita dentro dos padrões de qualidade que assegurem o seu aprimoramento, fez-se necessário estabelecer critérios bem definidos para a instalação da Faculdade Impacto de Porangatu (FIP). Deste modo está se propondo a servir à comunidade gerando conhecimento e recursos importantes

para o desenvolvimento científico, econômico, profissional, social e cultural, mas não exclusivamente da região em que se localiza, mas, com uma proposta contemporânea, levar ao Centro-Oeste uma entidade preocupada com a qualidade de ensino e com a extensão.

Assim, a FIP se coloca no compromisso de desenvolver um processo de produção de conhecimento, pautado em princípios éticos, condição essencial que oriente para a formação de seres humanos completos e capazes de contribuir para a promoção de uma sociedade mais justa e equânime na perspectiva da integralidade da assistência, com senso de responsabilidade social e compromisso com a cidadania.

1.5 OBJETIVOS DA INSTITUIÇÃO

1.5.1 Objetivo Geral

A Faculdade Impacto de Porangatu (FIP) é um estabelecimento particular de ensino superior, que busca “Oportunizar a construção do conhecimento mediante métodos e tecnologias atualizadas, tendo, como resultado final, cidadãos empreendedores, autônomos, inovadores, críticos e capazes de planejar, organizar, liderar e participar ativamente da sociedade atual e futura, alcançando sucesso acadêmico, profissional e pessoal”. Para alcançar este objetivo, a FIP promoverá uma educação superior que historicamente atende a uma população que dispõe, em sua maioria, somente do período noturno para frequentar um curso superior. A Educação a distância ampliou a oferta de ensino superior, em seu planejamento a FIP solicitará o credenciamento e a autorização de cursos em EaD. Por outro lado, a qualificação profissional que a FIP proporcionará, contribuirá com a melhoria dos índices de desenvolvimento sociais de Porangatu e região.

A área de atuação da FIP está sendo expandida através do tempo. Inicialmente, a formação de profissionais nas áreas de Ciências Humanas (curso de Administração e Ciências Contábeis) e Ciências Exatas (Engenharia Civil) na modalidade presencial e os cursos Superiores de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos, Gestão Hospitalar, Gestão Pública e Gestão de Segurança Privada e o curso de Licenciatura de Pedagogia na modalidade à distância, foram os seus principais objetivos. No entanto, a exigência de novos profissionais para o

mercado de trabalho local e regional certamente motivará a abertura novos cursos voltados para outras áreas.

A FIP busca oferecer a seus alunos uma formação sólida, articulada com as novas tecnologias de aprendizagem e com o mercado de trabalho. Estas ações certamente permitirão aos futuros egressos uma melhoria na interação com a sociedade com responsabilidade social, além permitir uma melhoria na condição econômica, individual e familiar.

As diretrizes que norteiam o Projeto Institucional da FIP estabelecem como compromisso a busca de um padrão de excelência no ensino da Graduação e da Tecnologia, associando a eficiência e a eficácia exigidas pelo mercado aos princípios éticos que regem a atuação do profissional a ser formado. A decorrência dessa concepção geral é a de procurar formar um profissional que contribua para a melhoria da qualidade de vida em nossa sociedade.

Nessa perspectiva, os conteúdos curriculares, as competências e as habilidades a serem assimilados e adquiridos na IES devem conferir-lhe terminalidade e capacidade acadêmica e/ou profissional, considerando as demandas e as necessidades prevalentes e prioritárias da região e do país.

Esse conjunto de competências deve promover no aluno a capacidade de desenvolvimento intelectual e profissional autônomo e permanente.

1.5.2 Objetivos Específicos

- I. Democratizar o acesso e permanência na Educação Superior à população da região.
- II. Desenvolver profissionais e especialistas nas diversas áreas de formação da FIP, aptos à inserção no mercado de trabalho e a participar no desenvolvimento da sociedade.
- III. Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo, segundo a ética e os princípios democráticos que devem reger a vida em sociedade.
- IV. Incentivar o desenvolvimento de estudos e pesquisas, comprometidos com a melhoria da qualidade de vida das pessoas e do meio ambiente.
- V. Estender as ações educacionais e a pesquisa aplicada à comunidade por meio de programas e serviços especiais.
- VI. Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e tecnológicos, difundindo o saber por meio de ações educacionais, publicações e outras formas de comunicação.
- VII. Estimular o espírito empreendedor dos profissionais e promover sua autonomia intelectual para a aprendizagem permanente.
- VIII. Promover o intercâmbio educacional no âmbito científico e tecnológico entre

- instituições congêneres, nacionais e estrangeiras.
- IX. Propiciar meios de valorização do pessoal docente, técnico e administrativo, por meio de programas de educação continuada e políticas de incentivos.

1.6 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Gestores de instituições de ensino, sejam elas públicas ou privadas, sabem que as Instituições de Ensino Superior (IES) são organizações extremamente complexas e difíceis de administrar, dada a sua natureza peculiar.

Nesse contexto, a Avaliação Institucional apresenta-se como uma ferramenta indispensável para a gestão institucional, visto que, instituições de ensino se diferenciam dos demais tipos de organização pela sutileza dos processos envolvidos em sua atividade-fim. Enquanto sua porção administrativa se assemelha à de qualquer empresa prestadora de serviços, a parte pedagógica lida de modo mais direto com as incertezas das dimensões lógicas do conhecimento e do pensamento humano. Esse aspecto peculiar das escolas, colégios, faculdades e universidades faz com que a monitoração e controle exijam procedimentos específicos, adequados às suas características específicas. É nesse sentido que a Avaliação Institucional se impõe como ferramenta fundamental para a gestão de sistemas educacionais.

A Faculdade Impacto de Porangatu - FIP considera que a Avaliação Institucional é uma forma de examinar a instituição de Ensino Superior, em termos de suas estruturas e relações internas e externas, buscando uma visão compreensiva e crítica sobre o conjunto articulado de dimensões que constituem a totalidade do seu sistema educacional de forma a atingir os seguintes objetivos:

- a) Contribuir para aperfeiçoamento contínuo de sua atividade-fim;
- b) Servir como ferramenta para o planejamento da gestão empresarial e educacional;
- c) Permitir a construção de um processo sistemático para prestação de contas;
- d) Buscar a excelência do nível de serviço educacional como diferencial competitivo;
- e) Viabilizar o processo de desenvolvimento institucional.

Ou seja, a Avaliação Institucional é componente fundamental para a diferenciação entre o gerenciamento inteligente e o gerenciamento irracional, fornecendo subsídios para a justificativa de investimentos passados e futuros, agregando valor à Instituição através do fortalecimento da gestão do sistema educacional e empresarial dada as melhorias que traz ao processo de planejamento e tomada de decisões pela obtenção dos seguintes benefícios:

- I A monitoração de todos os processos, dimensões e tendências relevantes a Instituição;
- II A obtenção e uso de modelos que mostram como atuam os mecanismos condicionantes dos processos e tendências observados no sistema empresarial e educacional;
- III A identificação das necessidades estratégicas e orientações específicas acerca da melhor forma de supri-las.

Através do conhecimento produzido pela Avaliação Institucional e dos mecanismos de controle que são colocados à disposição dos gestores, serão produzidas as condições para que a instituição possa maximizar a sua qualidade e minimizar suas perdas e custos, ganhando tanto em eficiência quanto em eficácia.

A avaliação Institucional da Faculdade Impacto de Porangatu - FIP será um processo continuado e planejado para que os dados obtidos com a avaliação institucional realizada em um semestre possam refletir o passado e o presente da instituição, o que permitirá elaborar metas para o futuro.

A concepção técnica e filosófica da avaliação institucional a ser adotada na instituição tem como referência a legislação em vigor e o SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (SINAES), instituído pela lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Fundamenta-se na necessidade de promover a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional, da sua efetividade acadêmica e social e, especialmente, do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais.

1.6.1 Metodologia, Dimensões e Instrumentos a Serem Utilizados no Processo de Avaliação

O SINAES integra três modalidades principais de instrumentos de avaliação, aplicados em diferentes momentos:

1. Avaliação das Instituições de Educação Superior (AVALIES) – é o centro de referência e articulação do sistema de avaliação que se desenvolve em duas etapas principais:
 - a) Autoavaliação - coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA);
 - b) Avaliação externa – realizada por comissões designadas pelo INEP, segundo diretrizes estabelecidas pela CONAES.
2. Avaliação dos Cursos de Graduação (ACG) – avalia os cursos de graduação por meio de instrumentos e procedimentos que incluem visitas in loco de comissões externas. A periodicidade desta avaliação depende diretamente do processo de reconhecimento e renovação do reconhecimento a que os recursos estão sujeitos.

Princípios fundamentais do SINAES:

- a) Responsabilidade social com a qualidade de educação superior;
 - b) Reconhecimento da diversidade do sistema;
 - c) Respeito à identidade, à missão e à história das instituições;
 - d) Globalidade, isto é, compreensão de que a instituição deve ser avaliada a partir de um conjunto significativo de indicadores de qualidade vistos em sua relação orgânica e não de forma isolada;
 - e) Continuidade do processo avaliativo.
3. Avaliação do Desempenho dos Estudantes (ENADE) – aplica-se aos estudantes do final do primeiro e do último ano do curso, estando prevista a utilização de procedimentos amostrais. Anualmente o Ministro da Educação, com base em indicações da CONAES, definirá as áreas que participarão do ENADE.

No desenvolvimento de um processo avaliativo, cabe observar as seguintes etapas:

- a) Sensibilização de toda comunidade acadêmica;
- b) Definição da sistemática para a coleta de dados;
- c) Análise e definição dos dados.

Para o desenvolvimento do projeto de avaliação, é indispensável proceder ao diagnóstico da situação em estudo mediante:

- a) Dados cadastrais;
- b) Autoavaliação ou avaliação interna;
- c) Avaliação externa

A realização do diagnóstico da realidade educacional da Faculdade Impacto de Porangatu inclui as áreas:

Pedagógica

Corpo docente

- Qualificação profissional;
- Experiência docente na Instituição e fora dela;
- Experiência profissional fora da área acadêmica;

Corpo discente

- Desejos;
- Posturas;
- Futuro.

Biblioteca

- Acervo;
- Qualificação do pessoal;
- Condições de funcionamento;
- Sistema de organização;
- Grau de informatização;
- Qualidade dos serviços e adequação ambiental.

Organização didático-pedagógica

- Efetividade do funcionamento dos órgãos colegiados;
- Critérios de avaliação discente;
- Avaliação dos currículos dos cursos de graduação;
- Levantamento dos programas de extensão;
- Levantamento da produção científica dos professores e alunos;
- Análise dos resultados da avaliação externa.

Técnico-Administrativa

- Levantamento da qualificação dos funcionários e dirigentes;

- Autoavaliação dos dirigentes e avaliação dos mesmos pela comunidade acadêmica.

Física

- Análise das condições físicas dos prédios e sua adequação às necessidades específicas de cada curso;
- Análise dos equipamentos e da tecnologia de informação disponibilizada aos cursos à distância e sua adequação às necessidades específicas de cada curso.

1.6.2 Participação

A CPA possui regimento próprio e nele constam todas as formas de participação da comunidade acadêmica, técnica e administrativa e dos representantes da comunidade local, estando de acordo com os princípios estabelecidos pelo SINAES. Dessa forma a CPA – Comissão Própria de Avaliação será integrada por sete profissionais da FIP, sendo três representantes do corpo docente, um representante do corpo técnico-administrativo, dois representantes do corpo discente e um representante da comunidade.

Cabe aos integrantes da CPA propor diretrizes, objetivos e outras especificações necessárias à elaboração dos instrumentos de autoavaliação institucional, a condução dos processos de avaliação internos da Instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP através da CONAES – Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior, sendo a responsável pelo preenchimento de formulários e relatórios de avaliação a serem fornecidos aos SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior e, atuar de forma autônoma em relação a Conselhos e demais órgãos colegiados existentes na Instituição de Ensino Superior.

1.6.3 Formas de Utilização dos Resultados das Avaliações

Na etapa de consolidação do processo será elaborado um relatório final, envolvendo as ações realizadas, a análise das informações e o tratamento dado aos relatórios parciais, inclusive a preparação dos documentos para divulgação e elaboração do plano de adequação e implantação dos resultados.

Inserir-se, ainda, nessa etapa, a divulgação do relatório final do sistema de avaliação, bem como a elaboração de um balanço crítico que apresente a análise das estratégias adotadas pelo sistema, análise diagnóstica dos principais problemas e possíveis causas e dos aspectos positivos relevantes da Instituição, bem como planejamento das ações futuras. A consolidação do processo efetiva-se com o encaminhamento do relatório final do processo de avaliação para CONAES/INEP.

Com base no Relatório Final serão conhecidos os pontos fortes e os pontos fracos da FIP. Com isso, as medidas de ajustes serão feitas e apresentadas à comunidade como forma de manter e aumentar o padrão de qualidade que desejamos.

1.7 ADMINISTRAÇÃO DA IES

1.7.1 Condições de Gestão

A Faculdade Impacto de Porangatu - FIP tem definida sua organização acadêmico-administrativa e financeira em seu regimento geral, e possibilitam adequada interação entre a estrutura organizacional e a prática administrativa.

A Faculdade Impacto de Porangatu apresenta uma estrutura organizacional composta por:

- I. Conselho Superior – CONSUP
- II. Diretoria Geral;
- III. Diretoria Acadêmica;
- IV. Gerência Administrativa e Financeira
- V. Coordenadoria de Curso;
- VI. Colegiado do Curso;
- VII. Núcleo Docente Estruturante – NDE;

O Conselho Superior (CONSUP) é o órgão superior normativo e de deliberação da Faculdade e sua definição, composição e atribuições estão descritas nos Artigos 5º, 6º e 7º do Regimento Interno da Faculdade.

A Diretoria Geral é exercida pelo Diretor sendo o órgão executivo superior de gestão de todas as atividades da Faculdade e as suas organizações e funcionamentos são definidos em regulamento próprio, aprovados pelo CONSUP.

A Diretoria Acadêmica é exercida pelo Diretor(a) Acadêmico(a), sendo órgão executivo superior de gestão das atividades correlatas ao ensino, à pesquisa, à

extensão e à pós-graduação da Faculdade.

A Diretoria Acadêmica é composta pelas Coordenações de Curso, Coordenação de Pós-Graduação, Coordenação de Extensão e Coordenação de Estágios, tem por finalidade promover a avaliação institucional e pedagógica da Faculdade, avaliando e propondo a viabilidade de criação de novos cursos de graduação e pós-graduação. Desenvolve as ações necessárias à autorização e reconhecimento dos cursos, bem como criando projetos e planos com a finalidade de concretizar as prioridades, a missão e o referencial de qualidade definidos pela IES, propondo melhorias com base nos relatórios obtidos da análise e acompanhamento de cada curso.

Compete ao Diretor(a) Acadêmico(a) elaborar o planejamento anual de atividades para a implementação das ações e projetos que visem à melhoria do ensino, da gestão e da aprendizagem na Faculdade, estabelecendo normas para o funcionamento dos setores acadêmicos.

As Coordenações de Curso são concebidas para executar as atividades de coordenação, bem como para coordenar as atividades entre professores e alunos. Às Coordenações é entregue um papel muito importante que é a gestão didático-pedagógica do ensino.

Sendo assim, a base das funções de ensino e extensão da FIP se constituem dos docentes das disciplinas que a integram, sua administração se encontra sob a responsabilidade de um coordenador, escolhido pelo Diretor Geral e designado pelo Diretor(a) Acadêmico(a).

1.8 CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO

a) Nome do Curso

Curso Superior de Tecnologia – CST em Gestão Pública - EaD

b) Nome da Mantida

Faculdade Impacto de Porangatu – FIP

c) Endereço de Funcionamento do Curso

O Curso Superior de Tecnologia – CST em Gestão Pública da Faculdade Impacto de Porangatu – FIP será ofertado no Endereço: **RUA 15 N. 27 QUADRA34 LOTE 34 ANDAR 01- CENTRO CEP: 76.550-000** – Município: **PORANGATU** – Estado: **GO** Fone: (62) 3362-1465

d) Justificativa para a criação/existência do curso, com dados socioeconômicos e socioambientais da região.

Considerando a importância do papel do gestor no contexto sócio, político e econômico do País, enquanto um profissional comprometido com os interesses e os desafios que emanam da sociedade, e tendo como pressuposto básico a ideia de que, embora considerando as peculiaridades regionais e locais, a formação do administrador deve ter um caráter abrangente e eclético, a Faculdade Impacto de Porangatu - FIP reconhece como imperativo capacitar profissionais, nas áreas de gestão, com formação básica adequada, buscando dotá-los de uma visão crítica, com capacidade plena de avaliação e reavaliação de seu desempenho e de ajustamento, com competências, às novas exigências geradas pelo avanço científico e tecnológico e as exigências conjunturais em permanente evolução.

O compromisso, neste sentido, é buscar desenvolver um perfil de gestor, cuja formação garanta a internalização de ideias, valores e convicções fundamentadas na responsabilidade social, justiça e ética; uma formação humanística e geral, que assegure a compreensão de seu meio social, político, econômico e cultural; uma sólida formação teórica e técnica, voltada para uma atuação crítica e reflexiva acerca da área gestão pública; e, com capacidade de compreensão da necessidade de aperfeiçoamento profissional, interpessoal e institucional contínuo.

A formação deste novo perfil pressupõe, entretanto, um embasamento teórico que assegure o desenvolvimento de um conjunto de habilidades e domínio de conteúdos básicos, que de forma articulada possibilite: a compreensão e a interpretação da realidade das organizações públicas; a compreensão do processo de administração de forma integrada, sistêmica e estratégica, a utilização do raciocínio lógico, crítico e analítico; a capacidade de lidar com modelos de gestão inovadores; enfim, a capacidade de tomada de decisão em um mundo diversificado e interdependente, através da ordenação de atividades e programas e da seleção de formas e conteúdos adequados as ações previstas.

Contribuindo e fortalecendo a missão institucional da Faculdade Impacto de Porangatu – FIP, o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública foi criado e com ele este Projeto Pedagógico do Curso (PPC), necessário para direcionar as ações do Colegiado do curso. Ele constitui o documento norteador de suas atribuições acadêmicas, com especificidades e particularidades e descreve

objetivamente o funcionamento do curso, a partir de um conjunto integrado de estratégias didáticas de ação.

A articulação entre as atividades curriculares é imprescindível, visto que a construção do conhecimento passa invariavelmente pela integração de partes da organização universitária, tais como atividades de pesquisa, ações comunitárias, desenvolvimento de tecnologias, gestões participativas e exercício da democracia.

Embora desenvolvido em bases bem definidas, a natureza do PPC é flexível, pois está sujeito à dinâmica do ensinar e do aprender de acordo com os avanços permanentes na área educacional. Ademais, as mudanças globais demandam novos conhecimentos e novas capacitações, que determinam novas formas de atuação profissional no campo laboral das organizações públicas.

Neste contexto, a da Faculdade Impacto de Porangatu – FIP, convicta da sua contribuição para o desenvolvimento da cidade de Porangatu e região e o desenvolvimento regional do Estado, possibilita ocupar lugar de extrema relevância pela possibilidade que lhe é inerente de influir positivamente em todos os níveis de relacionamento humano: local e regional, por meio de uma formação que privilegie o entendimento de outros aspectos e atuações do tecnólogo em Gestão Pública, preocupando-se com o exercício da cidadania e voltado às inquietações sociais atuais e o comprometimento com o desenvolvimento local e regional. Entendendo ainda que o espaço reservado ao curso ora implantado, como consequência das afirmações feitas acima, é de grande importância, na medida em que pode ser responsável pela formação de agentes de mudança, elementos centrais no processo de desenvolvimento socioeconômico, capazes mesmo, de se configurarem como agentes catalisadores deste desenvolvimento.

Ciente de suas responsabilidades sociais a Faculdade Impacto de Porangatu - FIP, tem se orientado no oferecimento de Cursos de Graduação e Pós-Graduação compromissados com a demandas e necessidades sociais. Com esta proposta, foi inserido o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, na cidade de Porangatu, sendo fator preponderante o aumento da demanda por esse profissional da áreas de gestão pública, com habilidade e competências específicas.

Com isto propõe-se a formação do graduando de forma a possibilitar uma ordem de pensamento e ação, que lhe possibilite a busca de conhecimentos e de realidades sistematizadas, assimilando e reconstruindo o saber e a prática específicos desse campo do conhecimento. Assim, a aprendizagem será redefinida

não apenas como um domínio dos conhecimentos técnicos, mas também como uma apreensão do compromisso moral, voltado para as ações comunitárias, comprometidas com a melhoria da qualidade de vida dos diversos segmentos sociais, bem como pelos valores morais e éticos e, principalmente, pelos valores humanísticos tão necessários à sociedade atual.

Diante desta visão, reafirmam-se os princípios da Faculdade Impacto de Porangatu – FIP, os quais permeiam todas as atividades desenvolvidas, privilegiando a formação voltada para ciência, ética e o sentido da existência humana, buscando a interação de todas as atividades acadêmicas de forma a conceber uma ação educacional apropriada à realidade nacional e local.

O exercício das profissões de gerencia e controle da gestão administrativo e financeira pública bem como tecnólogo em gestão pública regulamentado pelo Catálogo Nacional de Cursos Superior de Tecnologia (2016, p. 44) e pelo Código Brasileiro de Ocupações (CBO) 1421-20. Onde são campos de atuação do profissional:

- a) Empresas de planejamento, desenvolvimento de projetos, assessoramento técnico e consultoria.
- b) Organizações privadas prestadoras de serviço público.
- c) Organizações sem fins lucrativos.
- d) Órgãos públicos. Institutos e
- e) Centros de Pesquisa. Instituições de Ensino, mediante formação requerida pela legislação vigente.

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública da Faculdade Impacto de Porangatu – FIP, foi concebido com base no catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, 2016, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos Superiores de Tecnologia, a Instituição se propõe a oferecer o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública de acordo com o referido regulamento.

O PPC também está pautado na Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais; na Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012, que estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos; na Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, e no Decreto nº 4.281 de 25 de junho de 2002,

sobre Políticas de Educação Ambiental; com adequação de seus conteúdos curriculares às exigências do Decreto nº 5.626/2005, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras; A temática da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena está incluída nas disciplinas e atividades curriculares do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, em atendimento às Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena (Lei nº 11.645 de 10/03/2008; Resolução CNE/CP Nº 01 de 17 de junho de 2004).

O PPC contempla a disciplina de Libras na estrutura curricular do curso, conforme o Dec. Nº 5.626/2005.

Há integração da educação ambiental às disciplinas do curso de modo transversal, contínuo e permanente, conforme as Políticas de educação ambiental (Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002).

A infraestrutura institucional apresenta condições de acesso para portadores de necessidades especiais, em observância ao Decreto nº 5.296/2004.

O curso atende também ao Decreto o Decreto nº 5.296/2004, que trata do atendimento às pessoas com necessidades educacionais especiais, que trata das condições de acesso para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida e ao Parecer CNE/CES nº261/2006, referente à hora-aula.

O presente Projeto é o resultado da construção coletiva na sua revisão produzida durante reuniões do NDE e do Colegiado do Curso, dos quais participaram docentes sob a coordenação do Curso, docentes, Direção da Faculdade. À Coordenação do Curso coube a tarefa de planejar, coordenar todo o processo, os encontros e elaborar as atas do que foi produzido.

Buscou-se revisar o Projeto Pedagógico para que refletisse o desejo dos docentes em fazer parte de um Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública com ênfase na integração das diversas áreas do conhecimento responsáveis pela formação do/a aluno/a.

A sua construção e posterior revisão procurou contemplar oportunidades para levar os alunos a aprender a aprender, o que engloba aprender a ser, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a conhecer, garantindo a capacitação de profissionais com autonomia e discernimento para assegurar a integralidade da atenção e a qualidade do atendimento prestado aos indivíduos e comunidades. Sempre atento às inovações da profissão e do mercado de trabalho, participando

da construção do conhecimento, gerando e utilizando pesquisas, um profissional que represente o esforço do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública - EaD para atender às expectativas de excelência dos cursos da Faculdade Impacto de Porangatu – FIP

A especificidade da ação educativa se caracteriza, fundamentalmente, como a formação da consciência sobre a realidade humana e sobre o mundo a cerca, como também na criação das condições sistemáticas que permitam ao homem a identificação de problemas e a busca de soluções mais adequadas. Neste sentido, o conhecimento e a ação educativa se definem como forma de compreensão, interpretação e intervenção na realidade.

Estabelecer, portanto, uma proposta de ação para uma instituição de natureza educativa, no caso de uma faculdade, depende, essencialmente, de sua tomada de posição política e filosófica, depende assim da visão do ideal de homem e de sociedade que se quer construir. Este posicionamento é que vai, por sua vez, apresentar uma definição sobre a ação educativa e sobre as características que deve ter uma instituição desta natureza.

A Faculdade Impacto de Porangatu – FIP, tendo com finalidade a formação de profissionais, aptos para a inserção no diferentes setores sociais, apresenta como princípio político e filosófico o desenvolvimento das capacidades de percepção, observação e intervenção na realidade dinâmica e global, vista em suas dimensões: social, política, econômica, religiosa, jurídica, e cultural e, igualmente, no desenvolvimento das formas de representações desta mesma realidade, a fim de que esses profissionais possam participar de forma ativa e efetiva do desenvolvimento da sociedade em que se encontram inseridos.

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública – EaD, da Faculdade Impacto de Porangatu – FIP define como premissa básica, para o cumprimento de sua missão, o comprometimento com uma postura orientada pelos seguintes princípios filosóficos:

- ✓ Visão humanística;
- ✓ Excelência como busca permanente;
- ✓ Produção de conhecimento;
- ✓ Interdisciplinaridade;
- ✓ Prática do diálogo;
- ✓ Preservação de valores éticos;

- ✓ Universalidade e pluralidade do pensamento;
- ✓ Comprometimento com o desenvolvimento sustentável.

1.9 JUSTIFICATIVA DO CURSO

O Curso Superior de Tecnologia – CST em Gestão Pública – EaD foi concebido de modo a atender a dois objetivos: a busca da excelência acadêmica e a do compromisso regional na colaboração direta e indireta do desenvolvimento de Porangatu. Justifica-se o primeiro pela qualidade do corpo docente com a combinação do perfil do Curso com as disciplinas bem concebidas e bem ministradas. Já o segundo objetivo, do compromisso regional, por pensar e atender às demandas sociais levantadas, principalmente na área dos direitos humanos e com viés empresarial. Salienta-se ainda, o apoio dado ao estudante, que denominamos de Atividade Complementar - tudo organizado para que o mesmo tenha a melhor compreensão do fenômeno com a devida capacidade e reflexão crítica.

Contribuindo e fortalecendo a missão institucional da Faculdade Impacto de Porangatu – FIP, o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública foi criado e com ele este Projeto Pedagógico do Curso (PPC), necessário para direcionar as ações do Colegiado do curso. Ele constitui o documento norteador de suas atribuições acadêmicas, com especificidades e particularidades e descreve objetivamente o funcionamento do curso, a partir de um conjunto integrado de estratégias didáticas de ação.

A articulação entre as atividades curriculares é imprescindível, visto que a construção do conhecimento passa invariavelmente pela integração de partes da organização universitária, tais como atividades de pesquisa, ações comunitárias, desenvolvimento de tecnologias, gestões participativas e exercício da democracia.

Embora desenvolvido em bases bem definidas, a natureza do PPC é flexível, pois está sujeito à dinâmica do ensinar e do aprender de acordo com os avanços permanentes na área educacional. Ademais, as mudanças globais demandam novos conhecimentos e novas capacitações, que determinam novas formas de atuação profissional no campo laboral das empresas.

Neste contexto, a da Faculdade Impacto de Porangatu – FIP, convicta da sua contribuição para o desenvolvimento da cidade de Porangatu e região e o

desenvolvimento regional do Estado, possibilitará ocupar lugar de extrema relevância pela possibilidade que lhe é inerente de influir positivamente em todos os níveis de relacionamento humano: local e regional, por meio de uma formação que privilegie o entendimento de outros aspectos e atuações do tecnólogo em Gestão Pública, preocupando-se com o exercício da cidadania e voltado às inquietações sociais atuais e o comprometimento com o desenvolvimento local e regional. Entendendo ainda que o espaço reservado ao curso ora implantado, como consequência das afirmações feitas acima, é de grande importância, na medida em que é responsável pela formação de agentes de mudança, elementos centrais no processo de desenvolvimento socioeconômico, capazes mesmo, de se configurarem como agentes catalisadores deste desenvolvimento.

Ciente de suas responsabilidades sociais a Faculdade Impacto de Porangatu - FIP, tem se orientado no oferecimento de Cursos de Graduação e Pós-Graduação comprometidos com as demandas e necessidades sociais. Com esta proposta, insere o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, na cidade de Porangatu, sendo fator preponderante o aumento da demanda por esse profissional das áreas de gestão pública, com habilidade e competências específicas.

O Curso Superior de Tecnologia – CST em Gestão Pública - EaD ganha destaque e importância pelas possibilidades da necessidade que tem e na esfera educacional e para a sociedade de um modo geral, seus interesses e necessidades pessoais que motivam jovens e adultos a iniciarem a vida acadêmica em nível superior.

O curso visa fornecer ensino e formação profissional para grande número de alunos, mantendo, contudo, o pressuposto fundamental da preservação da qualidade em primeiro lugar, dentro do espírito de formar um profissional mais competente e ao mesmo tempo com maior versatilidade frente a Gestão Pública da região e do País.

Dados Gerais do Curso

Denominação do Curso:	GESTÃO PÚBLICA - EaD				
Modalidade:	Superior de Tecnologia				
Endereço da I.E.S.:	RUA 15 N. 27 QUADRA 34 LOTE 34 ANDAR 01-CENTRO				
Turno De Funcionamento:	Integral	Matutino	Vespertino	Noturno	Totais
Nº. De Vagas Anuais Oferecidas:					400
Regime De Matrícula:	Modular – Trimestral				
Dimensão Das Turmas:	Teóricas		Práticas		
	50		25		
Duração Do Curso:	Tempo Mínimo		Tempo Máximo		
	8 trimestres		12 trimestres		

Carga Horária Total do Curso

O Curso Superior de Tecnologia – CST em Gestão Pública - EaD da Faculdade Impacto de Porangatu - FIP tem a duração de 1.720 horas.

II. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

2.1 CONTEXTO ECONÔMICO E SOCIAL

2.1.1 Caracterização regional da Área de Inserção da Instituição

A Faculdade Impacto de Porangatu - FIP situa-se na **RUA 15 N. 27 QUADRA 34 LOTE 34 ANDAR 01- CENTRO**, Porangatu – GO. A cidade de Porangatu está em sua própria microrregião, (Microrregião de Porangatu), com 45.151 habitantes em uma área de 35.287 km²; está a 426 km da capital, Goiânia. Esta microrregião (com área total de 35.171,853 km²) serve como um núcleo para dezoito municípios no norte do Estado de Goiás sendo eles: Alto Horizonte, Amaralina, Bonópolis, Campinaçu, Campinorte, Campos Verdes, Estrela do Norte, Formoso, Mara Rosa, Minaçu, Montividiu do Norte, Mutunópolis, Niquelândia, Nova Iguaçu de Goiás, Santa Tereza de Goiás, Santa Terezinha de Goiás, Trombas e Uruaçu com um total de 241.009 habitantes em 2016 segundo Ministério da Saúde. O município se situa a oeste da principal rodovia do estado, que é a BR-153, que liga Belém a Brasília e o sul do estado com o estado do Tocantins.

2.1.2 Demanda pelo Curso

A universalização progressiva do ensino médio constitui exigência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. A necessária expansão deste nível de ensino foi claramente planejada nas metas do Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado pela Lei nº 10.172/2001, e no projeto de lei do novo PNE.

Na região de inserção da Faculdade Impacto de Porangatu - FIP o ensino médio apresentou crescimento nas últimas décadas, o que pode ser associado à melhoria do ensino fundamental, à ampliação do acesso ao ensino médio e a uma maior demanda pela educação superior. Conforme pode ser observado no quadro a seguir:

Tabela 1 – Números de alunos matriculados no Ensino Médio na Rede Federal, Estadual, Municipal e Particular na Microrregião de Porangatu – 2002, 2007, 2012.

Número de Matrículas no Ensino Médio			
MUNICÍPIO	2002	2007	2012
Alto Horizonte	119	152	227
Amaralina	150	146	142
Bonópolis	119	210	150
Campinaçu	151	164	173
Campinorte	573	473	479
Campos Verdes	455	409	282
Estrela do Norte	155	167	144
Formoso	287	236	230
Mara Rosa	672	505	463
Minaçu	2.645	1.858	1.405
Montividiu do Norte	183	203	200
Mutunópolis	185	204	190
Niquelândia	2.810	2.111	1.963
Nova Iguaçu de Goiás	177	159	154
Porangatu	2.801	2.202	2.050
Santa Tereza de Goiás	191	143	163
Santa Terezinha de Goiás	727	579	433
Trombas	244	205	184
Uruçu	2.210	1.694	1.717
Microrregião de Porangatu	14.854	11.820	10.749

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir dos dados do Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos – IMB, 2013.

2.2 MISSÃO DO CURSO

Contribuir, através do processo educacional, para a melhoria contínua dos processos de gestão das organizações públicas, da região onde está inserido, fornecendo ao egresso, ferramentas de cunho humanístico/estratégico, que permitam a sua inserção nos complexos e variados campos de Recursos em que vier a atuar e competência e efetividade em suas ações voltadas para a excelência.

Dessa forma, o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública – EaD, inserido no contexto da proposta educacional da Faculdade Impacto de Porangatu, traduz sua missão, princípios e ações, em sintonia com os pressupostos institucionais. Assim, observa as transformações pelas quais vem passando as organizações pública, que tem apontado para a urgência e a necessidade de qualificação profissional, tendo em vista as exigências da sociedade do conhecimento, voltando-se para uma cidadania construída num processo de conscientização e exercício ético.

2.3 PERFIL DO CURSO

A especificidade da ação educativa se caracteriza, fundamentalmente, como a formação da consciência sobre a realidade humana e sobre o mundo a cerca, como também na criação das condições sistemáticas que permitam ao homem a

identificação de problemas e a busca de soluções mais adequadas. Neste sentido, o conhecimento e a ação educativa se definem como forma de compreensão, interpretação e intervenção na realidade.

Estabelecer, portanto, uma proposta de ação para uma instituição de natureza educativa, no caso de uma faculdade, depende, essencialmente, de sua tomada de posição política e filosófica, depende, assim da visão do ideal de homem e de sociedade que se quer construir. Este posicionamento é que vai, por sua vez, apresentar uma definição sobre a ação educativa e sobre as características que deve ter uma instituição desta natureza.

A Faculdade Impacto de Porangatu - FIP, tendo com finalidade a formação de profissionais, aptos para a inserção no diferentes setores sociais, apresenta como princípio político e filosófico o desenvolvimento das capacidades de percepção, observação e intervenção na realidade dinâmica e global, vista em suas dimensões: social, política, econômica, religiosa, jurídica, e cultural e, igualmente, no desenvolvimento das formas de representações desta mesma realidade, a fim de que esses profissionais possam participar de forma ativa e efetiva do desenvolvimento da sociedade em que se encontram inseridos.

O curso Superior de Tecnologia Gestão Pública é ofertado pela Faculdade Impacto de Porangatu - FIP na modalidade a distância, tendo sido projetado de acordo com o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia (2016, p.44).

Os cursos de graduação de formação profissional, denominados cursos superiores de tecnologia, constituem hoje uma importante modalidade alternativa e uma promissora opção de formação em nível superior. Não apenas pela sua flexibilidade e inovação, mas também pelo foco de sua especificidade em campos de saberes específicos e atividades laborais em sintonia com os mais diversos segmentos profissionais, proporcionando formação atualizada e qualificada a profissionais da sociedade e que proporciona o atendimento a uma parcela da sociedade que muitas vezes já é atuante no mercado. Por oferecerem formação profissional específica e mais flexível em sua concepção pedagógica, os cursos superiores de tecnologia podem atender, com rapidez, as demandas e necessidades do mercado de trabalho.

O objetivo geral do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública é formar servidores do Estado e dos Municípios de Goiás em cargos de gestão

pública que sejam do quadro efetivo e em serviço, capazes de atuarem no âmbito estadual e municipal e federal, administrando com competência as organizações governamentais e o terceiro setor, de modo pró-ativo, democrático e ético.

A Matriz Curricular do Curso foi discutida e elaborada e revisada pelo grupo de docentes que trabalham no funcionamento de curso, especificamente aqueles que compõem o Núcleo Docente Estruturante e, após, aprovada pelo respectivo colegiado.

Nesse contexto, a Faculdade Impacto de Porangatu - FIP entende que deve dar subsídios à população para participar desse processo de desenvolvimento, formando tecnólogos em Gestão Pública que diretamente estão trabalhando no campo, para que esse desenvolvimento ocorra em todos os aspectos da sociedade e de forma sustentável.

Os relatos acima justificam a proposta da Instituição, buscando cumprir sua missão que é interagir com o conhecimento do ensino superior proporcionando a inclusão e a transformação, de continuar ofertando o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública.

2.4 OBJETIVOS DO CURSO

Na intenção de apresentar excelente coerência, em uma análise sistêmica e global, com os aspectos: perfil profissional do egresso, estrutura curricular e contexto educacional, o curso possui os seguintes objetivos:

2.4.1 Objetivo Geral

Formar servidores do Estado e dos Municípios de Goiás em cargos de gestão pública que sejam do quadro efetivo e em serviço, capazes de atuarem no âmbito estadual e municipal e federal, administrando com competência as organizações governamentais e o terceiro setor, de modo pró-ativo, democrático e ético.

2.4.2 Objetivos específicos:

Ademais, o curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública a distância da Faculdade Impacto de Porangatu- FIP está em consonância com a Resolução

CNE/CP nº3, de 18 de dezembro de 2002, conforme seu art. 2º, onde reforça que os cursos de nível tecnológico têm por objetivo específicos:

I - Desenvolver competências e habilidades profissionais tecnológicas, gerais e específicas, para a gestão de processos e a produção de bens e serviços;

II- Propiciar a compreensão e a avaliação dos impactos sociais, econômicos e ambientais resultantes da produção, gestão e incorporação de novas tecnologias;

III Promover a capacidade de continuar aprendendo e de acompanhar as mudanças nas condições de trabalho, bem como propiciar o prosseguimento de estudos;

IV Incentivar o desenvolvimento da capacidade empreendedora e da compreensão do processo tecnológico, em suas causas e efeitos.

V - promover a capacidade de continuar aprendendo e de acompanhar as mudanças nas condições de trabalho, bem como propiciar o prosseguimento de estudos em cursos de pós-graduação;

VI - adotar a flexibilidade, a interdisciplinaridade, a contextualização e a atualização permanente dos cursos e seus currículos;

VII - garantir a identidade do perfil profissional de conclusão de curso e da respectiva organização curricular.

2.5 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

2.5.1 Articulação do PPC com o PDI

O curso foi concebido em consonância com as Políticas de Ensino e Extensão, descritas no Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e no plano de metas estabelecido no PDI, e incorpora visões mais modernas e profissionais da área de saúde como mecanismos para motivar a formação de profissionais altamente qualificados e conscientes de sua importância na sociedade que estão ajudando a construir.

O curso está organizado com unidades de ensino-aprendizagem denominadas unidades curriculares, que correspondem aos conteúdos a serem ministrados ao aluno de modo a garantir, durante a trajetória escolar, o desenvolvimento das habilidades e competências que desenham o seu perfil profissional. No sentido de tornar o processo de aprendizagem mais articulado e

atraente, as unidades curriculares são reunidas em três núcleos: Núcleo de Formação Básica, Núcleo de Análise Científica em Gestão Pública e o Núcleo de Consolidação Tecnológica em Gestão Pública.

O Núcleo de Consolidação Tecnológica em Gestão Pública – EaD se estrutura com o objetivo de promover a progressiva autonomia intelectual do aluno, utilizando:

a) a inclusão de atividades complementares normatizadas pela instituição e fortemente marcadas pela realização de extensão como elemento de diferenciação e/ou flexibilização de currículos,

b) a oferta de um conjunto de unidades curriculares optativas, destinadas a oferecer ao aluno oportunidade de organizar seus estudos da forma que mais lhe interesse do ponto de vista profissional. Entre elas estará à disposição dos alunos do curso, a disciplina de LIBRAS.

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública –EaD se realiza em 1720 horas, e enquadra-se nas determinações da Resolução CNE/CP 3, de 18 de dezembro 2002. As unidades curriculares são distribuídas por eixo de formação e indica a distribuição da carga horária que garante o correto desenvolvimento dos conhecimentos, habilidades e competências associados a cada módulo que estrutura o curso.

A Faculdade Impacto de Porangatu - FIP, como instituição privada prestadora de serviços educacionais, adequa-se ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, pela Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004. Sistema esse de avaliação que enfatiza a avaliação institucional a partir da autoavaliação, combinando autoavaliação, avaliação externa e avaliação do desempenho do educando.

O SINAES, na sua regulamentação, prevê como um dos processos a autoavaliação institucional articulada ao desenvolvimento institucional. O desenvolvimento da Faculdade Impacto de Porangatu – FIP tem como referência o seu Projeto de Desenvolvimento Institucional que define a sua missão, finalidades e objetivos.

É preocupação da Faculdade Impacto de Porangatu - FIP, a formação de um profissional crítico e reflexivo, com competência técnico-científico-ético-político social-educativa, capaz de atuar profissionalmente compreendendo a natureza humana em suas diferentes expressões e fases evolutivas.

O Curso de CST em Gestão Pública EaD da Faculdade Impacto de Porangatu - FIP, tem como perfil do formando egresso/profissional, com formação generalista, humanista, crítica e reflexiva, para atuar em todos os campos de atuação nas organizações públicas, com base no rigor científico e intelectual.

A oferta do Curso de CST em Gestão Pública EaD da Faculdade Impacto de Porangatu - FIP representa, antes de tudo, um compromisso com Porangatu, com o Estado de Goiás e com o Brasil, pois o curso foi implementado intimamente articulado com os serviços público local e regional.

A especificidade da ação educativa se caracteriza, fundamentalmente, como a formação da consciência sobre a realidade humana e sobre o mundo a cerca, como também na criação das condições sistemáticas que permitam ao homem a identificação de problemas e a busca de soluções mais adequadas. Neste sentido, o conhecimento e a ação educativa se definem como forma de compreensão, interpretação e intervenção na realidade.

Estabelecer, portanto, uma proposta de ação para uma instituição de natureza educativa, no caso de uma faculdade, depende, essencialmente, de sua tomada de posição política e filosófica, depende assim da visão do ideal de homem e de sociedade que se quer construir. Este posicionamento é que vai, por sua vez, apresentar uma definição sobre a ação educativa e sobre as características que deve ter uma instituição desta natureza.

O curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública é ofertado pela Faculdade Impacto de Porangatu - FIP na modalidade a distância, tendo sido projetado de acordo com o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia (2016, p.44).

Desse modo, as ações institucionais da faculdade visam o compromisso e o cumprimento das metas institucionais, no que se refere ao ensino e aprendizagem e diz respeito as demais ações relacionadas ao apoio das atividades. Para isso as políticas institucionais no âmbito do curso estão voltadas para a promoção de ensino e aprendizagem voltadas e alinhadas ao perfil do egresso. A faculdade se responsabiliza em oferecer ao mercado de trabalho, o qual encontra-se acelerado e competitivo e em permanente transformação, indivíduos com perfil de formação capaz de enfrentar novos paradigmas.

Os objetivos da FIP relacionado a extensão corresponde a produção de conhecimento sobre os processos de aprimoramento e na utilização dos saberes

existentes por parte do indivíduo e das instituições locais, regionais e nacionais, avaliando a contribuição da IES para o desenvolvimento da sociedade, articulado com o ensino, extensão e pesquisa. Entendendo assim que a formação do profissional se dá dentro e fora da instituição.

No Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública – EaD da FIP, a instituição tem como prioridade, a qualidade do ensino e aprendizagem como foco principal, assim garantindo a indissociabilidade deste com a pesquisa e a extensão, assumindo assim o compromisso com a excelência da qualidade dos serviços prestados à comunidade acadêmica e a sociedade, respeitando os valores éticos e políticos. O compromisso com as práticas de ensino visa o desenvolvimento da potencialidade dos alunos, tomando-os criativos, competentes para resolução de problemas e serem capazes de se ajustar facilmente às novas situação.

No que tange a construção da matriz curricular do curso, foi pensado no comprometimento com as orientações do Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia (2016), tendo em vista princípios norteadores da organização curricular do curso de graduação, a saber:

- Flexibilização: sistema integrado e flexível, sempre articulado ao ensino, pesquisa e ainda possibilitando o discente a traçar um perfil formativo personalizado. A flexibilidade é também um princípio a ser adotado na faculdade, no que diz respeito a acessibilidade pedagógica para os alunos portadores de deficiência ou com dificuldade de aprendizado, neste sentido serão adotados critérios mais flexíveis de tempo para realização de atividades, progressão curricular para que o aluno possa ter seu tempo de aprendizagem considerando seu percurso formativo;
- Curricularização da extensão: possibilita ao discente a imersão na problematização da realidade social, devendo este ser um processo integrado, sempre que possível, com a pesquisa e com o ensino.
- Competências e habilidades: visa a capacidade do discente, junto ao docente em desenvolverem e acionarem recursos cognitivos, buscando a resolução de problemas;
- Interdisciplinaridade e transversalidade: ações que intercomunicam os saberes e a prática, objetivando o estudo e a compreensão da problematização da realidade, sustentando-se na prática e análise

crítica e reflexiva. Essas ações serão desenvolvidas a partir de atividades e ou até mesmo de conteúdos afins que se entrecruzem pelo viés da interdisciplinaridade. Nas ações de transversalidade será trabalhado temas sobre Educação Ambiental e Educação Étnico-Racial por meio da Pedagogia de Projetos;

- Problematização: ações e processos pedagógicos desenvolvidos através de situações problemas, visando a elaboração de conhecimentos mais complexos;
- Contextualização: ações e processos de articulação reflexão entre a teoria e a prática, valorizando o conhecimento extraescolar do discente;
- Educação para os Direitos Humanos: de Conforme disposto no Parecer CNE/CP n.º 8, de 06/03/2012, que originou a Resolução CNE/CP nº 1, de 30/05/2012. Essas diretrizes específicas encontram-se atendidas na disciplina de Essas diretrizes específicas encontram-se atendidas nas disciplinas de ética é Responsabilidade Profissional. Gestão de Políticas Públicas, Relações étnico raciais, Direito Constitucional e em todas as disciplinas do curso, de forma transversal, como tema recorrente. O objetivo central na formação para a vida e para a convivência, no exercício cotidiano dos Direitos Humanos e de organização social, política, econômica e cultural. Baseada nos princípios de: dignidade humana; igualdade de direitos; reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades; laicidade do Estado; democracia na educação; transversalidade, vivência e globalidade; e sustentabilidade socioambiental.

No Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública – EaD é priorizado o ensino e aprendizagem para o desenvolvimento de habilidades e competências a partir da vinculação entre os saberes específicos e didáticos pedagógicos, bem como sua aplicação da prática visando uma formação teórica e prática sólida; articulando com as dimensões científico e tecnológico; ético e político, histórico; ambiental; cultural e relacional; induzindo ao trabalho coletivo e interdisciplinar. Visando o compromisso social e a valorização do profissional.

2.5.2 Políticas de Ensino

Há plena consonância entre o preconizado no PDI e PPI da IES em relação às políticas institucionais e as práticas do curso. O ensino de qualidade e a extensão são ações praticadas nas atividades regulares do curso. A ética como postura e o compromisso social como atitude, são estimulados pelos docentes dentro do cotidiano do processo de ensino-aprendizagem.

Contudo, a Política de Ensino da FIP deverá promover ações acadêmicas – administrativas no âmbito do ensino que incentivem a produção de conhecimentos com qualidade relacionado ao contexto regional, mas sem perder de vista a formação humana, ética e tecnológica integrada à partir das inovações tecnológicas e metodológicas, avaliação continuada, relações teórico-prático e ensino-serviço, da interdisciplinaridade e transversalidade, da educação para os direitos humanos e do incentivo aos percursos curriculares mais abertos, contemplando as atividades complementares

As atividades permanentes de prática profissional, articuladas ao ensino, estão ligadas ao conceito de capacidade laborativa, na medida em que as competências geradas contribuem para a formação específica do estudante no que se refere à sua formação profissional.

A FIP oportuniza situações concretas vinculadas à prática profissional dos discentes, visando os desempenhos técnico, humano e político.

O Projeto Pedagógico da FIP orienta-se pela perspectiva de educação permanente, flexível e multiforme e tem como princípios:

- I. Promover a construção do conhecimento e o desenvolvimento de competências em detrimento de abordagens centradas na dinamização de saberes prontos e definitivos.
- II. Propiciar às organizações a construção de conhecimento e de soluções para o desenvolvimento de seus propósitos e negócios e para a melhoria da sua comunidade, em sinergia com seus colaboradores.
- III. Possibilitar às pessoas o ingresso e a permanência no mundo do trabalho, participando da construção de uma sociedade mais ética, solidária e democrática.

- IV. Criar condições para o desenvolvimento de profissionais competentes, autônomos, polivalentes, criativos, solidários e éticos, capazes de contribuir para o desenvolvimento do processo produtivo e da sociedade.
- V. Criar condições para o desenvolvimento de profissionais que sejam capazes de empreender, avaliando e aproveitando oportunidades de mercado.
- VI. Criar e ativar redes de circulação e de construção do conhecimento.
- VII. Construir processos educativos modulares, abrangentes e flexíveis, aproveitando os conhecimentos prévios na constituição de competências utilizáveis ao longo da vida, possibilitando a construção de caminhos singulares de desenvolvimento.
- VIII. Utilizar metodologias de construção do conhecimento baseadas na troca e no diálogo, em que a ação, a resolução de problemas e os projetos desenvolvidos em situações reais são os modos essenciais de aprender.
- IX. Utilizar processos de avaliação que sejam diagnósticos, contínuos, sistemáticos, variados, abrangentes, participativos e focados na análise do desenvolvimento de competências.
- X. Avaliar sistematicamente os impactos das ações educacionais desenvolvidas.

A partir destes princípios, a atuação da IES será orientada pelas seguintes políticas:

- I. Integração das atividades educacionais, fundamentadas em práticas inovadoras na linha do “aprender fazendo” e na incorporação de novas tecnologias, de modo a garantir a qualidade do desenvolvimento profissional dos acadêmicos.
- II. Currículos organizados por competências, desenvolvidos por meio de projetos integradores ou articuladores ou eixos temáticos, com um perfil de saída diferenciado, que preveja articulação da constituição de competências com uma atuação socialmente responsável.
- III. Inovação metodológica, de modo a possibilitar a constituição de competências a partir da prática em situação real de trabalho, como forma de aprofundar a relação com as organizações e como estímulos ao fazer autônomo e ao aprender a aprender dos estudantes.

IV. Qualidade na execução dos programas e cursos, atendendo às expectativas dos participantes e ampliando as possibilidades de ingresso e permanência no mundo do trabalho.

V. Atualização curricular permanente, em constante sintonia com as exigências do mundo do trabalho.

VI. Programas e projetos institucionais de extensão e de incremento de parcerias com iniciativas municipais, estaduais, nacionais e internacionais.

VII. Aperfeiçoamento do processo de avaliação, criando condições para catalogação e registro de informações, de modo a facilitar a socialização e instrumentalizar as políticas institucionais.

As atividades complementares constituem parte integrante do currículo dos Cursos e têm por objetivo enriquecer o processo de ensino e aprendizagem, privilegiando as atividades de complementação da formação social, humana e cultural; atividades de cunho comunitário e de interesse coletivo; atividades de iniciação científica, tecnológica e de formação profissional. São práticas obrigatórias para todos os alunos da Faculdade Impacto de Porangatu – FIP, que ingressarão na graduação e seu cumprimento é indispensável para a obtenção do grau correspondente.

As atividades permanentes de prática profissional articuladas com o ensino estão ligadas ao conceito de “laborabilidade” (em lugar de empregabilidade), na medida em que essas competências serão premissas de um trabalhador polivalente que pode, quando bem preparado, ser mais autônomo para decidir seu percurso no mercado de trabalho.

Assim, a instituição desenvolve o ensino por meio de atividades acadêmicas curriculares e extracurriculares, constituindo a base de produção para novos conhecimentos, tendo como ponto de partida os saberes refletidos à luz do conhecimento científico. A proposta do ensino se estrutura a partir do entendimento de que o ato educativo dentro e fora da sala de aula é um ato intencional. Portanto o corpo docente devem estar apostos a desenvolver o papel de mediadores no processo de construção do conhecimento compreendendo o aluno como protagonista do processo de ensino e aprendizagem.

2.5.3. Políticas de Extensão institucional e no CST em Gestão Pública

As atividades de extensão nas universidades são configuradas como uma das obrigações da IES junto à sociedade, sendo que, por meio das ações extensionistas a sociedade toma conhecimento dos princípios, objetivos e missão da instituição.

De acordo como a resolução de 2018 que define a “[...] Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico [...]”, a FIP considera de grande importância a promoção de ações que envolvem a comunidade acadêmica e a sociedade em geral.

A Faculdade Impacto de Porangatu - FIP busca desenvolver programas de extensão e projetos com a efetiva participação da comunidade educacional, que atendam às necessidades educacionais, tratando de temas estratégicos para o desenvolvimento local sustentado.

Os projetos serão desenvolvidos com a participação de estudantes e docentes, por meio de projetos previstos na organização curricular dos cursos, vinculados ao desenvolvimento do contexto produtivo da área; parcerias com empresas e organizações; demandas de investigação sobre novas tecnologias.

Apoiando-se nesses propósitos e alinhado os com os fundamentos, objetivos e políticas institucionais descritos no PDI da FIP, que propiciam a formação profissional socialmente responsável capaz de estimular, num ambiente em que se vivencia a sustentabilidade, a capacidade crítica e empreendedora do acadêmico, visando equacionar e responder às múltiplas demandas do mercado de trabalho, configurando, dessa maneira, a sua preocupação com a empregabilidade. Além de contribuir para que a FIP exerça a sua missão de promover qualidade de vida, tendo como instrumento básico o processo educacional. Esses elementos são fundamentais para a permanência e alcance dos objetivos do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública.

Com tudo a IES define a extensão como sendo uma prática acadêmica que faz uma interação entre universidade nas suas práticas e atividades de ensino e pesquisa junto às demandas da população. Sugerindo que a formação do futuro profissional só será de valia e completa com a aplicação do produto de ensino e

aprendizagem na sociedade e ainda permite supor que a extensão da instituição seja fundamental para diminuir as desigualdades sociais existentes, por ser uma associação do processo educativo através de ações culturais e científicas aplicadas à realidade encontrada. Sendo assim os programas a serem desenvolvidos serão articulados com o ensino e as práticas investigativas, as quais se desenvolverão na forma de atividades permanente ou projetos circunstanciais, sob responsabilidade da Coordenação de curso, visando à complementaridade das abordagens e dos recursos com uma regulamentação a qual estabelecerá as condições de atendimento.

A política de Extensão da FIP junto ao Curso Superior Gestão Pública – EaD visa a formação de indivíduos a partir da geração e o desenvolvimento de conhecimentos entre a IES e a comunidade externa, assim articulando o ensino, pesquisa, extensão e a responsabilidade social institucional por meio de programas, projetos, cursos, eventos, visitas técnicas e prestação de serviços externos.

- Caráter interdisciplinar das ações extensionistas.

As ações extensionistas é um momento de proporcionar atividades acadêmicas, possibilitando a interlocução entre áreas distintas do conhecimento, além do desenvolvimento de ações interprofissionais e institucionais. Conforme se investe em uma nova forma do fazer científico, a extensão articula e integra conhecimentos, constituindo-se como um dos profícuos caminhos para rever as tendências de departamentalização e do conhecimento dos saberes da realidade. Revelando então o compromisso da IES em busca de solução de problemas mais urgentes da maioria da sociedade.

A extensão no Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública –EaD da FIP construiu um canal privilegiado para que a missão da IES seja cumprida, visto que a IES é um espaço aberto às discussões, a qual contribui para a formação técnica, para o exercício da cidadania e para a superação das formas de exclusão.

- Os projetos de Extensão

Todos os projetos de extensão do curso são realizados em conformidade a área de conhecimento, área temática e linhas de extensão. Assim os docentes

podem, junto à coordenação do curso submeter projetos seguindo os seguintes aspectos:

- Coerência com a missão e valores da IES;
- Relevância acadêmica, manifestando relação de compromisso com as áreas do projeto pedagógico do curso, bem como aos eixos temáticos de cada disciplina que compõem o currículo, contribuindo para estreitar a relação teórico – prático;
- Relevância social, assegurando que as ações estejam comprometidas com as expectativas da sociedade, com o desenvolvimento local e regional e com a consolidação das diferentes manifestações culturais;
- Viabilidade econômica, devendo ser autossustentável ou com custos compatíveis com a disponibilidade de recursos da IES, e quando possível gerar receita através da prestação de serviços;
- Caráter globalizante sistemático (continuidade temporal);
- Articulação com as linhas de pesquisa da graduação;
- Previsão de parcerias internas e externas de mecanismos de colaboração institucional, assim assegurando a efetivação da ação, sendo que as parcerias externas deverão ser formalizadas;
- Caráter interdisciplinar;
- Deverá ter relação com a formação acadêmico-profissional do proponente da área de conhecimento.

As atividades extensionistas, ao serem o principal contato da Faculdade com a sociedade, levam até ela o resultado acumulado de seus estudos e pesquisas, o que impõe aos seus propositores – docentes e discentes – o desafio de um perfil comprometido e arrojado, vez que precisa articular a realidade acadêmica à realidade social, para que ocorram as melhores mediações possíveis.

Na FIP, as ações de extensão estão sempre em conformidade com a missão institucional da Faculdade, suas diretrizes e regulamentos e, principalmente, em observância à Política de Extensão vigente.

- Curricularização da Extensão da Faculdade Impacto

O Plano Nacional de Educação, referente ao período de 2014 a 2024, determinou que ao menos 10% da carga horária total dos cursos de graduação seja destinada à extensão universitária, conforme estipulado pela Resolução nº 7 de 18 de dezembro de 2018. Dentro do contexto da FIP, a curricularização da extensão é guiada por princípios fundamentais, que incluem:

- I. Diálogo interativo com a comunidade;
- II. Promoção da formação cidadã dos alunos;
- III. Compromisso com a transformação social;
- IV. Integração consistente entre ensino, pesquisa e extensão.

A implementação desta curricularização é desenvolvida da seguinte maneira:

- **Contextualização:**

A curricularização da extensão busca integrar as atividades extensionistas diretamente ao currículo das disciplinas oferecidas em cada trimestre, proporcionando uma experiência acadêmica mais rica, conectada com a realidade local e alinhada com as necessidades da sociedade.

- **Metodologia para Disciplinas Únicas no Trimestre:**

Análise de Conteúdo: Avaliar o conteúdo programático da disciplina para identificar potenciais áreas que podem se beneficiar de uma abordagem extensionista.

Definição de Projetos: Para cada tópico ou unidade, definir possíveis projetos ou atividades que podem ser desenvolvidos com a comunidade ou que abordem problemas reais relacionados ao conteúdo da disciplina.

Avaliação e Reflexão: Além da entrega do projeto ou atividade, os alunos devem produzir um relatório ou apresentação reflexiva sobre o aprendizado adquirido, os desafios enfrentados e a relevância do projeto para sua formação.

- **Metodologia para Trimestres com Múltiplas Disciplinas:**

Análise Conjunta de Conteúdo: Reunir os professores das disciplinas envolvidas para uma avaliação conjunta dos conteúdos programáticos. O objetivo é identificar

interseções e temas complementares que possam ser abordados de maneira integrada.

Projeto Multidisciplinar: Propor um única atividade de curricularização (projeto extensionista) que contemple os conteúdos de ambas as disciplinas. Esse projeto deve ser construído de forma a requerer conhecimentos e habilidades das duas áreas, promovendo a interdisciplinaridade.

Papéis e Responsabilidades: Definir claramente os papéis e responsabilidades de cada professor e de cada grupo de alunos. Mesmo sendo um projeto integrado, é fundamental que os objetivos de aprendizagem de cada disciplina sejam claramente atendidos.

Avaliação Integrada: Desenvolver um sistema de avaliação que considere tanto os aspectos individuais (relacionados a cada disciplina) quanto os aspectos integrados do projeto. Por exemplo, enquanto um professor pode avaliar a aplicação correta de uma técnica específica, o outro pode focar na contextualização e aplicabilidade do projeto.

- Benefícios:

Profundidade no Aprendizado: Ao abordar temas de forma integrada e aplicada, os alunos tendem a desenvolver uma compreensão mais profunda e contextualizada dos conteúdos.

Desenvolvimento de Habilidades Sociais: Trabalhando em projetos extensionistas, os alunos têm a oportunidade de desenvolver habilidades como trabalho em equipe, comunicação e empatia.

Contribuição Social: Através de projetos extensionistas, a Faculdade Impacto pode ter um impacto positivo direto na comunidade, atendendo suas necessidades e desafios.

- Monitoramento e Feedback:

Dada a natureza da educação a distância, a Faculdade Impacto reconhece a necessidade de estratégias específicas de monitoramento e feedback ao curricularizar atividades de extensão. As seguintes propostas visam otimizar essa integração:

- I. **Portfólios Digitais:** Incentivar os alunos a criar portfólios online para registrar e refletir sobre suas experiências em atividades de extensão. Isso

permitirá que instrutores revisem e forneçam feedbacks de forma organizada.

- II. **Fóruns de Discussão Temáticos:** Para cada atividade de extensão proposta, criar fóruns específicos onde os alunos possam compartilhar suas experiências, desafios e insights. Isso promove uma troca de aprendizado e oferece aos instrutores uma visão de como os alunos estão assimilando e aplicando seus conhecimentos.
- III. **Webinars de Reflexão:** Periodicamente, organizar sessões ao vivo em que grupos de alunos apresentem suas experiências em projetos extensionistas, permitindo feedback imediato de pares e instrutores.
- IV. **Avaliação P2P (Peer-to-Peer):** Implementar sistemas onde os próprios alunos avaliem e forneçam feedback sobre as atividades de extensão realizadas por seus colegas, promovendo uma perspectiva colaborativa e diversificada.
- V. **Relatórios de Extensão:** Solicitar que os alunos submetam relatórios detalhados sobre suas atividades de extensão, que serão revisados e receberão feedbacks individuais, garantindo que os objetivos de aprendizagem estejam sendo alcançados.
- VI. **Análise de Impacto:** Incorporar ferramentas que permitam aos alunos medir e reportar o impacto de suas atividades extensionistas, fornecendo uma visão quantitativa e qualitativa de seus esforços.

Através destas estratégias, a Faculdade Impacto visa garantir que a curricularização da extensão seja um processo enriquecedor, interativo e eficaz, alinhado com os padrões de excelência educacional.

A extensão é integrada ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública modalidade EaD através de duas atividades distintas, que, embora diferentes, são complementares:

- a) Atividades Curriculares de Extensão: vinculadas às disciplinas;
- b) Componente Curricular de Extensão: ações cadastradas pelos docentes (projetos, eventos, cursos, programas e prestação de serviços).

2.5.4. Aspectos inovadores da integração ensino e extensão

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública – EaD da Faculdade Impacto de Porangatu - FIP, constitui um universo planejado para a construção e difusão do saber. Nesse contexto, as práticas extensionistas funcionam como um instrumento adequado para a socialização do conhecimento concebido e/ou difundido no ambiente acadêmico, permitindo o diálogo entre a comunidade acadêmica e a sociedade, principalmente no âmbito das organizações, onde o papel do profissional em Gestão Pública é crucial para a melhoria dos parâmetros relacionados à qualidade de vida da população. É importante frisar que as ações extensionistas permitem a manutenção de um sistema que se retroalimenta, em que a comunidade acadêmica leva à sociedade o seu conhecimento, na forma de atitudes, habilidades e competências, retornando posteriormente ao ambiente acadêmico com experiências e reflexões que enriquecem, transformam e fornecem significado ao saber desenvolvido na academia.

As práticas extensionistas propostas para o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública – EaD de acordo com a Resolução nº 7 de 18 de dezembro de 2018, reafirmam o compromisso social, ambiental, científico, ético, cultural e político da Faculdade Impacto de Porangatu - FIP com a região metropolitana de Porangatu e com o estado de Goiás. Nesse sentido, a essência da profissão em Gestão Pública abrange as práticas do cuidado com a sociedade, o emprego de tecnologias e o desenvolvimento de ações de gestão, as quais podem ser replicadas em atividades/projetos extensionistas vinculados às disciplinas da matriz curricular através de: ações cívico-sociais, participação em eventos promovidos pelas entidades de classe, atuação em campanhas nacionais de orientação, promoção de ações de suporte aos serviços prestados em organizações públicas conveniadas com a Faculdade Impacto de Porangatu - FIP e desenvolvimento de práticas de educação para profissionais do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública –EaD e para a sociedade.

As ações e projetos extensionistas oferecidos à comunidade são planejados trimestralmente em conjunto pela coordenação do curso, equipe docente e discentes. As atividades discentes que envolvem a etapa de planejamento são realizadas pelas Ligas acadêmicas, empresas juniores, escritório modelo as quais compreendem associações civis e científicas livres sob orientação docente, com

funcionamento previamente autorizado pela coordenação do curso, que congregam discentes que se interessam técnica e cientificamente por assuntos em comum. A execução das ações extensionistas previamente planejadas será realizada de forma vinculada às disciplinas da matriz curricular em nível crescente de complexidade, permitindo a participação de todos os estudantes de acordo com o seu nível de formação. As práticas extensionistas são planejadas a partir de atividades extraclasse associadas à algumas disciplinas do curso, assim como definido logo abaixo:

- ✓ **Ensino a Distância:** Participação em projetos para o aprendizado de pacote office e utilização do computador como ferramenta de trabalho na atividade profissional.
- ✓ **Economia no Setor Público:** Palestras sobre Tributação e Eficiência e produtividade no setor público, dentre outros.
- ✓ **Relações étnico - raciais:** desenvolvimento e projetos voltados à consciência negra e para os povos originários.
- ✓ **Ética e Responsabilidade Profissional:** participação em projetos e palestras sobre a Ética, Moral, Valores, Caráter histórico e social. A Ética na Sociedade; Ética nas Organizações, entre outras.
- ✓ **Elaboração e análise de Projetos:** Projetos no setor públicos, viabilidade econômica de projetos públicos, parcerias público privada, dentre outros.
- ✓ **Gestão de Pessoas:** Cursos sobre editais de concurso público. Projetos de Planos de Cargos e Salários.
- ✓ **Finanças, Orçamento Público de Projetos Sociais:** Projetos sociais, viabilidade econômica de projetos sociais, projetos para captação de recursos na área social.
- ✓ **Gestão de Parceria Público Privada –** Projetos de desenvolvimento e parcerias público privada.
- ✓ **Direito Administrativo e Tributário:** Palestras e cursos junto à comunidade sobre os gastos público, tributos.
- ✓ **Métodos Quantitativos Aplicados à Gestão:** Curso sobre taxas de juros e aplicações financeiras.
- ✓ **Gestão de Contratos e Licitações:** Cursos sobre modalidade e procedimentos de licitações.

- ✓ **Planejamento urbano e meio ambiente:** Projetos de Urbanização e Meio Ambiente. Cidades Sustentáveis e Sustentabilidade Ambiental.
- ✓ **Gestão de Obras Públicas:** desenvolvimento de ações para fiscalização e gestão das obras públicas municipais, custos e aplicação dos recursos, dentre outros.
- ✓ **Gestão de Serviços Públicos Municipais:** Projetos de pesquisa sobre a qualidade do atendimento do serviço público, proposta de cursos sobre atendimento ao público nos órgãos municipais.

Por fim, as ações de extensão desenvolvidas no Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública – EaD da Faculdade Impacto de Porangatu - FIP, proporcionam ao estudante o desenvolvimento de uma visão ética, humanística, crítica e reflexiva para atuação no campo da Gestão Pública, permitindo a manutenção de um diálogo com a sociedade e uma formação pautada pelo compromisso social, visando fortalecer práticas de inserção social e valorização dos cidadãos em paralelo com a evolução do saber na academia. Assim, a partir das práticas extensionistas é possível prever benefícios para Faculdade Impacto de Porangatu - FIP, para a sociedade e a para a formação dos futuros profissionais em Gestão Pública.

2.5.5 Implementação das políticas institucionais constantes no PDI

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, instituído pela Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004, enfatiza a avaliação institucional a partir da autoavaliação, combinando autoavaliação, avaliação externa e avaliação do desempenho do educando. O SINAES, na sua regulamentação, prevê como um dos processos a autoavaliação institucional articulada ao desenvolvimento institucional.

A Faculdade Impacto de Porangatu – FIP tem como referência o seu Projeto de Desenvolvimento Institucional que define a sua missão, finalidades e objetivos.

A autoavaliação é fundamental para o gestor máximo da Faculdade acompanhar o desenvolvimento do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Assim, a avaliação institucional vai além de mudanças nas práticas individuais e

atinge a gestão, se tornando um processo qualitativo para subsidiar as políticas educacionais e científicas com a participação da instituição e sociedade.

2.5.6 Políticas Raciais

A instituição de ensino é o lugar de construção, não só do conhecimento, mas também de identidade, de valores, de respeito ao “outro”.

O Brasil é formado a partir das heranças culturais europeias, indígenas e africanas, e não contempla, de maneira equilibrada, essas três contribuições no sistema educacional. Além disso, os livros didáticos apresentam uma visão eurocêntrica, perpetuando estereótipos e preconceitos.

Esse quadro começa a mudar a partir de 2003, com a aprovação da Lei 10.639/03, que tornava obrigatório o ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira nas escolas de Ensino Fundamental e Médio, substituída, em 2008, pela Lei 11.645/08, que inclui também o ensino de História e Cultura Indígena. Essas leis alteraram a Lei de Diretrizes e Bases - LDB e têm o objetivo de promover uma educação que reconhece e valoriza a diversidade, comprometida com as origens do povo brasileiro.

Nessa perspectiva, o Projeto de Políticas étnico raciais da Faculdade Impacto de Porangatu – FIP para Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública –EaD, tem como objetivo instrumentalizar teoricamente o respeito às culturas afrodescendentes e indígenas, que têm sofrido ao longo da história brasileira preconceito, discriminação e exclusão social.

As políticas étnico-raciais do curso de Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública – EaD serão direcionadas para as temáticas abordadas na disciplina de Relações étnico raciais, Gestão de Políticas Públicas e outras disciplinas, cujas temáticas estejam contempladas nas respectivas ementas.

2.5.7 Educação Ambiental e Direitos Humanos

A educação ambiental amparada legalmente na Constituição Federal de 1988, na Lei n. 9.795/99 e compromissos internacionais assumidos, como o documento resultante da Conferência Intergovernamental de Educação Ambiental de Tbilisi de 1977. O Programa Internacional de Educação Ambiental (PIEA) de

1980 e outros, tem articulado uma educação ambiental voltada para a sustentabilidade e responsabilidade global.

Nesse processo vários países da América Latina e Caribe, dentre eles, o Brasil, assumiu compromissos internacionais como, por exemplo, o Plano Andino-amazônico de Comunicação e Educação Ambiental – PANACEA, que inclui os Ministérios do Meio Ambiente e de Educação dos países.

No plano das Políticas públicas o Ministério da Educação tem promovido inúmeras articulações, dentre elas, os Parâmetros em Ação-Meio Ambiente na Escola e o Programa de Formação Continuada de Professores (1999) a inclusão da Educação Ambiental no Censo Escolar (2001), a formação continuada de professores em Educação Ambiental e outros.

Mediante a esta realidade, o Conselho Nacional de Educação aprovou o Parecer CNE/CP nº 8, de 6 de março de 2012, homologado por Despacho do Senhor Ministro de Estado da Educação, publicado no DOU de 30 de maio de 2012, estabeleceu as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos incluindo os direitos ambientais no conjunto dos internacionalmente reconhecidos, e definiu que a educação para a cidadania compreende a dimensão política do cuidado com o meio ambiente local, regional e global.

No âmbito da educação superior a educação integral tem como metas a sustentabilidade, interdisciplinaridade e o fomento à pesquisa voltada para a educação ambiental.

Nessa perspectiva a educação ambiental, na Faculdade Impacto de Porangatu (FIP) tem como meta a sustentabilidade, interdisciplinaridade e o fomento à pesquisa voltada para a educação ambiental, por entender que a educação ambiental e direitos humanos envolvem uma educação responsável, crítica, participativa e cidadã. Nelas articulam-se os saberes tradicionais, avança na construção da cidadania, e possibilita um futuro sustentável.

A FIP conta com o Projeto de Conservação, Preservação e Sustentabilidade da FIP que tem como objetivo “Desenvolver uma política de gestão ambiental, implantando práticas voltadas para a CONSERVAÇÃO, PRESERVAÇÃO e SUSTENTABILIDADE da Faculdade Impacto de Porangatu (FIP)”.

Adicionalmente, o curso executa projetos de preservação do meio ambiente, e na disciplina de Planejamento Urbano e Meio Ambiente entre outras.

2.6 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO, COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

2.6.1 Perfil do Egresso

O profissional egresso do Curso de Gestão Pública deverá Diagnosticar o cenário político, econômico, social e legal na totalidade da gestão pública. Desenvolver e aplicar inovações científico-tecnológicas nos processos de gestão pública. Planejar, implantar, supervisionar e avaliar projetos e programas de políticas públicas voltados para o desenvolvimento local e regional. Aplicar metodologias inovadoras de gestão, baseadas nos princípios da administração pública, legislação vigente, tecnologias gerenciais, aspectos ambientais e ética profissional. Planejar e implantar ações vinculadas à prestação de serviços públicos que se relacionam aos setores e segmentos dos processos de gestão. Avaliar e emitir parecer técnico em sua área de formação.

2.6.2 Habilidades e Competências

- ✓ Conhecer os princípios que normalizam a gestão pública;
- ✓ Conhecer os princípios das práticas de gestão que podem ser propagados nas organizações públicas;
- ✓ Conhecer outros modelos de gestão públicas apregoados pelo mundo, especificamente no Brasil;
- ✓ Planejar e programar metodologias de mudança na gestão pública.
- ✓ Divulgar os conceitos de responsabilidade, sociabilidade e ética na gestão pública;
- ✓ Assimilar o atual momento econômico nacional e mundial e seus envolvimento para a Gestão Pública;
- ✓ Identificar e compreender a situação atual da economia brasileira;
- ✓ Compreender a influência do comportamento humano no gerenciamento de grupos e da organização;
- ✓ Fazer uso de ferramentas de comunicação e marketing na gestão pública;
- ✓ Dominar os conceitos e métodos da contabilidade e das finanças no planejamento, gestão e controle de recursos públicos;
- ✓ Produzir orçamentos públicos nas várias esferas da gestão pública.

- ✓ Identificar e aplicar os princípios constitucionais e administrativos que regulamentam a gestão pública;
- ✓ Prezar pela qualidade na gestão pública a partir dos princípios e ferramentas da mesma;
- ✓ Distinguir as características e potencialidades do empreendedorismo na gestão pública;
- ✓ Analisar as principais políticas de gestão do estado brasileiro;
- ✓ Discernir sobre a legislação previdenciária e qualificar sua utilidade na gestão pública;
- ✓ Identificar o passo a passo dos processos de licitação e gestão de contratos no setor público;
- ✓ Conhecer, identificar e caracterizar sistemas de controles sobre registros contábeis e gerenciais, de publicações contábeis ou gerenciais, de métodos de estornos, ajustes ou reclassificações, de acordo com as normas e princípios de contabilidade a serem aplicados;
- ✓ Dominar a Lei de Responsabilidade Fiscal e sua usabilidade na gestão pública.
- ✓ Elaborar e delinear projetos voltados para atender o setor administrativo público

2.6.3 Áreas de Atuação Profissional

O custo crescente dos procedimentos, a incorporação contínua de tecnologia de ponta e a demanda por qualidade de serviços têm levado as instituições a selecionar profissionais com conhecimentos especializados. Assim, o Tecnólogo em Gestão Pública poderá atuar nas diferentes esferas da administração pública: Prefeituras, Câmaras Municipais e Federal, Assembleias Legislativas, Senado, dentre outras.

2.6.4 Acompanhamento de Egresso

O processo educacional pretendido pela Faculdade Impacto de Porangatu – FIP extrapola o período em que o aluno permanecerá estudando na IES. Enseja-se um acompanhamento da sua atuação no mercado de trabalho e um apoio de

orientação e formação complementar. A Faculdade pretende ser uma referência permanente na vida dos egressos, possibilitando assim, diversos canais de participação.

A FIP considera fundamental poder aproveitar a experiência de todos os profissionais que estão passando pelo ambiente acadêmico e que, após sua formação, possam contribuir com a visão das condições de mercado de trabalho que encontraram, com as exigências em relação aos conhecimentos e às principais competências e habilidades do profissional.

Assim, o acompanhamento dos egressos Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública – EaD, representa uma busca pelo conhecimento institucional, tendo como foco da atenção os(as) ex-alunos (as), a partir de suas realidades pessoais, acadêmicas e profissionais, na apreensão de dados relevantes sobre o ensino superior, contribuindo diretamente com a qualidade e atualização do curso.

Como parte integrante do Programa de Avaliação Institucional os egressos preencherão questionários de avaliação da instituição, contendo informações atuais do perfil socioeconômico do egresso, e sobre suas atuais atuações no mercado de trabalho. A IES instituirá as seguintes ações voltadas para o egresso da instituição:

- Organização e atualização permanente do cadastro de egressos.
- Sistema de comunicação efetivo e sistemático com os egressos.
- Articulação com agências de emprego do estado.
- Encaminhamento e acompanhamento de egressos para as ofertas de emprego.
- Criação de boletim informativo com a participação de egressos.
- Incentivo a associações de egressos.
- Pesquisa sobre o desempenho do egresso empregado.
- Realização de eventos para egressos da instituição.
- Participação do egresso como membro da CPA.

A Faculdade Impacto de Porangatu – FIP, identificará as dificuldades de seus egressos e coleta informações junto mercado, visando formar profissionais

cada vez mais qualificados para o exercício de suas atribuições. Para atingir a finalidade do Programa de Acompanhamento de Egressos, a FIP manterá as seguintes ações:

- a) Cadastro por meio de um banco de dados;
- b) Portal do Egresso;
- c) Endereço eletrônico;
- d) Promoção de eventos.

A FIP realizará uma série de eventos, tais como: palestras, seminários, congressos, *fóruns*, *workshops*, entre outros, para oportunizar a participação de egressos, ao divulgados em maior amplitude para os ex-alunos, por meio de seus e-mails cadastrados e do Portal do Egresso.

Assim a IES terá como prática convidar ex-alunos com a finalidade de relatar suas experiências e vivências, integrando alunos ex-alunos empresas comunidade e Instituição.

2.6.5 Política de Acompanhamento do Egresso

A Faculdade Impacto de Porangatu – FIP conta com uma política institucional de egressos vinculada as ações de marketing institucional que se materializa em uma Política de Acompanhamento de Egressos. As atividades dessa política possibilitam também uma avaliação contínua da Instituição, viabilizando a participação dos egressos em atividades de Extensão e educação continuada.

2.7 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação não é entendida nem como um ato isolado, ao término de um período letivo em que se julga se o aluno pode ou não ser aprovado, nem como um conjunto de constatações a respeito do aproveitamento ou não do aluno, sem se basear em medidas concretas e imediatas que permitam corrigir o comportamento do aluno (ou, se for o caso, do professor, ou até mesmo da programação). A avaliação deve ser entendida como um processo integrado ao processo ensino-aprendizagem.

Os Professores baseiam-se nos objetivos a alcançar como critérios definidores do processo de avaliação: são os objetivos que dizem o que avaliar, de que forma avaliar, qual a técnica ou instrumento utilizar para avaliar, o que registrar e de que forma, como discutir o aproveitamento ou não da atividade e qual o encaminhamento a ser combinado com o aluno, tendo em vista reiniciar o processo de aprendizagem.

Aquisição de informações, desenvolvimento de habilidades motoras, capacidade de comunicação, participação e iniciativa no processo de aprendizagem, prontidão, habilidades técnicas e artísticas, atitudes de companheirismo, relacionamento humano, colaboração com os colegas, imaginação, memória, capacidade de relacionar informações etc. São objetivos que se constituem em critérios para o Professor organizar o processo de avaliação, elaborar os instrumentos avaliatórios adequados e utilizar as técnicas convenientes a todos eles aspectos em parte imprescindíveis ao se propor uma avaliação.

Estes elementos devem estar claros tanto para professores como para os alunos já que desta clareza é que advém um clima de colaboração, de compreensão fundamental no relacionamento professor/grupo/classe.

Portanto, espera-se dos professores do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública - EaD a manutenção de um clima de trabalho conjunto entre professor e aluno, mesmo durante o processo de avaliação. Que haja uma definição bastante clara do processo de avaliação quer por parte do professor quer por parte do aluno, mas também uma compreensão completa dos objetivos a serem atingidos. Isto traz segurança ao comportamento de ambos. O aluno sabe onde deverá chegar e que passos deverá percorrer para isso. O professor conhece quais são as aprendizagens a serem adquiridas pelo aluno e através de quais referências poderá determinar se elas foram ou não conseguidas de fato.

Faz parte do processo educativo o aluno aprender a se auto avaliar. O clima de cooperação e confiança entre professor e aluno facilita o desenvolvimento da capacidade de autoavaliação do aluno. Esta preenche finalidades importantíssimas, relacionadas com a condição de aprendiz de todo ser humano. Aprender a se autoavaliar é educar-se para a vida como cidadão do mundo.

A autoavaliação, para ser realizada adequadamente, requer todo um trabalho do professor e do aluno, a fim de que seja aprendida e desenvolvida, gradualmente, por meio de treino. O aluno precisa aprender não só a se observar,

a comparar e a relacionar seu desempenho com os objetivos propostos, mas também a desenvolver uma honestidade pessoal a fim de reconhecer tanto seu sucesso como seu fracasso.

O processo de avaliação abarca tanto o desempenho do aluno, quanto o do professor, bem como a adequação do programa. Um processo de aprendizagem resulta da inter-relação de três elementos: o desempenho do aprendiz, o de seu orientador e a adequação do programa apresentado.

- Dentre os mecanismos empregados para a avaliação podemos destacar:
- Acompanhamento das atividades e participação do aluno;
- Realização de trabalhos de pesquisa em grupo e individualmente;
- Provas;
- Avaliações multidisciplinares;
- Seminários;
- Participação nas discussões promovidas (chat, fóruns);
- Realização e apresentação de trabalhos;
- Participação nos encontros presenciais.

O aproveitamento escolar é avaliado através de acompanhamento contínuo do aluno e dos resultados por ele obtidos nos exercícios escolares. Compete ao professor da disciplina elaborar os exercícios escolares sob a forma de prova e demais trabalhos, bem como lhes julgar os resultados. Os exercícios escolares de verificação constam de trabalhos de avaliação, trabalhos de pesquisa e outras formas previstas no plano de ensino da disciplina.

Atendida em qualquer caso a frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) às aulas e demais atividades escolares, é aprovado:

I Independentemente de exame final, o aluno que obtiver nota de aproveitamento não inferior a 6 (seis), correspondente à média aritmética das notas dos exercícios escolares;

II Ao final da disciplina, o aluno que não atingir a Média Parcial (MP) estabelecida no caput deste artigo, pode prestar exame final (EF), devendo obter, também, neste caso, uma Média Final (MF), resultante da média aritmética simples entre as notas obtidas na Média Parcial (MP) e o exame final (EF) para a disciplina, sendo considerado aprovado o aluno que obtiver Média Final (MF) igual ou superior a 6,0 (seis vírgula zero).

III É considerado reprovado na disciplina o aluno que obtiver Média Parcial ($B1 + B2 = MP$) igual ou inferior a 1,9 (um vírgula nove) não podendo assim se submeter ao exame final (EF).

IV O aluno com Média Parcial inferior a 2,0 (dois) ou com frequência inferior a 75% (setenta e cinco) por cento, será considerado reprovado na disciplina e não tem direito a prestar exame final (EF).

V O aluno reprovado por não ter alcançado, seja a frequência, sejam as notas mínimas exigidas, repetirá a disciplina, sujeito na repetência às mesmas exigências de aproveitamento, estabelecidas no Regimento. (REGIMENTO INTERNO, 2023).

2.7.1 Descrição do Sistema de Avaliação em EaD

A avaliação busca ir além da simples aplicação de provas e testes, e tenta verificar o investimento do aluno mediante a reprodução livre, com expressões próprias, relacionamentos, simulações, explicações práticas e outros.

Podemos dizer que a avaliação, como parte integrante do planejamento do processo de ensino-aprendizagem apresenta três funções, as quais fazem parte do sistema de avaliação da FIP. São elas:

- **Função Diagnóstica:** Tem por finalidade realizar uma sondagem de conhecimentos e experiências já adquiridas pelo aluno.
- **Função Formativa:** Propicia aos envolvidos, professor e aluno, ao longo do processo ensino-aprendizagem, a correção de falhas, esclarecimentos de dúvidas e estímulo ao alcance dos objetivos propostos.
- **Função Somativa:** Considerando que a função somativa da avaliação visa a proporcionar uma medida expressa em uma nota correspondente ao desempenho do aluno, será realizado, durante o curso, um processo de avaliação contínuo e, obrigatoriamente, duas avaliações presenciais por módulo, verificando assim se os objetivos da disciplina foram alcançados após o processo de ensino-aprendizado vivenciado e finalizado.

As avaliações dos estudantes baseiam-se nas competências e habilidades esperadas, definidas no planejamento didático, e respectivamente associadas aos conteúdos curriculares, tendo como referência as Diretrizes Curriculares. O acompanhamento constante do desempenho do aluno será efetuado pelo tutor.

As disciplinas dos cursos em EaD, da FIP, preveem encontros mensais e avaliações presenciais, de frequência obrigatória.

Os alunos são avaliados por disciplina em relação aos conhecimentos adquiridos e às competências e habilidades desenvolvidas, sendo discutido o seu aproveitamento ao longo e ao final do processo. A principal base de sustentação da avaliação da aprendizagem do aluno será o acompanhamento constante de seu desempenho, efetuado pelo tutor.

Os Cursos são ofertado trimestralmente, fica ressaltada a importância da utilização de um processo de avaliação da aprendizagem que ateste efetivamente o desenvolvimento das competências e habilidades desejadas.

A avaliação da aprendizagem do aluno dos cursos a Distância de Graduação é contínua, com ênfase nos aspectos colaborativos, incluindo tarefas grupais/individuais, considerando tanto o processo como os desempenhos alcançados.

Tal processo avaliativo da aprendizagem da disciplina é composto por dois tipos:

- a) atividades avaliativas online: se darão ao longo do curso no decorrer das unidades das disciplinas. É composta pela verificação da participação dos alunos nos exercícios de autocorreção, nos fóruns, nas atividades colaborativas, pesquisas, análises críticas referentes aos conteúdos das aulas e defesa de posicionamentos.
- b) uma avaliação presencial por trimestre: As avaliações presenciais ocorrerão ao final de cada trimestre e constarão de itens de múltipla escolha (60%), de questões dissertativas (40%) e/ou de atividades teórico-práticas, com elaboração de projeto e/ou artigo sobre os conteúdos desenvolvidos, de acordo com a especificidade da disciplina.

a) Atividades de Avaliação Presencial

As avaliações presenciais obrigatórias dos cursos a distância serão realizadas nas instalações da FIP e nos Polos de Apoio Presencial após credenciamento.

As avaliações presenciais obrigatórias, totalizando 2 (duas) por trimestre (B2 e B3), serão realizadas na sede da Faculdade e nos Polos de Apoio Presencial, quando houver, credenciados pelo MEC, de acordo com a Portaria Nº 1067, de 01/11/2013 e da Resolução do MEC/CNE/CES Nº 1, de 11/03/2016. O calendário de realização das avaliações presenciais obrigatórias será divulgado para os alunos ao início do curso, para que possam fazer o agendamento prévio e garantir a disponibilidade de participação.

Com relação à formação da nota final do aluno, em cada disciplina, a média da pontuação obtida nas avaliações presenciais obrigatórias corresponderá a 60% enquanto que a média da pontuação nas demais atividades avaliativas, realizadas a distância, corresponderá a 40%.

Conforme estipulado no artigo 4º do Decreto 5.622/2005, os resultados das avaliações presenciais prevalecerão sobre aqueles obtidos em qualquer outra forma de avaliação a distância, e sempre terão um peso maior que estes.

No caso de o aluno faltar à avaliação presencial obrigatória, será dada a ele a alternativa de realização da avaliação N3, em substituição a avaliação em que esteve faltoso.

As avaliações de aprendizagem propostas estão orientadas para a verificação dos conhecimentos efetivamente construídos e das competências e habilidades profissionais desenvolvidas pelo aluno, aferindo-se tais resultados por meio da realização de trabalhos de pesquisa individuais e em grupo, além de estudos de caso para aplicação prática do que foi aprendido, integrando as novas informações aos conhecimentos prévios dos alunos.

Para cada disciplina do trimestre os alunos terão um momento de aulas presenciais, destinado a revisão do conteúdo antes da realização das avaliações.

b) Atividades Interativas/Online

O acompanhamento do desempenho do aluno pelos Docentes/tutores, coordenadores e pelo próprio discente permite uma interação mais dinâmica e ativa do aluno com o conteúdo do curso, possibilitando a formulação dos seus questionamentos e dúvidas de forma objetiva.

Estas serão realizadas no Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA - adotado pela Faculdade:

- I. Fóruns de discussão temáticos, de revisão, por aula ou por assunto;
- II. Atividades discursivas, baseadas em situações de aplicação, síntese ou análise, por meio de situações problema, estudos de casos, etc.;
- III. Atividades objetivas, por meio de exercícios dinâmicos (perguntas variáveis), com autocorreção e gabarito comentado;
- IV. Chat agendado para discussões de conteúdos da disciplina;
- V. Teleclasse;

Tais atividades serão administradas pelo rastreamento da navegação de cada aluno ou turma, em cada ferramenta, e com identificação do tempo e número de acessos. Estas atividades podem ser avaliativas ou não avaliativas, dependendo do desenho didático existente no Mapa de Atividades proposto para a disciplina.

A pontuação por participação nas atividades interativas será adicionada à nota alcançada pelos alunos nas atividades avaliativas online.

c) Acompanhamento das Atividades Avaliativas Online

No início de cada período letivo será publicado no AVA o calendário para realização das atividades online de cada disciplina e os respectivos critérios de avaliação. Os professores-tutores têm um limite de 48 horas para o esclarecimento de dúvidas apresentadas pelos alunos em relação às atividades realizadas e um prazo máximo de 7 dias úteis para a correção, a partir da data em que foram postadas no ambiente, pelo aluno.

➤ COMPOSIÇÃO DAS AVALIAÇÕES:

1ª Avaliação B1:

O calendário das avaliações será publicado na página principal da disciplina. A avaliação B1 é igual à média aritmética das atividades avaliativas on-line, totalizando até 10 (dez) pontos. Na média final, a nota de B1 terá peso 4.

Para a avaliação B1, somente não será permitida a obtenção do grau zero, por rendimento ou por não realização das atividades, caso isto venha a acontecer o aluno estará reprovado.

2ª Avaliação B2:

A segunda avaliação B2 é uma avaliação presencial (total de dez pontos), contendo o conteúdo completo. Na média final a nota de B2 terá peso 6.

A nota obtida será somada à primeira avaliação B1. A aprovação se dará com obtenção de notas que estejam entre 6,0 pontos (seis) e 10,0 pontos(dez), salientamos que a nota mínima será igual a 6,0 pontos.

3ª Avaliação B3:

A terceira avaliação B3 é uma avaliação presencial (total de dez pontos), contendo o conteúdo completo. Na média final, a nota de B3 terá peso 6. A avaliação B3 terá somente as funções a seguir:

- I. Avaliação de 2ª chamada para o aluno que não fez a avaliação B2.
- II. Avaliação para o aluno alcançar a média final de aprovação 6,0 (seis), em substituição a avaliação B2 (caso não tenha alcançado a média).
- III. Avaliação optativa para o aluno melhorar sua média final, substituindo a avaliação B2.

Observação: o aluno que realizar a B3 como segunda chamada não terá direito à marcação de nova prova para recuperação da nota.

➤ DA APROVAÇÃO

O aluno será aprovado na(s) disciplina(s) se atender a TODOS os critérios a seguir:

- I. Caso o aluno que obtenha grau zero, por rendimento ou por não realização das atividades na etapa de B1, estará reprovado, sem a necessidade de realização das provas presenciais, em função da nota de avaliação B1 não pode ser substituída nos casos de pontuação zero.
- II. Obtiver aproveitamento igual ou maior a 50% em uma das provas presenciais, ou seja, nota igual ou maior a 5 (cinco) pontos.
- III. Obtiver grau numérico igual ou maior a 6 (seis) na média ponderada entre o primeiro grau de qualificação (B1) e o segundo grau de qualificação (B2 ou B3); essa média final (MF) será calculada por meio da seguinte fórmula:
$$MF = (B1 \times 4) + (B2 \times 6) / 10 \text{ ou } MF = (B1 \times 4) + (B3 \times 6) / 10$$

d) Aprovação na Disciplina e no Módulo

O aproveitamento do aluno em cada disciplina, nas avaliações presenciais (AP) e nas atividades on-line (AO) será expresso por meio de uma escala de 0 (zero) a 10 (dez) e computado somente até a primeira casa decimal.

Para se fazer avaliações pedagogicamente consistentes, cada docente precisará, a priori, estabelecer as competências a serem desenvolvidas ou os objetivos a serem atingidos, definidos na fase de planejamento das disciplinas.

Os exercícios escolares e outras formas de verificação do aprendizado previstas sob forma de avaliação no plano de ensino da disciplina serão analisados pelo NDE e aprovados pelo Colegiado, todo início de trimestre, considerando as características e perfil dos alunos ingressantes, visando à aferição do aproveitamento escolar do aluno.

As avaliações da aprendizagem e do desempenho escolar serão feitas por disciplina, incidindo sobre a frequência e o aproveitamento das atividades e dos conteúdos ministrados em cada uma delas.

2.8 FORMA DE ACESSO AO CURSO

O acesso ao curso se dá por meio do processo seletivo que se destina a avaliar a formação recebida pelos candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e a classificá-los dentro do estrito limite das vagas oferecidas pelo curso.

As inscrições para processo seletivo são abertas em edital, do qual constarão os cursos oferecidos com as respectivas vagas, os prazos de inscrição,

a documentação exigida para a inscrição, a relação das provas, os critérios de classificação e demais informações úteis.

O processo seletivo abrange conhecimentos comuns às diversas formas de escolaridade do ensino médio, sem ultrapassar este nível de complexidade, que serão avaliados através de provas, na forma disciplinada pelo Conselho Superior.

A classificação é feita pela ordem decrescente dos resultados obtidos, sem ultrapassar o limite das vagas fixadas, excluídos os candidatos que não obtiverem os níveis mínimos estabelecidos pelo Conselho Superior.

A classificação obtida é válida para a matrícula no período letivo para o qual se realiza a seleção, tornando-se nulos seus efeitos se o candidato classificado deixar de requerê-la ou, em o fazendo, não apresentar a documentação regimental completa, dentro dos prazos fixados.

Na hipótese de restarem vagas poderá realizar-se novo processo seletivo, ou nelas poderão ser matriculados portadores de diploma de graduação, conforme legislação vigente.

Vale ressaltar que as especificações para os portadores de necessidades especiais são atendidas de acordo com a Lei vigente. O aluno ingressante pode contar com parcerias e convênios entre a instituição e várias empresas e instituições locais: associações, clubes, cooperativas, órgãos públicos, prefeituras e sindicatos bem como uma variedade de projetos sociais.

2.9 POLÍTICA PARA A MODALIDADE DE EAD

A Educação a Distância – EAD – surgiu oficialmente no Brasil a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996), que foi normatizada pelo Decreto 2.494 (de 10 de fevereiro de 1998), pelo Decreto 2.561 (de 27 de abril de 1998).

Ao final dos anos 1990, iniciaram-se as reflexões sobre as práticas e metodologias pedagógicas no intuito de melhorar a qualidade do ensino-aprendizagem na EaD. Atualmente, por meio da Internet e das plataformas de *e-learning*, é possível aproximar professores e alunos, culturas e pesquisas diversificadas, bem como mitigar os rastros de preconceito que cercavam a educação à distância.

Conforme Mattar (2011), acerca da contextualização da EaD no Ensino Superior brasileiro, em 1972 o governo federal enviou à Inglaterra um grupo de educadores para analisar o modelo da Open University, que havia sido criada recentemente. O relatório final marcou, para alguns autores, uma posição reacionária em relação às mudanças no sistema educacional brasileiro, gerando, deste modo, obstáculos para implantação da Universidade Aberta e a Distância no Brasil.

A Universidade de Brasília foi pioneira no uso da EaD, com o Programa de Ensino a Distância (PED). Em 1989, foi criado o Centro de Educação Aberta, Continuada, a Distância (CEAD - UnB), que hoje utiliza diversas mídias como correio, telefone, fax, e-mail e Internet.

Com a regulamentação e o crescimento da aceitação dos cursos à distância, o Ministério da Educação espera alcançar as metas do Plano Nacional da Educação (PNE), especialmente pelo fato da EaD permitir a ampliação de atendimento, já que elimina as barreiras físicas e sociais, oferecendo à clientela a mesma qualidade dos cursos presenciais.

Em 2003, foi elaborada a primeira versão dos Referenciais de Qualidade para a EaD. Em 2007, o documento foi atualizado e embora não tenha força de lei, ele é compreendido como um referencial norteador para subsidiar os atos legais do poder público no que se refere aos processos regulatórios e de avaliação da modalidade EaD (MATTAR, 2011, p. 64).

Quanto ao futuro da educação à distância, destacam-se algumas tendências que devem ser observadas pelas Instituições de Educação Superior brasileira, a saber:

- currículos mais flexíveis;
- docência on-line independente;
- desenvolvimento dos Ambientes Pessoais de Aprendizagem (ou *Personal Learning Environments* – PLEs);
- mundos virtuais 3D;
- Games, *Mobile learning*, *Work-based learning*;
- realidade aumentada e cruzada;
- recursos educacionais abertos;
- livros eletrônicos e
- formação continuada de professores.

Diante deste contexto, a Faculdade Impacto de Porangatu - FIP inicia a oferta da educação à distância, criando as condições necessárias para esta

verdadeira revolução cultural, em que qualquer estudante pode seguir seu próprio ritmo, cujo espaço e tempo são redimensionados.

A inserção da FIP neste universo da EaD ocorre por meio da oferta de disciplinas a distância para atender até 40% da carga horária de cursos de graduação presenciais, conforme Portaria do Ministério da Educação nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019 no seu Art. 2º que faculta “As IES poderão introduzir a oferta de carga horária na modalidade de EaD na organização pedagógica e curricular de seus cursos de graduação presenciais, até o limite de 40% da carga horária total do curso. E, ainda, no seu § 3º do 2º Art. Descreve que “As atividades extracurriculares que utilizarem metodologias EaD serão consideradas para fins de cômputo do limite de 40% de que trata o caput.”.

A FIP entende que a EaD requer técnicas especiais de desenho de curso, técnicas especiais de instrução, métodos especiais de comunicação por meio da informática e outras tecnologias, bem como arranjos essenciais organizacionais e administrativos.

Assim sendo, tem como política para a educação a distância:

- implantar na estrutura curricular dos programas regulares presenciais, reconhecidos, a oferta de 40% da carga horária total do curso na forma de ensino semipresencial, utilizando-se da metodologia a distância, visando à agilização e flexibilização do currículo;
- lançar programas de EaD fundamentados e direcionados para diferentes nichos do mercado; públicos previamente eleitos e definidos, conforme o perfil socioeconômico e cultural;
- desenvolver um sistema de monitoramento das oportunidades de mercado e identificação de público potencial para essas diferentes demandas;
- apresentar para o mercado os cursos semipresenciais como diferencial competitivo;
- criar um sistema integrado e harmonioso de ensino não presencial em nível nacional;
- oferecer pelo menos duas metodologias de EaD, eleitas entre as mídias mais adequadas, de acordo com o público-alvo definido, de forma que não fique restrita aos processos de tecnologia virtual, via web;
- prever parcerias como polo de ensino a distância de universidades credenciadas pelo MEC para desenvolver os programas de EaD.
- prever suporte de parcerias para os programas em EaD que disponibilizem aquisição de conhecimento específico e ferramentas ideais para sua implementação e permitam disponibilizar os recursos de infraestrutura tecnológica de forma subsidiada;
- selecionar docentes devidamente competentes para a construção de aulas em sistema EaD;
- incentivar a presença de educadores atualizados em conteúdos específicos,

- psicologia da aprendizagem, didática, metodologia do ensino, sistemas de avaliação, tecnologia educacional e outras áreas do conhecimento, imprescindíveis na etapa de elaboração e produção de material;
- desenvolver programas de treinamento e orientação para o uso de novas tecnologias e metodologias para o ensino EaD;
 - selecionar disciplinas que se mostrem mais adequadas para ofertar aulas aos alunos presenciais, com metodologia EaD, favorecendo a interdisciplinaridade entre os cursos;
 - selecionar os conteúdos e os meios que veicularão os cursos, calcular os recursos financeiros e estabelecer os cronogramas a partir do conhecimento das reais necessidades da clientela;
 - conceber os textos e demais materiais didáticos segundo linguagem e técnicas que levem o aluno a refletir, a desenvolver o espírito crítico-criativo, a relacionar o aprendizado a seu contexto social e a ser participativo (mediação pedagógica);
 - aplicar para todos os programas desenvolvidos em EaD a avaliação presencial, disponibilizada em horários flexíveis, a fim de garantir sua legitimidade;
 - desenvolver um sistema integrado e específico para controle e administração das notas e frequência dos alunos que estiverem frequentando as disciplinas em EaD, nos programas presenciais regulares;
 - adotar o sistema de tutoria que possibilita a realização de atividades contextualizadas segundo a realidade do aluno, exercícios de resolução de problemas, enfim, aprendizagens significativas e interação entre o tutor e o aluno, que passa a ser visto como um interlocutor ativo;
 - considerar o aspecto bidirecional da comunicação nos cursos não-presenciais, isto é, a relação dialógica e interativa entre o professor/tutor e seu aluno;
 - requerer do aluno as qualidades de autonomia, autodidatismo e autodisciplina.

2.10 METODOLOGIAS E TECNOLOGIAS ADOTADAS E SUA CORRELAÇÃO COM OS PROJETOS PEDAGÓGICOS DOS CURSOS EAD

Dos princípios educacionais propostos, decorre a compreensão sobre o processo de ensino e aprendizagem: ele se constitui por meio da relação entre sujeitos concretos, aluno-professor, que compartilham práticas sociais de sua cultura, que contribuem com suas subjetividades, compartilham significados e registros de sentidos que dão ao mundo, promovem reflexão e crítica da realidade por meio dos conhecimentos adquiridos.

A metodologia adotada considera que o indivíduo constrói seu próprio conhecimento principalmente por meio de suas estruturas mentais. O aluno compõe o seu conhecimento na medida em que o que lê, vê, ouve, sente e toca é

testado contra o conhecimento anterior e, se for viável, pode formar um novo conhecimento.

Nessa proposta metodológica, o professor deixa de ser o eixo do processo de ensino-aprendizagem e o aluno passa ser ativo e autônomo na construção de seu conhecimento, inclusive por meio da interação com o meio e com os outros sujeitos do processo. O papel do professor, enquanto agente promotor de aprendizagem é o de desafiar, estimular a reflexão, orientar motivar o aluno para a exploração, a reflexão. O professor questiona e facilita o processo de construção do conhecimento.

2.10.1 Educação a Distância (EAD) nos Cursos

A proposta basilar da EaD nos Cursos é unir as exigências tecnológicas do ambiente virtual à estrutura pedagógica já oferecida, visando aumentar a Acessibilidade ao ensino e a Flexibilidade na estrutura curricular do curso.

- A Flexibilidade na estrutura curricular do curso, com a inclusão de disciplinas em EaD, é flexível nos seguintes aspectos:
 - a) não possui pré-requisitos para cursar as disciplinas;
 - b) os alunos escolhem horários de estudo para integralizar a atividade prevista além de ter opção de baixar textos, documentos e arquivos, assistir videoaulas disponibilizados pelos professores;
 - c) se o aluno reprovar em alguma disciplina ele pode optar por deixar para refazê-la no final do curso, desde que no período máximo de integralização do curso;
 - d) flexibilidade nos horários de realização das provas e estudos;
 - e) acessibilidade em diversas áreas do saber pertinentes ao curso que realiza.

Dessa forma, a FIP e os seus cursos presenciais, estão sempre em implementação para a EaD. Deste modo, para a consolidação da EaD no curso e na Faculdade, os seguintes princípios são priorizados:

- Realizar acompanhamento sistemático dos processos relacionados à EaD, por meio de avaliação criteriosa das ações;
- Buscar a utilização das mídias de forma racional;
- Aprimorar os materiais de ensino, tornando os conteúdos mais atraentes e interessantes aos alunos;
- Buscar atendimento imediato às necessidades do aluno e propiciar orientação metodológica permanente, pois mesmo distante fisicamente, nas disciplinas ofertadas em EaD, o aluno deve ser devidamente motivado e

- informado;
- Elaborar materiais didáticos adequados, atendendo os requisitos científicos da EaD;
 - Zelar pela consciência teórica e imagem da EaD e da Instituição;
 - Garantir que os tutores possuam formação de qualidade de modo a assegurar consistência nos processos de EaD, durante o planejamento, a implementação e avaliação;
 - Redefinir a noção de tempo de ensino e de aprendizagem, de espaço, de formato do público (a turma, a classe), da figura do professor, dos materiais e dos procedimentos didáticos;
 - Promover a autodisciplina dos estudantes e a capacidade de autoinstrução.

2.11 ESTRUTURA CURRICULAR

O futuro profissional faz parte de um contexto social, o qual passa por transformações significativas na organização de sua produção econômica e cada vez mais competitiva. Com isso, tem-se havido dramáticas modificações na demanda por recursos humanos, as quais as instituições de ensino superior devem estar sempre atentas. Regionalmente, a caracterização econômico-social tem mostrado um amplo espaço a ser conquistado e desenvolvido por profissionais gestores públicos. Com o intuito de atender as demandas, espera-se que a FIP forme profissionais com aguda consciência social, crítica e reflexiva, fundamentada nos valores humanistas, que não propiciem apenas a aquisição do conhecimento e sim, que os tornem capazes de contribuir para a transformação da sociedade.

Fundamentado na perspectiva mais abrangente e dinâmica de estrutura curricular, o curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública EaD da FIP estruturou um currículo de forma sistêmica global, que estejam presentes os aspectos de flexibilidade, interdisciplinaridade, acessibilidade pedagógica atitudinal, transversalidade, compatibilidade de carga horária total (em horas), articulação da teoria com a prática. Considerando ainda as atualizações constantes sociais e da população, entendo que o profissional de Gestão Pública se tornou um integrante essencial do setor público entendendo ainda que a formação do futuro profissional em Gestão pública permitirá formação generalista, humanista, crítica e reflexiva, capacitado a atuar em todos os níveis das organizações públicas, com base no rigor científico e intelectual. Detendo de uma visão ampla e global, respeitando os princípios éticos, e culturais do indivíduo e da coletividade conforme Catálogo Nacional do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública.

O curso de Superior de Tecnologia em Gestão Pública adota o regime seriado trimestral, a fim de absorver os princípios de integração e integralidade que a proposta do curso apresenta, além de permitir o máximo desempenho do acadêmico.

Contemplando ainda na estrutura curricular do curso de Superior de Tecnologia em Gestão Pública da FIP, as atividades complementares estão previstas em regulamento, totalizando 85 horas. Essas estão incrementadas durante todo o curso, e a instituição cria mecanismos de aproveitamento, adquiridos pelo estudante através de estudos e práticas independentes e / ou à distância.

Podem ser reconhecidos como atividades complementares:

- Programas de Monitorias;
- Programas de Iniciação Científica;
- Programas de Extensão;
- Estudos Complementares;
- Cursos realizados em outras áreas afins.
 - Seminários,
 - Palestras,
 - Mesas redondas e debates,
 - Visitas técnicas e
 - Atividades culturais.

REPRESENTAÇÃO GRÁFICA

Núcleo de Formação Básica
MÓDULO I e II
Núcleo de Análise Científica em Gestão Pública
MÓDULOS III a VI
Núcleo de Consolidação Tecnológica em Gestão Pública
MÓDULOS VII e VIII

ANÁLISE GERAL DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM Gestão Pública EaD	C.H. Total	%
Núcleo de Formação Básica	345	20%
Núcleo de Análise Científica em Gestão Pública	885	51%
Núcleo de Consolidação em Gestão Pública	405	24,1%
Atividades Complementares	85	4,9%
Carga Horária do Curso	1720	100%
Carga Horária das Atividades Extensionistas	180	
Carga Horária Mínima segundo a DCN	1600	-

2.11.1 Matriz e Ementário do Curso Gestão Pública

A matriz curricular do curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública a distância está organizada com 25 (vinte e cinco) disciplinas, distribuídas em 8 (oito) módulos trimestrais, a serem integralizadas no mínimo de 2 (dois anos) e no máximo 3 (três) anos. A integralização das disciplinas corresponde à 1.720 horas.

MÓDULO	DISCIPLINA	Ext.	C.H. TOTAL
I	Ensino à Distância	10	75
	Comunicação Empresarial		60
	Economia no Setor Público	10	60
	Sub Total	20	195
II	Gestão de Políticas Públicas		75
	Relações étnico-raciais	10	45
	Ética e Responsabilidade Profissional	10	45
	Sub Total	20	165
III	Estratégia Competitiva no Setor Público		75
	Elaboração e Análise de Projetos	20	75
	Finanças, Orçamento Público e Órgão de Controle	10	75
	Sub Total	30	225

IV	Gestão de Pessoas	10	75
	Contabilidade Pública		75
	Elaboração e Planejamento de Projetos Sociais	20	45
	Sub Total	30	195
V	Gestão de Logística e Operações		45
	Gestão de Parceria Público Privada	10	75
	Sistemas de Informações Gerenciais		45
	Direito Administrativo e Tributário	20	75
	Sub Total	30	240
VI	Controle Interno e Externo da Administração Pública		75
	Métodos Quantitativos Aplicados à Gestão	10	75
	Gestão de Contratos e Licitações	10	75
	Sub Total	20	225
VII	Planejamento Urbano e Meio Ambiente	20	75
	Análise Orçamentária e Fiscal		75
	Gestão de Obras Públicas	10	75
	Sub Total	30	225
VIII	Direito Constitucional		45
	Gestão de Serviços Públicos Municipais	10	75
	Letramento em Libras		45
	Atividades Complementares		85
	Sub Total	10	250
Total de horas do Curso		180	1720

Nas ementas constam a bibliografia básica e a bibliografia complementar/sugerida (esta última entendida como o conjunto de obras propostas pelos professores conteúdistas de cada uma das disciplinas do curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública a distância da Faculdade Impacto de Porangatu – FIP e que não necessariamente encontre-se disponível no acervo da biblioteca da Faculdade Impacto de Porangatu – FIP.

O ementário das disciplinas acompanhadas das referências básicas e complementares, encontram-se no decorrer do presente documento.

2.11.2 Ementário do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública

I - MÓDULO

1. EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA	
Carga horária	75 horas
EMENTA	
<p>Utilizar o computador como ferramenta de trabalho na atividade profissional. Apresentar e inteirar o aluno ingressante da forma de trabalho na modalidade EaD, apresentando também a legislação relacionada com a modalidade. Conhecer o ambiente virtual que será utilizado como mediação no processo de ensino-aprendizagem durante o curso. Conceituação, objetivos, organização e estrutura curricular, processo de avaliação de aprendizagem e as características da modalidade de educação a distância.</p>	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
<ul style="list-style-type: none"> • Educação corporativa • A educação a distância na educação corporativa • As tecnologias de informação e comunicação no contexto das organizações • Desenvolvimento de competências nas organizações • Desenvolvendo competências para atuar na educação a distância • Elaborando um plano para capacitação dos profissionais • Tendências e desafios para as organizações de aprendizagem • A educação a distância e a gestão do conhecimento 	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>MUNHOZ, Antonio S. Informática aplicada à gestão da Educação. [Digite o Local da Editora]: Cengage Learning Brasil, 2016. E-book. ISBN 9788522123773. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522123773/. Acesso em: 23 out. 2023.</p> <p>MACHADO, Dinamara P.; MORAES, Márcio Gilberto de S. Educação a Distância - Fundamentos, Tecnologias, Estrutura e Processo de Ensino e Aprendizagem. [Digite o Local da Editora]: Editora Saraiva, 2015. E-book. ISBN 9788536522210. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536522210/. Acesso em: 23 out. 2023.</p> <p>BEHAR, Patricia A. Modelos pedagógicos em educação a distância. [Digite o Local da Editora]: Grupo A, 2009. E-book. ISBN 9788536318622. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536318622/. Acesso em: 23 out. 2023.</p>	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
<p>CORREIA, Rosângela Aparecida R. Introdução à Educação a Distância. [Digite o Local da Editora]: Cengage Learning Brasil, 2015. E-book. ISBN 9788522123803. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522123803/. Acesso em: 23 out. 2023.</p>	

POLIZEL, Caio Eduardo de G. Governança corporativa na educação superior - Coleção Gestão Universitária na Prática - 1ª edição. [Digite o Local da Editora]: Editora Saraiva, 2013. E-book. ISBN 9788502202054. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502202054/>. Acesso em: 23 out. 2023.

COLL, César; MONEREO, Carles. Psicologia da educação virtual: aprender e ensinar com as tecnologias da informação e da comunicação. [Digite o Local da Editora]: Grupo A, 2010. E-book. ISBN 9788536323138. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536323138/>. Acesso em: 23 out. 2023.

BEHAR, Patricia A. Competências em educação a distância. [Digite o Local da Editora]: Grupo A, 2013. E-book. ISBN 9788565848480. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788565848480/>. Acesso em: 23 out. 2023.

BORBA, Marcelo de C.; MALHEIROS, Ana Paula dos S.; ZULATTO, Rúbia Barcelos A. Educação a Distância online. [Digite o Local da Editora]: Grupo Autêntica, 2020. E-book. ISBN 9786586040760. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786586040760/>. Acesso em: 23 out. 2023.

2. COMUNICAÇÃO EMPRESARIAL

Carga horária	60 horas
---------------	----------

EMENTA

Comunicação Empresarial na Sociedade da Informação; Fundamentos da Comunicação Interpessoal; Coesão e Coerência Textual; Correspondências Oficiais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. O processo comunicativo e seus elementos
2. Coesão
3. Coerência
4. Correspondências oficiais
5. O significado das palavras no contexto

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BUENO, Wilson da C. Comunicação Empresarial: Alinhando Teoria e Prática. [Digite o Local da Editora]: Editora Manole, 2014. E-book. ISBN 9788520446430. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520446430/>. Acesso em: 23 out. 2023.

FERREIRA, Patricia I.; MALHEIROS, Gustavo. Comunicação Empresarial - Planejamento, Aplicação e Resultados. [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2016.

E-book. ISBN 9788597007268. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597007268/>. Acesso em: 23 out. 2023.

KUNSCH, Margarida Maria K. Comunicação organizacional: histórico, fundamentos e processos. v.1. [Digite o Local da Editora]: Editora Saraiva, 2009. E-book. ISBN 9788502109247. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502109247/>. Acesso em: 23 out. 2023.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BUENO, Wilson da C. Comunicação Empresarial e Sustentabilidade. [Digite o Local da Editora]: Editora Manole, 2015. E-book. ISBN 9788520449073. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520449073/>. Acesso em: 23 out. 2023.

CHINEM, Rivaldo. Introdução à comunicação empresarial. [Digite o Local da Editora]: Editora Saraiva, 2010. E-book. ISBN 9788502119499. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502119499/>. Acesso em: 23 out. 2023.

FRANÇA, Ana S. Comunicação Empresarial. [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2013. E-book. ISBN 9788522484157. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522484157/>. Acesso em: 23 out. 2023.

PENA, Felipe. 1000 Perguntas sobre Teoria da Comunicação. [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2012. E-book. ISBN 978-85-216-2169-0. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-216-2169-0/>. Acesso em: 23 out. 2023.

MACARENCO, Isabel; TERCIOTTI, Sandra H. Comunicação Empresarial na Prática, 3ª Edição. [Digite o Local da Editora]: Editora Saraiva, 2013. E-book. ISBN 9788502193994. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502193994/>. Acesso em: 23 out. 2023.

3. ECONOMIA NO SETOR PÚBLICO

Carga horária	45 horas
---------------	----------

EMENTA

O papel do setor público nas modernas economias de mercado. Implicações econômicas no governo. Teoria do Bem Estar. Teoria da Tributação. Eficiência e produtividade no setor público. Conceitos de economia aplicados na realidade do setor público brasileiro.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AFFONSO, Ligia M F. Gestão de informações no setor público. [Digite o Local da Editora]: Grupo A, [Inserir ano de publicação]. E-book. ISBN 9788595023680. Disponível

em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595023680/>. Acesso em: 23 out. 2023.

GREMAUD, Amaury P.; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; JR., Rudinei T. Economia Brasileira Contemporânea, 8ª edição. [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2016. E-book. ISBN 9788597010206. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597010206/>. Acesso em: 23 out. 2023.

RIANI, Flávio. Economia do Setor Público - Uma Abordagem Introdutória, 6ª edição. [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2016. E-book. ISBN 9788521632320. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788521632320/>. Acesso em: 23 out. 2023.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

LACERDA, Antonio C. Desenvolvimento brasileiro em debate: Grupo de Pesquisa sobre Desenvolvimento Econômico e Política Econômica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (DEPE/PUC-SP). [Digite o Local da Editora]: Editora Blucher, 2017. E-book. ISBN 9788580392470. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788580392470/>. Acesso em: 23 out. 2023.

JR., Tercio Sampaio F.; FILHO, Calixto S.; NUSDEO, Fabio. Poder econômico: direito, pobreza, violência, corrupção. [Digite o Local da Editora]: Editora Manole, 2015. E-book. ISBN 9788520442418. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520442418/>. Acesso em: 23 out. 2023.

SANTOS, Antônio Carlos Alves dos; LUCCAS, Victor N.; MIYAZAKI, Silvio Yoshiro M. INTEGRAÇÃO ECONÔMICA REGIONAL REGIONAL. [Digite o Local da Editora]: Editora Saraiva, 2013. E-book. ISBN 9788502204799. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502204799/>. Acesso em: 23 out. 2023.

VASCONCELOS, Marco Antonio S.; GARCIA, Manuel E. Fundamentos de economia. [Digite o Local da Editora]: Editora Saraiva, 2023. E-book. ISBN 9788571441415. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788571441415/>. Acesso em: 23 out. 2023.

VARGAS, Vinícius B. Inovação no setor público. [Digite o Local da Editora]: Grupo A, [Inserir ano de publicação]. E-book. ISBN 9788595022928. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595022928/>. Acesso em: 25 out. 2023.

II - MÓDULO

4. GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Carga horária	75 horas
---------------	----------

EMENTA

A relação Estado/Sociedade em diferentes perspectivas. O processo de globalização, a crise do Estado-Providência e a reforma do Estado; A relação Estado, empresa e terceiro setor na perspectiva da ação social. Política e políticas. As Políticas públicas: Evolução do estudo das políticas públicas, teorias fundamentais, conceitos básicos e principais estratégias metodológicas utilizadas na área; desenho de políticas em contextos democráticos; a questão dos indicadores sociais e suas possibilidades de uso em contextos institucionais. As políticas sociais no Brasil. Implicações para o século XXI. Instituições, grupos de interesse e redes de políticas públicas Teorias relativas ao processo de tomada de decisão no setor público. Discussão de casos e episódios recentes. Diferentes paradigmas e abordagens epistemológicas. Empoderamento social. Direitos Humanos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MATIAS-PEREIRA, José. Governança no Setor Público. [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2010. E-book. ISBN 9788597015997. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597015997/>. Acesso em: 23 out. 2023.

KANAANE, Roberto; FILHO, Alécio F.; FERREIRA, Maria das G. Gestão pública: planejamento, processos, sistemas de informação e pessoas. [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2012. E-book. ISBN 9788522475131. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522475131/>. Acesso em: 23 out. 2023.

MAXIMIANO, Antonio Cesar A.; NOHARA, Irene P. Gestão Pública. [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2017. E-book. ISBN 9788597013825. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597013825/>. Acesso em: 23 out. 2023.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

SCHERER, Felipe O.; CARLOMAGNO, Maximiliano S. Gestão da Inovação na Prática. [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2016. E-book. ISBN 9788597007121. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597007121/>. Acesso em: 23 out. 2023.

MATIAS-PEREIRA, José. Manual de Gestão Pública Contemporânea. [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2020. E-book. ISBN 9788597024753. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597024753/>. Acesso em: 23 out. 2023.

NASCIMENTO, Edson R. Gestão pública. [Digite o Local da Editora]: Editora Saraiva, 2020. E-book. ISBN 9788571441354. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788571441354/>. Acesso em: 23 out. 2023.

OLIVEIRA, Saulo Barbará de. Instrumentos de gestão pública. [Digite o Local da Editora]: Editora Saraiva, 2015. E-book. ISBN 9788502635975. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502635975/>. Acesso em: 23 out. 2023.

SANTOS, Clezio Saldanha dos. Introdução a gestão pública. [Digite o Local da Editora]: Editora Saraiva, 2014. E-book. ISBN 9788502617629. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502617629/>. Acesso em: 23 out. 2023.

5. RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

Carga horária | 45 Horas

EMENTA

Educação para as relações étnico-raciais. Conceitos de raça e etnia, mestiçagem, racismo, preconceito e discriminação. A questão da identidade brasileira na conjunção entre raça, povo e nação. História da África Lusófona. História e historiografia indígena. Situação atual dos povos indígenas. Legislação e Políticas de afirmação. Currículo e políticas curriculares.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Conceitos de raça, etnia e a identidade cultural e nacional.
2. A África lusófona: um pouco de história
3. África lusófona e Brasil: laços e letras
4. História e historiografia indígena
5. Situação contemporânea dos povos indígenas
6. Políticas de ações afirmativas, políticas curriculares e currículos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

WITTMANN, Luisa T. Ensino (d)e História Indígena. [Digite o Local da Editora]: Grupo Autêntica, 2015. E-book. ISBN 9788582174265. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582174265/>. Acesso em: 23 out. 2023.

MARCONI, Marina; PRESOTTO, Zelia M. Antropologia - Uma Introdução. [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2019. E-book. ISBN 9788597022681. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597022681/>. Acesso em: 23 out. 2023.

MAFFESOLI, Michel. A Ordem das Coisas - Pensar a Pós-Modernidade. [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2016. E-book. ISBN 9788530971199. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530971199/>. Acesso em: 23 out. 2023.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DEUS, Zélia Amador de. Caminhos trilhados na luta antirracista. [Digite o Local da Editora]: Grupo Autêntica, 2020. E-book. ISBN 9788551306710. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788551306710/>. Acesso em: 23 out. 2023.

EURICO, Marcia C.; SILVA, Maria Liduina de Oliveira E.; PASSOS, Rachel G.; et al. Antirracismos e serviço social. [Digite o Local da Editora]: Cortez, 2023. E-book. ISBN 9786555553581. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555553581/>. Acesso em: 23 out. 2023.

KENDI, Ibram X. Como ser Antirracista. [Digite o Local da Editora]: Editora Alta Books, 2020. E-book. ISBN 9788550817309. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788550817309/>. Acesso em: 23 out. 2023.

BITTAR, Carla B. Educação e direitos humanos no Brasil, 1ª edição.. [Digite o Local da Editora]: Editora Saraiva, 2014. E-book. ISBN 9788502213005. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502213005/>. Acesso em: 23 out. 2023.

BOCK, Ana Mercês B.; TEIXEIRA, Maria de Lourdes T.; FURTADO, Odair. Relações sociais e a vida coletiva: aspectos psicológicos e desafios étnico-raciais. [Digite o Local da Editora]: Editora Saraiva, 2021. E-book. ISBN 9786587958279. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786587958279/>. Acesso em: 23 out. 2023.

6. ÉTICA E RESPONSABILIDADE PROFISSIONAL

Carga horária	45 horas
---------------	----------

EMENTA

Bases Conceituais: Ética, Moral, Valores, Caráter histórico e social. A Ética na Sociedade; Ética nas Organizações; O Privado, o Público; a Ética e a Moral; Ética e Poder; Ética e Gestão; Ética Pós-moderna. Direitos Humanos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARSANO, Paulo R. Ética Profissional. [Digite o Local da Editora]: Editora Saraiva, 2014. E-book. ISBN 9788536514147. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536514147/>. Acesso em: 23 out. 2023.

ASHLEY, Patrícia A. Ética, responsabilidade social e sustentabilidade nos negócios. [Digite o Local da Editora]: Editora Saraiva, 2018. E-book. ISBN 9788553131839. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553131839/>. Acesso em: 23 out. 2023.

GHILLYER, Andrew W. Ética nos negócios. (Série A). [Digite o Local da Editora]: Grupo A, 2014. E-book. ISBN 9788580554342. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788580554342/>. Acesso em: 23 out. 2023.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARISTÓTELES. Coleção Fora de Série - Ética a Nicômaco, 2ª edição. [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2017. E-book. ISBN 9788530977467. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530977467/>. Acesso em: 23 out. 2023.

MATOS, Francisco Gomes de. Ética na Gestão Empresarial - 3ª edição.. [Digite o Local da Editora]: Editora Saraiva, 2017. E-book. ISBN 9788547209810. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547209810/>. Acesso em: 23 out. 2023.

TAILLE, Yves de L. Formação ética: do tédio ao respeito de si. [Digite o Local da Editora]: Grupo A, 2008. E-book. ISBN 9788536318707. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536318707/>. Acesso em: 23 out. 2023.

SANTOS, Fernando de A. Ética Empresarial: Políticas de Responsabilidade Social em 5 Dimensões. [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2023. E-book. ISBN 9786559775163. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559775163/>. Acesso em: 23 out. 2023.

SOUZA, Alberto Carneiro Barbosa de. Ética e responsabilidade profissional. [Digite o Local da Editora]: Editora Saraiva, 2021. E-book. ISBN 9786553560802. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553560802/>. Acesso em: 25 out. 2023.

III - MÓDULO

7. ESTRATÉGIA EMPRESARIAL NO SETOR PÚBLICO	
Carga horária	75 horas
EMENTA	
<p>Análise de cenários e informação; Conceitos e características da administração estratégica; Estudo das oportunidades, estratégias competitivas e decisão estratégica. Administração Estratégica: Princípios, conceitos e Definições. Planejamento Estratégico, Tático, Operacional. Delegação. Tomada de Decisões. Ambiente Organizacional. Missão e Visão; Estratégias de Negócios. Implementação de Estratégias. Sistemas de Controle Estratégico. Estratégias: Tipos.</p> <p>Processo de Gerenciamento dos Talentos Humanos no âmbito Corporativo; As Pessoas como Recursos e como parceiras na Organização; As principais características da Gestão de Pessoas em um ambiente competitivo e dinâmico; Políticas e diretrizes de RH como forma de fortalecer e uniformizar os respectivos sistemas da área.</p>	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Fundamentos da Estratégia 2. Cenários de transformação empresarial 3. Utilizando a estratégia para conquistar mercado 4. O ambiente em que as empresas operam 5. Análise do ambiente operacional ou de tarefa 6. Análise do ambiente interno 7. Ferramentas do diagnóstico ambiental 	

8. O planejamento estratégico
9. Modelos e decisão estratégicas
10. Controle estratégico

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

SOUSA, Almir Ferreira de; NETO, Adelino De B.; LUPORINI, Carlos Eduardo de M. Manual de gestão empresarial: teoria e prática. [Digite o Local da Editora]: Editora Manole, 2021. E-book. ISBN 9786555764499. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555764499/>. Acesso em: 23 out. 2023.

CHIAVENATO, Idalberto. Gestão de Pessoas - O Novo Papel da Gestão do Talento Humano. [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2020. E-book. ISBN 9788597024074. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597024074/>. Acesso em: 23 out. 2023.

MARRAS, Jean P. Administração de recursos humanos. [Digite o Local da Editora]: Editora Saraiva, 2016. E-book. ISBN 978-85-472-0109-8. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-472-0109-8/>. Acesso em: 23 out. 2023.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CARVALHO, Antonio Vieira de; NASCIMENTO, Luiz Paulo do; SERAFIM, Oziléa Clen G. Administração de Recursos Humanos. [Digite o Local da Editora]: Cengage Learning Brasil, 2014. E-book. ISBN 9788522113002. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522113002/>. Acesso em: 23 out. 2023.

BARBIERI, Ugo F. Gestão de pessoas nas organizações: a aprendizagem da liderança e da inovação. [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2013. E-book. ISBN 9788522477593. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522477593/>. Acesso em: 23 out. 2023.

FIDELIS, Gilson J. Gestão de Pessoas - Estrutura, Processos e Estratégias Empresariais. [Digite o Local da Editora]: Editora Saraiva, 2014. E-book. ISBN 9788536517803. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536517803/>. Acesso em: 23 out. 2023.

ROBBINS, Stephen P. Lidere & Inspire - A verdade sobre a gestão de pessoas. [Digite o Local da Editora]: Editora Saraiva, 2015. E-book. ISBN 9788502638129. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502638129/>. Acesso em: 23 out. 2023.

JR., Arthur A T.; II, A. J S.; GAMBLE, John E. Administração estratégica. [Digite o Local da Editora]: Grupo A, 2008. E-book. ISBN 9788580550054. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788580550054/>. Acesso em: 23 out. 2023.

8. ELABORAÇÃO E ANÁLISE DE PROJETOS	
Carga horária	75 horas
EMENTA	
<p>Conceito de projeto, Ciclo dos projetos; Técnicas de elaboração de projetos. Identificação de demandas; elaboração e encaminhamento de projetos; Fontes de financiamentos: recursos a fundo perdidos, linhas de crédito, financiamentos privados, linhas de créditos. Gerenciamento e monitoração de projetos. Avaliação de projetos e prestação de contas.</p>	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Princípios da excelência 2. Definições e conceitos de qualidade 3. Avaliação permanente 4. Método da qualidade 5. Gerenciamento de processos 	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>LARSON, Erik W.; GRAY, Clifford F. Gerenciamento de projetos. [Digite o Local da Editora]: Grupo A, 2016. E-book. ISBN 9788580555677. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788580555677/. Acesso em: 23 out. 2023.</p> <p>SLACK, Nigel; CHAMBERS, Stuart; JOHNSTON, Robert; et al. Gerenciamento de operações e de processos. [Digite o Local da Editora]: Grupo A, 2013. E-book. ISBN 9788565837934. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788565837934/. Acesso em: 23 out. 2023.</p> <p>TACHIZAWA, Takeshy. Organizações Não Governamentais e Terceiro Setor - Criação de ONGs e Estratégias de Atuação. [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2019. E-book. ISBN 9788597022186. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597022186/. Acesso em: 23 out. 2023.</p>	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
<p>BOWERSOX, Donald J.; CLOSS, David J.; COOPER, M B.; et al. Gestão logística da cadeia de suprimentos. [Digite o Local da Editora]: Grupo A, 2014. E-book. ISBN 9788580553185. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788580553185/. Acesso em: 23 out. 2023.</p> <p>GONÇALVES, Paulo S. Logística e Cadeia de Suprimentos: O Essencial. [Digite o Local da Editora]: Editora Manole, 2013. E-book. ISBN 9788520448915. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520448915/. Acesso em: 23 out. 2023.</p> <p>PAOLESCHI, Bruno. Cadeia de Suprimentos. [Digite o Local da Editora]: Editora Saraiva, 2014. E-book. ISBN 9788536513324. Disponível em:</p>	

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536513324/>. Acesso em: 23 out. 2023.

PIRES, Sívio R I. Gestão da Cadeia de Suprimentos - Conceitos, Estratégicas, Práticas e Casos, 3ª edição. [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2016. E-book. ISBN 9788597008708. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597008708/>. Acesso em: 23 out. 2023.

KAMINSKY, Philip; LEVI, Edith S.; LEVI, David S. Cadeia de Suprimentos Projeto e Gestão. [Digite o Local da Editora]: Grupo A, 2010. E-book. ISBN 9788577806638. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788577806638/>. Acesso em: 23 out. 2023.

9. FINANÇAS, ORÇAMENTO PÚBLICO E ÓRGÃO DE CONTROLE

Carga horária	75 horas
---------------	----------

EMENTA

Receita Pública: conceito, classificação, receita orçamentária, receita extraorçamentária, estágios de receita, restituição e anulação de receitas e dívida ativa. Despesa pública: conceito, classificação econômica, despesa extraorçamentária, classificação econômica, classificação funcional programática, codificação, licitação, estágios, liquidação e pagamento. Orçamento Público: conceito e evolução do orçamento público, princípios e técnicas orçamentária, plano de contas aplicado ao setor público, Prática de elaboração de orçamento público, ciclo orçamentário: Elaboração, Estudo e aprovação, Execução e Controle e avaliação, Orçamento por programa e Orçamento por base zero, PPA – Plano Pluri Anual, LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias e LOA – Lei Orçamentária Anual, Noções de Orçamento Participativo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANDRADE, Nilton de A. Contabilidade Pública na Gestão Municipal, 6ª edição. [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2016. E-book. ISBN 9788597010077. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597010077/>. Acesso em: 23 out. 2023.

GIACOMONI, James. Orçamento Público. [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2021. E-book. ISBN 9788597027839. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597027839/>. Acesso em: 23 out. 2023.

HOJI, Masakazu. Administração Financeira e Orçamentária, 12ª edição. [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2017. E-book. ISBN 9788597010534. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597010534/>. Acesso em: 23 out. 2023.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

PISCITELLI, Roberto B. Contabilidade Pública. [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2019. E-book. ISBN 9788597021509. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597021509/>. Acesso em: 23 out. 2023.

MATIAS-PEREIRA, José. Administração Pública, 5ª edição. [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2018. E-book. ISBN 9788597016093. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597016093/>. Acesso em: 23 out. 2023.

ROSS, Stephen A.; WESTERFIELD, Randolph W.; JAFFE, Jeffrey; et al. Administração Financeira. [Digite o Local da Editora]: Grupo A, 2015. E-book. ISBN 9788580554328. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788580554328/>. Acesso em: 23 out. 2023.

NETO, Alexandre A.; LIMA, Fabiano G. Fundamentos de Administração Financeira, 3ª edição. [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2016. E-book. ISBN 9788597010145. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597010145/>. Acesso em: 23 out. 2023.

KOHAMA, Heilio. Contabilidade Pública - Teoria e Prática, 15ª edição. [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2016. E-book. ISBN 9788597006391. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597006391/>. Acesso em: 23 out. 2023.

NASCIMENTO, Edson R. Gestão pública. [Digite o Local da Editora]: Editora Saraiva, 2020. E-book. ISBN 9788571441354. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788571441354/>. Acesso em: 23 out. 2023.

IV - MÓDULO

10. GESTÃO DE PESSOAS	
Carga horária	75 horas
EMENTA	
<p>As pessoas e as organizações: Gestão de pessoas no setor público: Os processos de Gestão de pessoas: Planejamento estratégico da gestão de pessoas, levantamento das necessidades para gestão de pessoas, planejamento e desenvolvimento abordagem estratégica da gestão de pessoas, provisão de pessoal, recrutamento e seleção: instrumentos e técnicas entrevistas. Aplicação - administração de cargos, integração de pessoal desenho dos cargos, descrição dos cargos políticas de remunerações, remuneração financeira e não financeira, programas de benefícios e incentivos, relação com empregados, desenvolvimento de pessoal, treinamento e desenvolvimento das pessoas e da organização, saúde física, emocional, intelectual, social, ocupacional e espiritual. Manutenção de pessoal relações com servidores, higiene e segurança no trabalho qualidade de vida no trabalho - Monitoração de pessoal , banco de dados, gestão do desempenho, métodos tradicionais de avaliação, aplicações da avaliação de</p>	

desempenho, gestão por competências, assuntos emergentes da gestão de pessoas. Normas constitucionais aplicadas ao servidor público. Regime jurídico. Estatuto do servidor público e contratação de celetistas. Cargos de confiança. Concurso. Servidores temporários. Direitos e deveres do servidor público. Atendimento ao cidadão. Compromisso social do servidor público, desenvolvimento e aprendizagem no serviço público.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BOHLANDER, George W.; SNELL, Scott A. Administração de Recursos Humanos: Tradução da 16ª edição norte-americana. [Digite o Local da Editora]: Cengage Learning Brasil, 2015. E-book. ISBN 9788522122691. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522122691/>. Acesso em: 24 out. 2023.

CHIAVENATO, Idalberto. Administração de Recursos Humanos - Gestão Humana. [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2021. E-book. ISBN 9786559771233. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559771233/>. Acesso em: 24 out. 2023.

LUCENA, Maria Diva da S. Planejamento Estratégico de Recursos Humanos, 2ª edição. [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2017. E-book. ISBN 9788597011593. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597011593/>. Acesso em: 24 out. 2023.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CHIAVENATO, Idalberto. Planejamento, Recrutamento e Seleção de Pessoal - Como Agregar Talentos à Empresa. [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2021. E-book. ISBN 9786559771196. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559771196/>. Acesso em: 24 out. 2023.

GIL, Antonio C. Gestão de Pessoas - Enfoque nos Papéis Estratégicos, 2ª edição. [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2016. E-book. ISBN 9788597009064. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597009064/>. Acesso em: 24 out. 2023.

KANAANE, Roberto. Comportamento Humano nas Organizações, 3ª edição. [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2017. E-book. ISBN 9788597012873. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597012873/>. Acesso em: 24 out. 2023.

BES, Pablo; OLIVEIRA, Luana Y M. Administração de cargos, salários e benefícios. [Digite o Local da Editora]: Grupo A, 2018. E-book. ISBN 9788595023956. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595023956/>. Acesso em: 24 out. 2023.

CHIAVENATO, Idalberto. Remuneração, Benefícios e Relações de Trabalho - Como Reter Talentos na Organização. [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2021. E-book. ISBN 9786559771257. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559771257/>. Acesso em: 24 out. 2023.

11. CONTABILIDADE PÚBLICA	
Carga horária	75 horas
EMENTA	
<p>Conceito e divisão da Contabilidade Pública. campo de atuação, comparativo com a contabilidade empresarial Orçamento público: conceito, princípios e técnica orçamentária. Estudo da receita pública e da despesa pública: Lei nº 4.320/64. O patrimônio público: estudo qualitativo e quantitativo. Teoria de Contabilidade Pública. Prática de elaboração de orçamento público; plano de contas; prática de escrituração em contabilidade pública. Balanço. Utilização de planilha eletrônica na realização de cálculos contábeis.</p>	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>ANDRADE, Nilton de A. Contabilidade Pública na Gestão Municipal, 6ª edição. [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2016. E-book. ISBN 9788597010077. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597010077/. Acesso em: 24 out. 2023.</p> <p>KOHAMA, Heilio. Contabilidade Pública - Teoria e Prática, 15ª edição. [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2016. E-book. ISBN 9788597006391. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597006391/. Acesso em: 24 out. 2023.</p> <p>SILVA, Lino Martins da. Contabilidade governamental: um enfoque administrativo da nova contabilidade pública, 9ª edição. [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2012. E-book. ISBN 9788522477968. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522477968/. Acesso em: 24 out. 2023.</p>	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
<p>IUDÍCIBUS, Sérgio de. Análise de Balanços, 11ª edição. [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2017. E-book. ISBN 9788597010879. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597010879/. Acesso em: 24 out. 2023.</p> <p>KOHAMA, Heilio. Balanços Públicos: Teoria e Prática, 3ª edição. [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2015. E-book. ISBN 9788522496136. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522496136/. Acesso em: 24 out. 2023.</p> <p>NASCIMENTO, Edson R. Gestão pública. [Digite o Local da Editora]: Editora Saraiva, 2020. E-book. ISBN 9788571441354. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788571441354/. Acesso em: 24 out. 2023.</p> <p>ARRUDA, Daniel G.; ARAÚJO, Inaldo da Paixão S. Contabilidade pública: da teoria à prática. [Digite o Local da Editora]: Editora Saraiva, 2020. E-book. ISBN</p>	

9788571440913. Disponível em:
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788571440913/>. Acesso em: 24 out. 2023.

MARION, José C. Contabilidade Básica. [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2022. E-book. ISBN 9786559773220. Disponível em:
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559773220/>. Acesso em: 24 out. 2023.

12. ELABORAÇÃO E PLANEJAMENTO DE PROJETOS SOCIAIS	
Carga horária	45 horas
EMENTA	
<p>Realizar processo investigativo e analisar as principais implicações econômicas, políticas e sociais na dimensão e fases de um Plano Participativo. Acompanhar um processo de elaboração de um Plano Participativo que objetive o Desenvolvimento Sustentável (DS). Entender o processo da interdisciplinaridade no trato das questões ambientais. Apresentar de maneira crítica os temas importantes da interação sociedade-natureza e as suas relações com as principais problemáticas atuais relacionadas ao Plano estudado. Analisar o Plano estudado de maneira a vincular o Desenvolvimento Sustentável com os fundamentos de eficiência econômica, equidade social e prudência ecológica.</p>	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>LARSON, Erik W.; GRAY, Clifford F. Gerenciamento de projetos. [Digite o Local da Editora]: Grupo A, 2016. E-book. ISBN 9788580555677. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788580555677/. Acesso em: 24 out. 2023.</p> <p>OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. SISTEMAS, ORGANIZAÇÃO E MÉTODOS: Uma Abordagem Gerencial. [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2013. E-book. ISBN 9788522482115. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522482115/. Acesso em: 24 out. 2023.</p> <p>VERGARA, Sylvia C. Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração, 16ª edição. [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2016. E-book. ISBN 9788597007480. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597007480/. Acesso em: 24 out. 2023.</p>	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
<p>KERZNER, Harold; SALADIS, Frank P. Gerenciamento de Projetos Orientado pelo Valor. [Digite o Local da Editora]: Grupo A, 2011. E-book. ISBN 9788577809219. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788577809219/. Acesso em: 24 out. 2023.</p> <p>CAVALCANTI, Francisco Rodrigo P.; SILVEIRA, Jarbas A N. Fundamentos de Gestão de Projetos. [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2016. E-book. ISBN 9788597005622. Disponível em:</p>	

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597005622/>. Acesso em: 24 out. 2023.

BREMER, Carlos; CARRASCO, Gilberto; GEROLAMO, Mateus C.; CARPES, Newton Paulo Z. Gestão de Projetos - Uma Jornada Empreendedora da Prática à Teoria. [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2017. E-book. ISBN 9788597011517. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597011517/>. Acesso em: 24 out. 2023.

MENEZES, Luís César de M. Gestão de Projetos, 4ª edição. [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2018. E-book. ISBN 9788597016321. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597016321/>. Acesso em: 24 out. 2023.

MOLINARI, Leonardo da Matta R. Gestão de Projetos - Teoria, Técnicas e Práticas. [Digite o Local da Editora]: Editora Saraiva, 2010. E-book. ISBN 9788536517827. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536517827/>. Acesso em: 24 out. 2023.

V - MÓDULO

13. GESTÃO DE LOGÍSTICA E OPERAÇÕES	
Carga horária	45 horas
EMENTA	
<p>Conceitos básicos sobre logística e cadeia de suprimentos; Atividades da Logística de Entrada (suprimentos), da Produção (manufatura) e da Distribuição Física (saída). Componentes de um Sistema Logístico; Sistemas de Informação e Tecnologia da Informação na Logística; Ferramentas tecnológicas das informações operacionais; Iniciativas estratégicas; Processamento de Pedidos; Nível de Serviço ao Cliente; Administração dos Estoques; Armazenagem; Administração do Transporte; Manuseio e Movimentação de Materiais; Logística Reversa.</p>	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>BALLOU, Ronald H. Gerenciamento da cadeia de suprimentos/logística empresarial. [Digite o Local da Editora]: Grupo A, 2006. E-book. ISBN 9788560031467. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788560031467/. Acesso em: 24 out. 2023.</p>	
<p>BOWERSOX, Donald J.; CLOSS, David J.; COOPER, M B.; et al. Gestão logística da cadeia de suprimentos. [Digite o Local da Editora]: Grupo A, 2014. E-book. ISBN 9788580553185. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788580553185/. Acesso em: 24 out. 2023.</p>	
<p>SLACK, Nigel; BRANDON-JONES, Alistair; BURGESS, Nicola. Administração da Produção. [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2023. E-book. ISBN 9786559775187.</p>	

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559775187/>. Acesso em: 24 out. 2023.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BERTAGLIA, Paulo R. Logística e gerenciamento da cadeia de abastecimento 4ED. [Digite o Local da Editora]: Editora Saraiva, 2020. E-book. ISBN 9788571440975. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788571440975/>. Acesso em: 24 out. 2023.

KAMINSKY, Philip; LEVI, Edith S.; LEVI, David S. Cadeia de Suprimentos Projeto e Gestão. [Digite o Local da Editora]: Grupo A, 2010. E-book. ISBN 9788577806638. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788577806638/>. Acesso em: 24 out. 2023.

BERTAGLIA, Paulo R. Logística e gerenciamento da cadeia de abastecimento 4ED. [Digite o Local da Editora]: Editora Saraiva, 2020. E-book. ISBN 9788571440975. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788571440975/>. Acesso em: 24 out. 2023.

NOGUEIRA, Amarildo de S. Logística Empresarial, 2ª edição. [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2018. E-book. ISBN 9788597015553. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597015553/>. Acesso em: 24 out. 2023.

DIAS, Marco Aurélio P. Administração de Materiais: Princípios, Conceitos e Gestão. [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2023. E-book. ISBN 9786559774784. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559774784/>. Acesso em: 24 out. 2023.

14. GESTÃO DE PARCERIA PÚBLICO PRIVADA

Carga horária	75 horas
---------------	----------

EMENTA

As parcerias na Administração Pública: privatização e descentralização administrativa. Parcerias entre Estado e Sociedade Civil no Brasil. A concessão e as parcerias público-privadas. PPP: Parceria Público-privada. Franquia, Terceirização, Convênios e Consórcios Públicos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

PIRES, Antonio Cecilio M. Direito administrativo, 2ª edição. [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2013. E-book. ISBN 9788522483839. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522483839/>. Acesso em: 24 out. 2023.

PIETRO, Maria Sylvia Zanella D. Direito Administrativo. [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2023. E-book. ISBN 9786559646784. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559646784/>. Acesso em: 24 out. 2023.

PIRES, Antonio Cecílio M.; PARZIALE, Aniello. Comentários à Nova Lei de Licitações Públicas e Contratos Administrativos: Lei nº 14.133, de 1º de Abril de 2021. [Digite o Local da Editora]: Grupo Almedina (Portugal), 2022. E-book. ISBN 9786556274416. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786556274416/>. Acesso em: 24 out. 2023.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

JR., José C. Manual da Licitação. [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2021. E-book. ISBN 9786559770298. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559770298/>. Acesso em: 24 out. 2023.

OLIVEIRA, Rafael Carvalho R. Curso de Direito Administrativo. [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2022. E-book. ISBN 9786559643844. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559643844/>. Acesso em: 24 out. 2023.

FILHO, José dos Santos C. Manual de Direito Administrativo. [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2022. E-book. ISBN 9786559771837. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559771837/>. Acesso em: 24 out. 2023.

DUBOIS, Alexy. Gestão de Custos e Formação de Preços - Conceitos, Modelos e Ferramentas. [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2019. E-book. ISBN 9788597022803. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597022803/>. Acesso em: 24 out. 2023.

COVA, Carlos José G. Manual de estruturação de concessões e parcerias público-privada. [Digite o Local da Editora]: Cengage Learning Brasil, 2018. E-book. ISBN 9788522127795. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522127795/>. Acesso em: 25 out. 2023.

15. SISTEMAS DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS

Carga horária	45 horas
---------------	----------

EMENTA

Visão introdutória dos Sistemas de Informações Gerenciais, desde sua conceituação elementar e a concepção de projetos empresariais até sua implantação, manutenção e atualização, contemplando seus recursos envolvidos e suas aplicabilidades das informações. Compreensão de conceito, de dado, informação e conhecimento, bem informações. As habilidades de um gestor e como este utiliza e administra um sistema como os processos de obtenção, tratamento, armazenamento e recuperação de informações gerenciais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

SORDI, José Osvaldo de. Administração da informação: fundamentos e práticas para uma nova gestão do conhecimento . [Digite o Local da Editora]: Editora Saraiva, 2015. E-book. ISBN 9788502634817. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502634817/>. Acesso em: 24 out. 2023.

MAXIMIANO, Antonio Cesar A. Introdução à Teoria Geral da Administração, 3ª edição . [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2015. E-book. ISBN 9788522495559. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522495559/>. Acesso em: 24 out. 2023.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Sistemas de Informações Gerenciais-Estratégias-Táticas-Operacionais, 17ª edição . [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2018. E-book. ISBN 9788597015447. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597015447/>. Acesso em: 24 out. 2023.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CHIAVENATO, Idalberto. Introdução à Teoria Geral da Administração - Edição Compacta . [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2021. E-book. ISBN 9788597027525. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597027525/>. Acesso em: 24 out. 2023.

CRUZ, Tadeu. Sistemas de Informações Gerenciais e Operacionais . [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2019. E-book. ISBN 9788597022902. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597022902/>. Acesso em: 24 out. 2023.

KROENKE, David M. Sistemas de informação gerenciais - 1ª Edição . [Digite o Local da Editora]: Editora Saraiva, 2012. E-book. ISBN 9788502183704. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502183704/>. Acesso em: 24 out. 2023.

MARCOUSÉ, Ian; GILLESPIE, Andrew; SURRIDGE, Malcolm. ADMINISTRAÇÃO - SÉRIE PROCESSOS GERENCIAIS . [Digite o Local da Editora]: Editora Saraiva, 2012. E-book. ISBN 9788502204911. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502204911/>. Acesso em: 24 out. 2023.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Teoria geral da administração: uma abordagem prática, 3ª edição . [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2013. E-book. ISBN 9788522475018. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522475018/>. Acesso em: 24 out. 2023.

16. DIREITO ADMINISTRATIVO E TRIBUTÁRIO	
Carga horária	75 horas
EMENTA	
Regime Jurídico-Administrativo. Organização administrativa. Sistema Administrativo Brasileiro. Atividade administrativa. Atos administrativos. Administração Pública. Controle da Administração Pública. Administração Pública Brasileira. Responsabilidade da administração. Servidores. Agentes Públicos. Serviços Públicos. Fundações Públicas. Licitação. Responsabilidade do Estado.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>PADILHA, Rodrigo. Direito Constitucional . [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2019. E-book. ISBN 9788530988319. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530988319/. Acesso em: 24 out. 2023.</p> <p>BARCELLOS, Ana Paula de. Curso de Direito Constitucional . [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2023. E-book. ISBN 9786559647828. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559647828/. Acesso em: 24 out. 2023.</p> <p>AGRA, Walber de M.; BONAVIDES, Paulo; MIRANDA, Jorge. Comentários à Constituição Federal de 1988 . [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2009. E-book. ISBN 978-85-309-3831-4. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-309-3831-4/. Acesso em: 24 out. 2023.</p>	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
<p>BULOS, Uadi L. Curso de direito constitucional . [Digite o Local da Editora]: Editora Saraiva, 2023. E-book. ISBN 9786553624818. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553624818/. Acesso em: 24 out. 2023.</p> <p>MÉTODO, Equipe. Vade Mecum Método 2023 . [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2023. E-book. ISBN 9786559646890. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559646890/. Acesso em: 24 out. 2023.</p> <p>PAULSEN, Leandro. Tratado de direito penal tributário brasileiro . [Digite o Local da Editora]: Editora Saraiva, 2022. E-book. ISBN 9786555596465. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555596465/. Acesso em: 24 out. 2023.</p> <p>NOHARA, Irene Patrícia D. Direito Administrativo . [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2023. E-book. ISBN 9786559774289. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559774289/. Acesso em: 24 out. 2023.</p>	

NOHARA, Irene Patrícia D. Direito Administrativo . [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2023. E-book. ISBN 9786559774289. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559774289/>. Acesso em: 24 out. 2023.

VI - MÓDULO

17. CONTROLE INTERNO E EXTERNO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	
Carga horária	75 horas
EMENTA	
Controle interno e externo da Administração Pública. Institucionalização. Normas de Auditoria Governamental (NAG's). Auditoria Governamental. Auditoria interna na Administração Pública. Auditoria externa na Administração Pública.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: De 5 de Outubro de 1988. [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2022. E-book. ISBN 9786559773466. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559773466/. Acesso em: 24 out. 2023.</p> <p>BRASIL. Lei Federal 4.320/64. Estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração dos orçamentos de balanços da União, dos estados, dos municípios e do distrito federal. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/orcamento/documentos/legislacao/lei-no-4320/view>.>. . Acesso em: 25 out. 2023.</p> <p>BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, de 05 de maio de 2000. Disponível em: http://www.adupe.org.br/public/documentos/179f6f9797lei_complementar_101_2007_pccv.pdf>. Acesso em: 25 out. 2023.</p> <p>PETER, Maria da Glória A.; MACHADO, Marcus Vinícius V. Manual de Auditoria Governamental, 2ª edição . [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2014. E-book. ISBN 9788522491803. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522491803/. Acesso em: 25 out. 2023.</p>	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
<p>CREPALDI, Silvio A.; CREPALDI, Guilherme S. Auditoria Contábil: Teoria e Prática . [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2023. E-book. ISBN 9786559775002. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559775002/. Acesso em: 25 out. 2023.</p>	

ATTIE, William. Auditoria Conceitos e Aplicações, 7ª edição . [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2018. E-book. ISBN 9788597017229. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597017229/>. Acesso em: 25 out. 2023.

Instituto Rui Barbosa. Normas de Auditoria Governamental - NAGs: Aplicáveis ao Controle Externo. 2010. Disponível em: <<https://www.tcsc.tc.br/sites/default/files/Normas%20de%20Auditoria%20Governamental-NAGs%20-%20miolo.pdf>>. Acesso em: 23 out. 2023.

GUTERRES, João M.; LOUZADA, Cinthia F G.; ALVES, Aline; e outros. Auditoria Pública . [Digite o Local da Editora]: Grupo A, 2017. E-book. ISBN 9788595021877. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595021877/>. Acesso em: 25 out. 2023.

FRANÇA, Phillip G. Controle da administração pública. [Digite o Local da Editora]: Editora Saraiva, 2016. E-book. ISBN 9788547204051. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547204051/>. Acesso em: 25 out. 2023.

LOUZADA, Cinthia F G.; HOLENBACH, Débora C G.; CORRÊA, Guilherme G.; et al. Constituição e administração pública. [Digite o Local da Editora]: Grupo A, 2018. E-book. ISBN 9788595023499. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595023499/>. Acesso em: 25 out. 2023.

18. MÉTODOS QUANTITATIVOS APLICADOS A GESTÃO	
Carga horária	75 horas
EMENTA	
Conceitos e Aplicações; Análise Exploratória de Dados; Métodos de Estatística Descritiva Aplicados a Negócios; Probabilidade; Distribuições de Probabilidade; Amostragem; Taxas e Pagamentos.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Conceitos e Aplicações 2. Análise exploratória de dados 3. Medidas de posição e variabilidade 4. Introdução à probabilidade 5. Distribuição Binomial, Distribuição Poisson e Distribuição Normal 6. A importância da Matemática Financeira 7. Taxas de juros simples 8. Taxas de juros compostos 9. Séries de pagamentos 10. Descontos 	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
BECKER, João L. Estatística básica . [Digite o Local da Editora]: Grupo A, 2015. E-book. ISBN 9788582603130. Disponível em:	

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582603130/>. Acesso em: 25 out. 2023.

SIQUEIRA, José de O. Fundamentos de Métodos Quantitativos: Aplicados em Administração, Economia e Contabilidade Atuária . [Digite o Local da Editora]: Editora Saraiva, 2013. E-book. ISBN 9788502125872. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502125872/>. Acesso em: 25 out. 2023.

Spiegel, Murray R.; SCHILLER, John J.; SRINIVASAN, R A. Probabilidade e estatística. (Schaum) . [Digite o Local da Editora]: Grupo A, 2013. E-book. ISBN 9788565837477. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788565837477/>. Acesso em: 25 out. 2023.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

COSTA, Giovani Glaucio de O. Curso de Estatística Básica, 2ª edição . [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2015. E-book. ISBN 9788522498666. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522498666/>. Acesso em: 25 out. 2023.

LOESCH, Cláudio; HOELTGEBAUM, Marianne. Métodos estatísticos multivariados - 1ª Edição . [Digite o Local da Editora]: Editora Saraiva, 2012. E-book. ISBN 9788502146105. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502146105/>. Acesso em: 25 out. 2023.

MOORE, David S.; NOTZ, William I.; FLIGNER, Michael A. A Estatística Básica e sua Prática . [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2023. E-book. ISBN 9788521638612. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788521638612/>. Acesso em: 25 out. 2023.

MORETTIN, Pedro A.; BUSSAB, Wilton O.; HAZZAN, Samuel. Introdução ao cálculo para administração, economia e contabilidade . [Digite o Local da Editora]: Editora Saraiva, 2017. E-book. ISBN 9788547221843. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547221843/>. Acesso em: 25 out. 2023.

TOLEDO, José Carlos de; BORRÁS, Miguel Ángel A.; MERGULHÃO, Ricardo C.; et al. Qualidade - Gestão e Métodos. [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2012. E-book. ISBN 978-85-216-2195-9. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-216-2195-9/>. Acesso em: 25 out. 2023.

19. GESTÃO DE CONTRATOS E LICITAÇÕES

Carga horária	75 horas
---------------	----------

EMENTA

A Lei – Importância e Necessidades (Finalidades e Importância) Objetivas, Finalidade e importância, Obediência X transgressão, Hierarquia da Lei, Tipos de Lei, A Lei de

Licitações, o que é licitação, preliminares, critério prévios, interesse público, propostas, Porque licitar, Como comprar, A lei 8.666/93 e outras, Tipos de licitações previstos na Lei 8.666/93, Planejamento (Deliberações do TCU, aquisição emergenciais), Modalidade de Licitação (as cinco modalidades (Concorrência, Tomada de Preço, Convite, Concurso e Leilão) Como são realizadas, Dispensa, Dispensabilidade e Inexigibilidade de licitação. Regime de Execução Indireta , O Edital, Registro cadastral (SICAF (Histórico, finalidade e Regras de cadastramento), Comissão de Licitação (Comissão Permanente de Licitação e Comissão especial de Licitação) Atribuições, Composição, Responsabilidade dos membros. Habilitação dos Interessados (Exigências, Dispensa de Habilitação, O Certificado de Registro Cadastral, Os custos (Edital e habilitação), Habilitação de Consórcio de Empresas). Procedimentos de Licitação (Abertura do Processo administrativo, Autorização e Recursos orçamentários, Documentos Juntados ao Processo, Documentos previamente examinados. Julgamento e Encerramento da Licitação. O Pregão (Objetivos, Introdução, Tipos de pregão, Fases).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

OLIVEIRA, Rafael Carvalho R. Licitações e Contratos Administrativos: Teoria e Prática . [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2023. E-book. ISBN 9786559647484. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559647484/>. Acesso em: 25 out. 2023.

PISCITELLI, Roberto B. Contabilidade Pública . [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2019. E-book. ISBN 9788597021509. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597021509/>. Acesso em: 25 out. 2023.

PISCITELLI, Roberto B. Contabilidade Pública . [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2019. E-book. ISBN 9788597021509. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597021509/>. Acesso em: 25 out. 2023.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABRAHAM, Marcus. Lei de Responsabilidade Fiscal Comentada . [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2020. E-book. ISBN 9788530992248. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530992248/>. Acesso em: 25 out. 2023.

MEIRELLES, Dalmo de A. Direito Administrativo Decifrado. (Coleção Decifrado) . [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2023. E-book. ISBN 9786559646401. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559646401/>. Acesso em: 25 out. 2023.

OLIVEIRA, Rafael Carvalho R. Curso de Direito Administrativo . [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2022. E-book. ISBN 9786559643844. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559643844/>. Acesso em: 25 out. 2023.

NETO, Diogo de Figueiredo M. Curso de Direito Administrativo . [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2014. E-book. ISBN 978-85-309-5372-0. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-309-5372-0/>. Acesso em: 25 out. 2023.

FRANÇA, Phillip G. Controle da administração pública . [Digite o Local da Editora]: Editora Saraiva, 2016. E-book. ISBN 9788547204051. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547204051/>. Acesso em: 25 out. 2023.

VII - MÓDULO

20. PLANEJAMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE	
Carga horária	75 horas
EMENTA	
História e origem do planejamento urbano. Urbanização e Meio Ambiente. Cidades Sustentáveis. Planejamento urbano e Sustentabilidade Ambiental. Estatuto da Cidade. Plano Diretor. Agenda 21.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
SARLET, Ingo W.; FENSTERSEIFER, Tiago. Curso de Direito Ambiental . [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2022. E-book. ISBN 9786559643783. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559643783/ . Acesso em: 25 out. 2023.	
OJIMA, Ricardo; JR., Eduardo M. Dispersão Urbana e Mobilidade Populacional . [Digite o Local da Editora]: Editora Blucher, 2016. E-book. ISBN 9788580391381. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788580391381/ . Acesso em: 25 out. 2023.	
RUSCHEINSKY, Aloísio. Educação ambiental: abordagens múltiplas . [Digite o Local da Editora]: Grupo A, 2009. E-book. ISBN 9788563899873. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788563899873/ . Acesso em: 25 out. 2023.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
JR., Eduardo M. Habitar em risco: mobilidade e vulnerabilidade na experiência metropolitana . [Digite o Local da Editora]: Editora Blucher, 2014. E-book. ISBN 9788521208488. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788521208488/ . Acesso em: 25 out. 2023.	
CORTESE, Tatiana Tucunduva P C.; KNISS, Cláudia T.; MACCARI, Emerson A. Cidades inteligentes e sustentáveis . [Digite o Local da Editora]: Editora Manole, 2017. E-book. ISBN 9788520455760. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520455760/ . Acesso em: 25 out. 2023.	
ALVES, Luiz R.; CARVALHO, Marcelo. CIDADES . [Digite o Local da Editora]: Editora Saraiva, 2012. E-book. ISBN 9788502108493. Disponível em:	

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502108493/>. Acesso em: 25 out. 2023.

NETO, Vicente S. Cidades Inteligentes - Guia para Construção de Centros Urbanos Eficientes e Sustentáveis . [Digite o Local da Editora]: Editora Saraiva, 2018. E-book. ISBN 9788536530314. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536530314/>. Acesso em: 25 out. 2023.

SANTOS, Márcia Pereira dos; PAULA, Maria Helena de P.; MARTINES, Selma. História, cidades, redes políticas e sociais . [Digite o Local da Editora]: Editora Blucher, 2017. E-book. ISBN 9788580392319. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788580392319/>. Acesso em: 25 out. 2023.

21. ANÁLISE ORÇAMENTÁRIA E FISCAL

Carga horária	75 horas
---------------	----------

EMENTA

Plano Plurianual (PPA). Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Lei Orçamentária Anual (LOA). Receita e Despesa Pública. Resultados fiscais. Sistemas de execução e acompanhamento da gestão pública. RREO. Princípios gerais da Lei de Responsabilidade Fiscal.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

LIMA, Edilberto Carlos P. Curso de Finanças Públicas: Uma Abordagem Contemporânea . [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2015. E-book. ISBN 9788522496914. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522496914/>. Acesso em: 25 out. 2023.

MARTINS, Ives Gandra da S.; Carlos Valder do Nascimento. Comentários à lei de responsabilidade fiscal . [Digite o Local da Editora]: Editora Saraiva, 2014. E-book. ISBN 9788502230477. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502230477/>. Acesso em: 25 out. 2023.

MARQUES, Euvaldo. Finanças Públicas – Administração Financeira e Orçamentária . [Digite o Local da Editora]: Editora Saraiva, 2015. E-book. ISBN 9788502621916. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502621916/>. Acesso em: 25 out. 2023.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

NETO, Alexandre A. Estrutura e Análise de Balanços: Um Enfoque Econômico-financeiro . [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2020. E-book. ISBN 9788597024852.

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597024852/>. Acesso em: 25 out. 2023.

BALEIRO, Aliomar. Direito Tributário Brasileiro, 14ª edição . [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2018. E-book. ISBN 9788530980726. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530980726/>. Acesso em: 25 out. 2023.

BRUNI, Adriano L. A Análise Contábil e Financeira, (V. 4), 3ª edição . [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2014. E-book. ISBN 9788522490332. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522490332/>. Acesso em: 25 out. 2023.

MARTINS, Ives Gandra da S.; Carlos Valder do Nascimento. Comentários à lei de responsabilidade fiscal . [Digite o Local da Editora]: Editora Saraiva, 2014. E-book. ISBN 9788502230477. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502230477/>. Acesso em: 25 out. 2023.

ABRAHAM, Marcus. Lei de Responsabilidade Fiscal Comentada . [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2020. E-book. ISBN 9788530992248. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530992248/>. Acesso em: 25 out. 2023.

GIACOMONI, James. Orçamento Público . [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2023. E-book. ISBN 9786559775149. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559775149/>. Acesso em: 25 out. 2023.

22. GESTÃO DE OBRAS PÚBLICAS

Carga horária	75 horas
---------------	----------

EMENTA

Atribuições e Responsabilidades do Fiscal de Obras Públicas. A Fiscalização de obras e a Gestão dos Contratos. Procedimentos para Fiscalização de Obras Públicas. Manual de Fiscalização de Obras de Edificações. Medição: Regimes de Execução por Empreitada por preço global e por Empreitada por preço unitário. Sistemática de Pagamentos. Fiscalização dos Prazos definidos em contratos. Entrega e Recebimento de obra - provisória e definitiva. Documentação exigida na fiscalização. Fiscalização de Garantias Contratuais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DIAS, Reinaldo. Gestão Pública - Aspectos Atuais e Perspectivas para Atualização . [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2017. E-book. ISBN 9788597013382. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597013382/>. Acesso em: 25 out. 2023.

HALPIN, Daniel W.; WOODHEAD, Ronald W. Administração da Construção Civil, 2ª edição . [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2004. E-book. ISBN 978-85-216-2494-

3. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-216-2494-3/>. Acesso em: 25 out. 2023.

PINHEIRO, Antonio Carlos da Fonseca B.; CRIVELARO, Marcos. Qualidade na Construção Civil . [Digite o Local da Editora]: Editora Saraiva, 2014. E-book. ISBN 9788536518787. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536518787/>. Acesso em: 25 out. 2023.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

LARSON, Erik W.; GRAY, Clifford F. Gerenciamento de projetos . [Digite o Local da Editora]: Grupo A, 2016. E-book. ISBN 9788580555677. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788580555677/>. Acesso em: 25 out. 2023.

HALPIN, Daniel W.; WOODHEAD, Ronald W. Administração da Construção Civil, 2ª edição . [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2004. E-book. ISBN 978-85-216-2494-3. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-216-2494-3/>. Acesso em: 25 out. 2023.

CORREA, Camila Z. Segurança na construção civil . [Digite o Local da Editora]: Editora Saraiva, 2021. E-book. ISBN 9786589965558. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786589965558/>. Acesso em: 25 out. 2023.

BRAGANÇA, Antônio Carlos da F. Planejamento e custos de obras . [Digite o Local da Editora]: Editora Saraiva, 2014. E-book. ISBN 9788536509396. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536509396/>. Acesso em: 25 out. 2023.

MAZUTTI, Júlia H. Gestão de obras. [Digite o Local da Editora]: Grupo A, 2021. E-book. ISBN 9788595028241. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595028241/>. Acesso em: 25 out. 2023.

VIII - MÓDULO

23. DIREITO CONSTITUCIONAL

Carga horária	45 horas
---------------	----------

EMENTA

Objeto e método. Dogmática constitucional. Evolução histórica do constitucionalismo. Classificação das constituições. Novos paradigmas para o Direito Constitucional. Direito Constitucional e Direitos Humanos. Constituição Brasileira: repartição de competências. As competências constitucionais dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. Organização do Estado Brasileiro. Poderes do Estado: Legislativo e Poder Executivo e Judiciário. Defesa do Estado e das Instituições. Ordem Econômica e Financeira. Ordem Social. Disposições Constitucionais Gerais e Transitórias.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: de 5 de outubro de 1988 . [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2022. E-book. ISBN 9786559773466. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559773466/>. Acesso em: 25 out. 2023.

FRANCO, Afonso Arinos de M. Curso de Direito Constitucional Brasileiro - Coleção Constitucionalismo Brasileiro, 3ª edição . [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2018. E-book. ISBN 9788530983048. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530983048/>. Acesso em: 25 out. 2023.

MORAIS, Alexandre de. Direito Constitucional . [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2023. E-book. ISBN 9786559774944. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559774944/>. Acesso em: 25 out. 2023.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MORAES, Guilherme Peña de. Curso de Direito Constitucional . [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2022. E-book. ISBN 9786559772827. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559772827/>. Acesso em: 25 out. 2023.

OLIVEIRA, James E. Constituição Federal Anotada e Comentada . [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2013. E-book. ISBN 978-85-309-4667-8. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-309-4667-8/>. Acesso em: 25 out. 2023.

SOBREIRA, Fabio T. Série Método de Estudo OAB - Direito Constitucional . [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2016. E-book. ISBN 9788530972004. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530972004/>. Acesso em: 25 out. 2023.

LIMA, Adriana; ALCASSA, Flávia; PAPPERT, Milena. LGPD no Direito do Trabalho . [Digite o Local da Editora]: Editora Saraiva, 2022. E-book. ISBN 9786553621954. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553621954/>. Acesso em: 25 out. 2023.

TANAKA, Sônia Yuriko K. Direito Constitucional . [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2015. E-book. ISBN 978-85-970-0312-3. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-970-0312-3/>. Acesso em: 25 out. 2023.

24. GESTÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS

Carga horária	75 horas
---------------	----------

EMENTA

Conceituação - Plano, um instrumento de desenvolvimento econômico e social da comunidade. Novas formas de gestão de serviços públicos. Serviços e as condições

mínimas de satisfazer as necessidades da comunidade. As prioridades, escalonamento das metas e diretrizes, a serem atingidas visualizando a compatibilidade entre o programa de obras e serviços e o cronograma financeiro. Forma direta ou indireta da exploração ou execução dos serviços.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

SLOMSKI, Valmor. Controladoria e governança na gestão pública . [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2005. E-book. ISBN 9788522466641. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522466641/>. Acesso em: 25 out. 2023.

CHIAVENATO, Idalberto. Administração Geral e Pública - Provas e Concursos . [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2021. E-book. ISBN 9786559641031. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559641031/>. Acesso em: 25 out. 2023.

MATIAS-PEREIRA, José. Manual de Gestão Pública Contemporânea . [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2020. E-book. ISBN 9788597024753. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597024753/>. Acesso em: 25 out. 2023.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MORAES, Alexandre de; KIM, Richard P. Cidadania: O novo conceito jurídico e a sua relação com os direitos fundamentais individuais e coletivos . [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2013. E-book. ISBN 9788522486403. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522486403/>. Acesso em: 25 out. 2023.

MEYER, Bernardo. Parcerias Públicas Privadas: Uma estratégia governamental . [Digite o Local da Editora]: Grupo Almedina (Portugal), 2021. E-book. ISBN 9786587019123. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786587019123/>. Acesso em: 25 out. 2023.

SLACK, Nigel; CÂMARAS, Stuart; JOHNSTON, Robert; e outros. Gerenciamento de operações e processos . [Digite o Local da Editora]: Grupo A, 2013. E-book. ISBN 9788565837934. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788565837934/>. Acesso em: 25 out. 2023.

FIDELIS, Gilson J. Gestão de Pessoas - Estrutura, Processos e Estratégias Empresariais . [Digite o Local da Editora]: Editora Saraiva, 2014. E-book. ISBN 9788536517803. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536517803/>. Acesso em: 25 out. 2023.

OLIVEIRA, Saulo Barbará de. Instrumentos de gestão pública. [Digite o Local da Editora]: Editora Saraiva, 2015. E-book. ISBN 9788502635975. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502635975/>. Acesso em: 25 out. 2023.

25. LETRAMENTO EM LIBRAS

Carga horária	45 horas
---------------	----------

EMENTA

Experiências linguísticas mediadas por uma língua acessível, de modalidade visual-espacial, pela qual será possível ampliar as possibilidades de inclusão social e exercer o direito de acesso ao conhecimento.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Comunicação visual
2. O alfabeto manual
3. Os numerais
4. A família
5. Sinalizando a casa
6. Brinquedos e brincadeiras infantis
7. Alimentos
8. A cidade e o campo
9. A escola e os meses do ano
10. Conhecendo o Brasil
11. Meios de comunicação
12. Meios de transporte
13. Parâmetros da libras I
14. Escrita de sinais signwriting
15. Diferentes culturas
16. O meio ambiente e os animais
17. O patinho surdo
18. Cinderela surda
19. Humor surdo
20. Poesia surda

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

QUADROS, Ronice M. Língua de herança . [Digite o Local da Editora]: Grupo A, 2017. E-book. ISBN 9788584291113. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788584291113/>. Acesso em: 25 out. 2023.

QUADROS, Ronice M. Educação de surdos: a aquisição da linguagem . [Digite o Local da Editora]: Grupo A, 1997. E-book. ISBN 9788536316581. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536316581/>. Acesso em: 25 out. 2023.

BOTELHO, Paula. Linguagem e letramento na educação dos surdos - Ideologias e práticas pedagógicas . [Digite o Local da Editora]: Grupo Autêntica, 2007. E-book. ISBN 9788582179314. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582179314/>. Acesso em: 25 out. 2023.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

QUADROS, Ronice M.; CRUZ, Carina R. Língua de sinais: instrumentos de avaliação . [Digite o Local da Editora]: Grupo A, 2009. E-book. ISBN 9788536325200. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536325200/>. Acesso em: 25 out. 2023.

QUADROS, Ronice M.; KARNOPP, Lodenir B. Língua de sinais brasileira . [Digite o Local da Editora]: Grupo A, 2003. E-book. ISBN 9788536311746. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536311746/>. Acesso em: 25 out. 2023.

BARROS, Mariângela E. ELiS - sistema brasileiro de escrita das línguas de sinais . [Digite o Local da Editora]: Grupo A, 2015. E-book. ISBN 9788584290529. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788584290529/>. Acesso em: 25 out. 2023.

HONORA, Márcia. Inclusão educacional de alunos com surdez: concepção e alfabetização - ensino fundamental 1º ciclo . [Digite o Local da Editora]: Cortez, 2015. E-book. ISBN 9788524924057. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788524924057/>. Acesso em: 25 out. 2023.

PLINSKI, Rejane R. K.; MORAIS, Carlos E L.; ALENCASTRO, Mariana I. Libras . [Digite o Local da Editora]: Grupo A, 2018. E-book. ISBN 9788595024595. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595024595/>. Acesso em: 25 out. 2023.

2.12 COERÊNCIA DO CURRÍCULO COM OS OBJETIVOS DO CURSO

Os objetivos gerais constantes no Programa de Desenvolvimento Institucional PDI da Faculdade Impacto de Porangatu - FIP, estão presentes no perfil de formação do estudante de Gestão Pública - EaD conforme descrito na estrutura curricular do curso.

O objetivo do curso de Gestão Pública - EaD da Faculdade Impacto de Porangatu – FIP é proporcionar ao estudante, a oportunidade de uma formação em Gestão Pública ao nível das melhores oferecidas pelo mundo acadêmico do Brasil.

A Faculdade Impacto de Porangatu - FIP adequa-se ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, pela Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004. Sistema de avaliação que enfatiza a avaliação institucional a partir da autoavaliação, combinando autoavaliação, avaliação externa e avaliação do desempenho do educando.

O SINAES, na sua regulamentação, prevê como um dos processos a autoavaliação institucional articulada ao desenvolvimento institucional. Desse modo, a autoavaliação é fundamental para os gestores da Faculdade Impacto de Porangatu – FIP acompanhar o desenvolvimento do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

2.12.1 Estratégias de flexibilização curricular

Com vistas a implementação das aulas semipresenciais, com utilização de recursos *on line*, plano de estudos para complementação curricular, aproveitamento de estudos, atividades complementares e participação em atividades acadêmicas de outros cursos dentro e fora da Faculdade Impacto de Porangatu - FIP. Atividades de extensão, parcerias, pesquisas acadêmicas entre as principais situações teórico-práticas que são executadas pela Faculdade Impacto de Porangatu.

Além disso, o aluno reprovado em até duas disciplinas, poderá cursá-la posteriormente, em regime de dependência, sem a necessidade de interromper o curso normal do período vindouro. A Faculdade Impacto de Porangatu, com previsão em seu regimento interno, prevê a possibilidade de o aluno reprovado, cursar esta disciplina em períodos posteriores.

2.13 CERTIFICAÇÕES INTERMEDIÁRIAS

Através das práticas aplicadas em sala de aula os alunos deverão demonstrar a aquisição e o domínio de algumas competências pertinentes à essa importante área de sua formação, contempladas na Certificação Intermediária de Gerente administrativo (Ocupações CBO Associadas – 1421-20) a que o aluno fará jus e de acordo com o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia – CNCST 2016 (Portaria MEC nº 413, de 11 de maio de 2016).

O princípio institucional da flexibilização curricular se concretiza no curso de graduação tecnológica de modo específico, uma vez que a matriz curricular prevê a existência de Certificação Intermediária, conferidas após a conclusão de grupos de unidades de estudo. Essas titulações, ainda não concebidas como de nível superior, dado sua natureza provisória, possibilitam ao aluno a obtenção de

certificados que o habilitam a atividades profissionais já instituídas. Nessa perspectiva, amplia-se a flexibilidade dos currículos, criando novas possibilidades de inserção profissional, viabilizando maior adaptação às demandas externas.

Módulo I, II, III e IV
Gerente Administrativo
Ocupações CBO Associadas – 1421-20

A Faculdade Impacto oferece uma certificação para Gerente Administrativo, com base no CBO 1421-20. Os profissionais certificados são capacitados para planejar organizar, dirigir e controlar no processo da gestão pública, desenvolvendo e supervisionando sistemas e métodos produtivos. Eles também gerenciam e coordenam equipes e atividades relacionadas. Este reconhecimento valida a expertise do profissional nas áreas de gestão.

- **Descrição Sumária - Certificação pela Faculdade Impacto**

Os profissionais certificados controlam perdas de processos, produtos e serviços ao identificar, determinar e analisar causas de perdas, estabelecendo planos de ações preventivas e corretivas. Eles desenvolvem, testam e supervisionam sistemas, processos e métodos produtivos. Gerenciam atividades relacionadas à gestão pública e do meio ambiente, planejam atividades produtivas e coordenam equipes, treinamentos e atividades de trabalho.

- **Condições Gerais de Exercício**

O trabalho é realizado em organizações públicas, As instituições empregadoras variam em porte, sendo públicas, autarquias, economia mista entre outras.

Assim, a Faculdade Impacto de Porangatu facilita aos alunos do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública – EaD, o aproveitamento de competências profissionais adquiridas no ambiente de trabalho, em cursos técnicos e em outros cursos de graduação, com vistas a incentivar o contínuo aperfeiçoamento profissional, com considerável diminuição no tempo de curso para os candidatos a aproveitamento de competências no Curso. Desta forma, os alunos do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública podem ser liberados total ou parcialmente de cursar unidades curriculares.

O aproveitamento de competências, em qualquer condição, deverá ser requerido na secretaria de registro acadêmico, antes do início do desenvolvimento do semestre, indicando os itens específicos para os quais solicita o aproveitamento. O aluno terá que realizar uma avaliação para atestar a constituição das competências previstas para o curso ou para cada um dos seus componentes curriculares e terá uma função diagnóstica, de caráter continuado e formativo.

Esta avaliação embasará o ajuste de matrícula de maneira a situar o candidato no período adequado ao seu aprendizado/saber profissional.

2.14 METODOLOGIA

A organização curricular é constituída por módulos/trimestre de forma que seus componentes curriculares evidenciem interdisciplinaridade e o cumprimento da formação dos objetivos do curso, perfil do egresso, habilidades e competências. Desta forma, a metodologia do ensino a distância da FIP, foi desenvolvida para que os estudantes tenham acesso ao curso em Gestão Pública a distância, disponibilizado pela internet pelo portal de estudos: AVA e também por meio de materiais didáticos físicos (livros e DVDs) reparado por professores qualificados e renomados.

Um sistema de ensino a distância, para um funcionamento eficaz, deve ser adaptado ao aluno, da melhor forma, objetivando motivar e satisfazer as necessidades do estudante, tanto em termos de conteúdo quanto de estilos de aprendizagem.

Willis (1992) sugere estratégias para satisfazer as necessidades dos estudantes que serão adaptadas e aproveitadas pela equipe da FIP, na execução do plano didático para obter maior interação dos alunos no curso. São elas:

- ✓ Alertar os alunos para os novos padrões de comunicação a serem utilizados no curso, fazendo sentirem-se confortáveis com esses padrões;
- ✓ Informar sobre o curso e o perfil profissional de saída;
- ✓ Ser sensível aos diferentes estilos de comunicação e às várias formações culturais (domínio de línguas, hábitos, costumes e outros);
- ✓ Alertar o aluno a assumir papel ativo no curso e responsabilidade pela própria formação, a importância da autodisciplina e demais papéis que tem a desempenhar na aprendizagem a distância;

- ✓ Ajudar os alunos a se familiarizarem e sentirem-se confortáveis com a tecnologia de ensino, preparando-os para resolverem os problemas técnicos que surgirem, concentrando-se na solução dos problemas em conjunto;
- ✓ Observar o cumprimento dos prazos.

Portanto, tanto a interação como a interatividade são aspectos importantes para garantir a qualidade e eficácia do processo formativo a distância e manter o aluno participante ativo no processo, além de permitir ao professor e/ou tutor identificar e atender as necessidades individuais dos alunos, ao mesmo tempo em que se possibilita um fórum de sugestões para o aprimoramento do curso

Assim, devem-se considerar as estratégias para a interação e o feedback para o aluno:

- ✓ A integração de vários meios de interação: telefone, fax, computador para acesso a ferramentas de comunicação como correio eletrônico, chats, videoconferência e Ambiente Virtual de Aprendizagem, para contato individual e a tutoria mesclada com encontros presenciais e virtuais;
- ✓ O contato com cada local (ou estudante), com regularidade, especialmente no começo do curso;
- ✓ Comentários detalhados sobre as tarefas por escrito, indicando fontes adicionais para informação suplementar. Devolver as tarefas sem demora, usando correio eletrônico ou Ambiente Virtual;
- ✓ O estabelecimento de horas de atendimento aos estudantes;
- ✓ Ao iniciar o curso, solicitar que os alunos estabeleçam contato com o professor e interajam entre si através de correio eletrônico, telefone ou outro meio, para que se sintam à vontade com o processo;
- ✓ O uso de questões pré-aula para promover e encorajar o pensamento crítico e a participação por parte de todos os alunos. Compreender que, para aprimorar padrões de comunicação insatisfatórios, demanda tempo;
- ✓ A apresentação das anotações pelos alunos, com frequência, de modo que mantenham um diário de pensamentos e ideias sobre o conteúdo do curso, sobre seus progressos individuais e outras preocupações;
- ✓ A utilização de cartões previamente selados e endereçados e conversas telefônicas, online, ou outro meio, fora do horário de aula para obter

feedback sobre o conteúdo, relevância, andamento, apresentação de problemas e outras preocupações pedagógicas;

- ✓ A garantia da participação de todos os estudantes nos encontros presenciais ou por videoconferência, desencorajando, educadamente, aqueles que são monopolizadores;
- ✓ O uso de um “facilitador” em cada grupo para estimular a interação dos alunos que se mostrarem hesitantes em fazer perguntas ou participar. O facilitador pode agir como sendo os “olhos e ouvidos” do professor nos polos remotos

2.14.1 Metodologia de ensino

Metodologias e técnicas didático-pedagógicas que contribuem para a implementação de um processo de ensino-aprendizagem emancipatório, permitindo a abertura de espaços para a construção do próprio conhecimento.

Para implementar essa visão os espaços das aulas devem ser ampliados e/ou substituídos por estratégias diversificadas.

A metodologia se expressa por meio da construção de exercícios/atividades que enriquecem o conteúdo com referências na experiência e no contexto do educando e a indicação dos recursos instrucionais mais aderentes para desenvolver as competências, as habilidades e as atitudes requeridas pelos objetivos dos planos de ensino das disciplinas do curso.

No ensino a distância da FIP a motivação dos alunos para a aprendizagem é um eixo norteador, uma preocupação constante, portanto, alguns princípios são defendidos e sustentam o seu modelo acadêmico:

- A interação entre o aluno e a interface tecnológica deve se caracterizar pela transparência, facilidade e simplicidade de uso e aplicação dos recursos e ferramentas disponíveis;
- A interação entre aluno e conteúdo instrucional deve resultar sempre na estimulação da percepção e a da cognição do aluno, viabilizando a construção de uma aprendizagem significativa, independente do seu estilo e rota de estudo;
- Na interação entre aluno e tutor, a mediação pedagógica e a aprendizagem colaborativa devem ser os princípios norteadores, incentivando a busca do conhecimento.
- As interações entre o aluno e seus pares são elementos estimuladores da participação ativa em todas as atividades propostas, criando condições para

a construção de novos conhecimentos aplicáveis ao cotidiano das pessoas e da sociedade.

O modelo metodológico adotado para a educação a distância da FIP constitui uma alternativa para construir o conhecimento significativo, por meio de um ensino contextualizado e integrador que contribua para a formação de profissionais com perfis de competências globalizadas e cidadãos sociais e politicamente conscientes.

Em oposição ao ensino fragmentado, numa noção reducionista de partes isoladas e separadas do todo, onde os fatos acontecem separadamente, busca-se no ensino a distância a incorporação dos problemas do cotidiano ao currículo e a interligação dos saberes, a contextualização de cada conhecimento. Isso significa ter condições de refletir, analisar, tomar consciência do que sabemos e do que ainda não temos conhecimento.

Assim, a metodologia do ensino a distância da FIP não se encontra concebida meramente na transmissão de conteúdos e informações, embora a informação seja fundamental. Ela deverá ir muito além, pois a emancipação, pessoal e social, requer muito mais do que isso; ela exige a capacidade de construir e reconstruir conhecimentos, ou seja, ela tem o compromisso com o desenvolvimento da autonomia crítica e o protagonismo do aluno.

Adicionalmente, outras estratégias de ensino devem ser cuidadosamente selecionadas e planejadas, de modo a propiciar situações que:

- Viabilizem posicionamentos críticos;
- Proponham problemas e questões, como pontos de partida para discussões;
- Definam a relevância de um problema por sua capacidade de propiciar o saber pensar, não se reduzindo, assim, à aplicação mecânica de fórmulas feitas;
- Provoquem a necessidade de busca de informação;
- Enfatizem a manipulação do conhecimento, não a sua aquisição;
- Otimizem a argumentação e a contra argumentação para a comprovação de pontos de vista;
- Dissolvam receitas prontas, criando oportunidades para tentativas e erros;
- Desmistifiquem o erro, desencadeando a preocupação com a provisoriedade do conhecimento, a necessidade de formulação de argumentações mais sólidas;
- Tratem o conhecimento como um processo, tendo em vista que ele deve ser retomado, superado e transformado em novos conhecimentos.

A adoção desses critérios neutraliza a preocupação em repassar conhecimentos a serem apenas copiados e reproduzidos, desafiando os alunos a fomentar sua capacidade de problematizar e buscar respostas próprias, calcadas em argumentos convincentes.

Aprendizagem Baseada em Problemas (PBL)

A PBL é “uma metodologia de ensino-aprendizagem colaborativa, construtivista e contextualizada, na qual situações-problema são utilizadas para iniciar, direcionar e motivar a aprendizagem de conceitos, teorias e o desenvolvimento de habilidades e atitudes no contexto de sala de aula, isto é, sem a necessidade de conceber disciplinas especificamente para esse fim” (RIBEIRO, 2010, p. 10).

Foi originalmente concebida para o ensino de medicina na Universidade McMaster (MCMASTER, 2013). Entretanto, por diversos anos, vem sendo utilizada por algumas instituições em seus diversos cursos nas mais diferentes áreas, como é o caso da Victoria University em Melbourne Austrália (VICTORY UNIVERSITY, 2013), a University of Manchester no Reino Unido (UNIVERSITY OF MANCHESTER, 2013) e a Maastricht University na Holanda (MAASTRICHT UNIVERSITY, 2013).

É importante ressaltar que a metodologia será um sucesso sempre que o(s) problema(s) for(em) bem articulado(s) com a teoria e a prática profissional (mais próximo possível), o que inibirá que obstáculos da “experiência primeira” não aconteçam na busca da solução do(s) problema(s), como relatado por Soares (2011).

Dessa forma, os alunos ampliarão o entendimento do problema em um primeiro momento sem se preocupar com a solução do mesmo, seguido de estudo(s) individualizado(s) e em grupo, e finalmente, na busca da solução do(s) problema(s) a ser encontrada pelo grupo. É importante ressaltar que nem sempre a solução é “fechada”, o que contribui mais uma vez para que “surpresas” ou novas descobertas possam acontecer durante o processo de ensinagem nessa metodologia.

Metodologia da Problematização (MP)

A MP envolve em geral apenas uma disciplina e a realidade é o ponto de partida e de chegada. Dessa forma, a aprendizagem dar-se-á por meio da solução de problemas e situações reais que o futuro profissional poderá enfrentar. Na MP, o conhecimento científico é buscado certamente nas literaturas e nas consultas com especialistas, mas também na realidade onde o problema está ocorrendo, ou seja, é natural o uso de técnicas não convencionais construindo o conhecimento que envolve o campo social, político e ético (BERBEL & GAMBOA, 2012).

Tal conhecimento é adquirido na etapa da “teorização” na busca de pontos chave e culmina em uma hipótese, e esta é aplicada à realidade. Se solucionado o problema, encerrasse a atividade, caso contrário, recomeça o ciclo. Por se tratar da realidade, intervenções podem afetar os resultados. Portanto, o ensinante terá que selecionar a realidade com potencial para que tal conhecimento seja ministrado. Mais uma vez, pode-se afirmar que a “interferência”, em maior ou menor grau do professor-facilitador, ditará o sucesso da implantação dessa metodologia, uma vez que o obstáculo da “experiência primeira” não é desejável na solução do(s) problema(s) por meio da MP (SOARES, 2011).

Orientação por Meio de Projetos (OMP)

A OMP consiste na produção de projetos propostos pelo docente, que para a sua confecção utiliza todo o conteúdo da disciplina ministrada. Dessa forma, o aprendente tem o ensinante apenas como um professor-orientador. Os resultados dos projetos propostos devem ser próximos aos esperados pelo docente, tornando possível assim sua avaliação. Essa metodologia é mais “perigosa” no sentido que o obstáculo da “experiência primeira” e do “conhecimento generalizado, fechado” pode ficar evidenciado (SOARES, 2011). Em especial, isso acontece sempre quando o docente “orienta” seus alunos na busca de uma solução do(s) projeto(s) muitas vezes estruturada por técnicas e padrões pré-estabelecidos, muito comuns no Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública - EaD e que, muitas vezes, é até compreensível no mundo do trabalho.

Nesse contexto, fica mais fácil afirmar que essa metodologia é muito útil quando aplicada corretamente nas disciplinas específicas e optativas, geralmente

disponíveis ao aluno no final dos cursos de graduação com aplicação no mundo do trabalho.

2.14.2 Adequação da metodologia de ensino à concepção

No Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública - EaD a flexibilidade estará presente, nas atividades complementares e demais atividades acadêmicas, entre elas a iniciação científica e a extensão. Já a interdisciplinaridade está presente na inter-relação entre as disciplinas, quanto das atividades complementares, e principalmente por meio de projetos que possam vir a ser implementados pelo Colegiado competente da Faculdade, projetos estes que se construirá em trabalhos em comum acordo a cada módulo do curso ou específico de cada disciplina, envolvendo grupos de disciplinas e também, nos laboratórios de informática e laboratórios específicos. Porém, os conteúdos devem se interagir harmonicamente, envolvendo alunos e professores, construindo assim, um elo que nutre o conhecimento, expandindo os horizontes e a visão da área que se está trabalhando.

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública - EaD compreende que o conhecimento resulta de uma construção contínua e se produz a partir do desenvolvimento de conteúdos integrados de forma progressiva e cumulativa. Os conteúdos de ensino e o desenvolvimento curricular são organizados como um campo de intervenção e ação do professor, visando:

- inserir o aluno nos campos de atuação desde seu início no curso, propiciando a interação de teoria com prática nas **Atividades Presenciais**, nas Complementares influenciando na motivação do aluno e valorizando a integração interdisciplinar;
- Desenvolver a aprendizagem centrada no aluno, visando estimular a formação do pensamento lógico-crítico;
- Criar ambiente cooperativo de aprendizagem, possibilitando modos de interação social com desenvolvimento de projetos que atendam aos diversos segmentos sociais.

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública - EaD da Faculdade Impacto de Porangatu – FIP, incentiva aos professores que adotem também

práticas pedagógicas participativas. Desta maneira, os professores utilizam metodologias por meio de métodos e técnicas de ensino para desenvolvimento de competências relativas ao ato de se relacionar, de liderar e de valorizar a busca do conhecimento permanente.

Assim, a metodologia utilizada no Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública - EaD da Faculdade Impacto de Porangatu – FIP faz com que os professores:

- Atuem como facilitadores e orientadores do processo de ensino-aprendizagem;
- Estejam conscientes de que a educação é uma prática social transformadora (uma entre várias possíveis);
- Promovam a socialização do saber por meio da apropriação do conhecimento produzido historicamente e socialmente;
- Sejam entusiastas para despertar a atenção dos alunos em relação ao que estão ensinando;
- Desenvolvam e apliquem estratégias de ensino, por meio de métodos e técnicas que facilitem o processo de ensino-aprendizagem.

São utilizadas linguagens de maneira clara e explícita, evitando e controlando possíveis mal-entendidos e incompreensões, proporcionando uma rede comunicativa, negociando e compartilhando conhecimentos.

Os acadêmicos devem ter conhecimento dos instrumentos que os professores utilizam para avaliá-los, sabendo o que o professor quer deles, que meios de ajuda serão proporcionados e que critérios avaliativos serão aplicados, por meio do plano de ensino previamente referido.

2.14.3 Interdisciplinaridade

Um projeto pedagógico engajado na democratização social e cultural tem a função e a responsabilidade de garantir ao aluno o acesso aos saberes necessários para o desenvolvimento e o aprimoramento do uso das línguas, bem como promover a reflexão interdisciplinar, transversal e transdisciplinar dos conteúdos adquiridos ao longo de sua formação acadêmica.

O processo da interdisciplinaridade é linear e fundamenta-se na integração de conhecimentos, resultante da articulação entre as disciplinas, evitando a abordagem isolada de tópicos compartimentalizados. O processo da transversalidade é descontínuo e aponta para a incorporação no currículo dos diversos saberes – conteúdos de ciências afins – filosofia, psicologia e conhecimentos relacionados ao saber cultural do aluno. Na articulação de tais processos, efetua-se a dimensão do aprender a conhecer “dimensão da transdisciplinaridade”, ponto da aquisição de um dado conhecimento, é o conhecer, busca contínua do desenvolvimento pelos processos mentais da argumentação, comparação, interpretação, observação; estimulando ao pensar criativo e reflexivo sobre a realidade, possibilitando o criar, o definir, o construir conhecimento: em síntese, colaborando na construção das identidades e favorecendo a autonomia dos sujeitos envolvidos no processo educacional.

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública - EaD prevê, então, no Projeto Pedagógico, uma proposta para um modelo de educação cuja trajetória direciona-se no sentido da interdisciplinaridade entre os conteúdos “princípio da indissociabilidade para que a formação acadêmica, teórico-prática, não fragmente os saberes das diversas áreas necessárias à formação profissional, viabilizando as relações de interdependência entre os conteúdos. Este eixo promove a integração entre a teoria e prática, envolvendo todo o fluxo das disciplinas, sistematizando o duplo enfoque da pesquisa como construção do saber, e o da prática docente, a partir da própria estrutura interna de todas as disciplinas do curso. O segundo eixo fundamenta-se no princípio da transversalidade, considerando-se que o conhecimento não acontece de forma retilínea e ordenada, mas a partir do conjunto de experiências/vivências que envolvem a dinâmica do processo de ensino e aprendizagem. Trata-se da mobilidade entre os saberes, um fluxo que pode seguir qualquer direção, permitindo qualquer trânsito de ideias. Neste novo contexto, a noção da escola é ampliada -- não é mais entendida como o único lugar da aprendizagem”, dando acesso a qualquer espaço social, inclusive o espaço do trabalho, o que possibilita que temas transversais de interesse particular e do grupo, da vida e da sociedade adentrem nos saberes desenvolvidos e próprios de cada área comum e específica por meio da realização de estudos integrados, de projetos e de atividades científico acadêmicas, de extensão e culturais; buscando através de uma formação continuada o estabelecimento das conexões entre as áreas do

saber. O terceiro eixo é o da transdisciplinaridade, que esboça um movimento progressivo de superação. Superação é o termo chave para se compreender o processo da educação. É um movimento de síntese, no qual tudo que foi apreendido é articulado, condição intrínseca do conhecimento.

2.14.4 Transversalidade

De acordo com a Lei Federal 9.795 de 27 de abril de 1999. Direitos Humanos – Resolução n.º 01 do CNE de 30 de maio de 2012 e Parecer CNE-CP n.º 8 de 2012. Lei 11.645, Parecer CNE-CP 03 de 2004 e Resolução CNE-CP 01 de 2004 – Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro Brasileira e Educação Brasileira.

É trabalhado com as possibilidades de reconstrução de uma nova concepção de sociedade e natureza, valorizando e enfatizando tanto o meio ambiente quanto os direitos humanos e conduzindo o discente a ter uma visão ampla, sem discriminações, viabilizando a educação étnico-raciais e a cultura Afro Brasileira, para que possamos entender de maneira clara que todos somos “iguais” (dentro da mesma situação) independente da cor da pele, crença, religião ou cultura. Desta forma mostrando que o Brasil é um país misto, onde todos temos os mesmos direitos e conscientizando a população não só acadêmica sobre a proteção ao meio ambiente, uma vez que já estamos sofrendo consequências drásticas por falta de nos atentar mais para esta questão.

Isto é feito de forma complementar através de palestras, pesquisas e extensão para atingir a comunidade, de forma que com isso o discente e o docente poderá exercer seu papel, questionando e apontando caminhos que possam promover a consciência para estes assuntos.

Estamos aguçando assim o senso crítico dos educadores, educando, e sociedade de tal modo que tanto a escola como os sujeitos sociais tornem-se promotores de valores socioambientais e culturais, e as comunidades organizadas sejam as promotoras das transformações necessárias para a convivência de um mundo melhor.

O enfoque é dado sem perder de vista os elementos que compõem as estruturas políticas econômicas e educacionais, pois o meio ambiente é parte fundamental para ser aprofundada na educação seja pública ou privada de maneira

que a sociedade possa se basear na sustentabilidade, de forma que se estimule permanentemente as responsabilidades éticas dos indivíduos visando diferentes segmentos da sociedade, sobre os problemas ambientais, sociais econômicos e extra econômicos considerando a igualdade, justiça social e a ética dos seres vivos.

A sustentabilidade não está voltada somente para uma sustentabilidade ecológica, apresenta também a dimensão ambiental, social, política, econômica, demográfica, cultural, institucional e espacial. Sendo assim não podemos dissociar os fatores sociais dos ambientais, pois eles devem sofrer as transformações juntos.

Tratamos estes assuntos dentro da faculdade também como componentes curriculares de disciplinas ministradas para que possam ser melhor trabalhadas e entendidas por parte da comunidade acadêmica.

Diante disto abordamos também nas semanas de curso tema voltados para estes assuntos para visar uma melhor conscientização tanto dos discentes como da comunidade não só acadêmica, mas também da sociedade em geral. Pois, a educação é parte integrante e fundamental da sociedade, visto que embora ela não seja a única responsável pelas transformações sociais, mas sem dúvida ela traz consigo as mudanças de maneira mais rápida e consciente.

2.15 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

No âmbito das Atividades Complementares são desenvolvidas as seguintes atividade extra curriculares: leitura orientada e supervisionada, participação em eventos na área de Gestão, tais como: jornada e semana acadêmica, congresso, seminários, simpósios, outras atividades acadêmicas como teatros, cinema, feiras e viagens culturais, visitas a museus, comunidade, parques culturais e temáticos e, cursos de Extensão dentre outra atividades que possibilitam ao aluno aprofundar seus estudos numa área específica de seu interesse além de propiciar sua iniciação no universo de produção de divulgação do conhecimento através da pesquisa acadêmica, sendo mais um dos meios de articulação entre teoria e prática da sua formação. Todas as atividades serão desenvolvidas em horário diferenciado do funcionamento do curso, diretamente relacionadas às disciplinas do semestre em curso.

A realização dessas atividades será organizada pela coordenação e professores, a escolha destas atividades estará diretamente ligada ao curso. A

carga horária das atividades é de 85 horas no total do curso. Ao final de cada semestre o aluno entregará a coordenação do curso um relatório das atividades, devidamente documentado com recibos de inscrição que comprove a participação do aluno na atividade e com certificados que comprovem a carga horária.

As atividades complementares são desenvolvidas em três níveis: como instrumento de integração e conhecimento do aluno da realidade social, e do trabalho de sua área/curso; como instrumento de iniciação científica e ao ensino; e como instrumento de iniciação profissional.

A responsabilidade pela normatização das atividades complementares será de competência do colegiado de curso, em coerência com as diretrizes estabelecidas pela Faculdade Impacto de Porangatu – FIP e com as do MEC. As atividades complementares serão computadas no sistema de horas, para efeito de integralização do total previsto para o curso.

As atividades complementares e as modalidades admitidas são divulgadas pela direção e coordenação do curso, a fim de permitir a sua livre escolha pelo aluno. As Atividades Complementares são componentes curriculares obrigatórios que possibilitam o reconhecimento, por intermédio de avaliação do Colegiado de Curso e das Coordenação, das habilidades, conhecimentos e competências do aluno, compreendidas, inclusive, aquelas adquiridas fora do âmbito da Faculdade Impacto de Porangatu - FIP, incluindo cursos, estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, e interdisciplinares, especialmente no tocante às relações profissionais, nas ações de iniciação científica e de ensino que associam teoria e prática e nas ações de extensão desenvolvidas juntamente à comunidade.

Elas têm como principal objetivo estimular a participação dos alunos em experiências diversificadas que possam contribuir para a sua formação profissional, cuja realização é indispensável à colação de grau.

2.15.1 Cumprimento das Atividades Complementares

Para atender o cumprimento das 85 (oitenta e cinco) horas de atividades complementares, a Faculdade Impacto de Porangatu - FIP, aproveitará atividades realizadas pelo aluno, vinculadas à sua formação, visando a complementação dos conteúdos ministrados e/ou à atualização permanente dos alunos acerca de temas emergentes ligados a Gestão Pública.

São considerados pela faculdade como atividades complementares à realização de projetos de extensão; viagens de estudo; palestras; seminários ou fóruns; módulos temáticos etc.

As atividades complementares não substituem as atividades de ensino à distância e/ou presencial, principalmente em relação aos conteúdos profissionalizantes. O aluno deverá necessariamente optar no mínimo, por três diferentes espécies de atividades complementares.

A Coordenação do Curso, em conjunto com o docente encarregado de coordenar as atividades complementares, poderão estabelecer um cronograma próprio para a realização das atividades de um determinado período, estipulando datas de realização e reorientando-as de acordo com as necessidades teóricas-práticas.

O acadêmico deve requerer a averbação das atividades complementares, através da submissão do relatório ou comprovante apropriado, devidamente preenchido no portal AVA, junto ao docente responsável pelas atividades complementares, que se encarregará de arquivar a documentação junto à Secretaria Geral, para que esta proceda ao devido registro, inclusive no Histórico Escolar do aluno.

a) REGULAMENTO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES OBRIGATÓRIAS NO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA - EAD

Art. 1º As Atividades Complementares previstas nos Cursos de Graduação da Faculdade são obrigatórias e categorizam-se em três grupos:

- I Grupo 1 - Atividades de Ensino;
- II Grupo 2 - Atividades de Extensão;
- III Grupo 3 - Atividades de Pesquisa.

Parágrafo único. Os alunos, obrigatoriamente, deverão distribuir a carga horária das atividades complementares em, pelo menos, dois dos grupos acima indicados.

Art. 2º As Atividades Complementares terão carga horária global prevista nos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação da Instituição, devendo ser cumpridas durante sua integralização.

Art. 3º As Atividades de Ensino, que podem englobar até 50 % das horas previstas, com direito a registro no histórico escolar, compõem-se de:

- a) Disciplinas e/ou cursos oferecidos pela própria Faculdade, mas não previstas no Currículo Pleno do Curso;
- b) Cursos e/ou disciplinas realizados em outras instituições, desde que com anuência prévia da Coordenação do Curso;
- c) Monitoria em disciplina vinculada a área do respectivo Curso.

Art. 4º As Atividades de Extensão, que podem englobar até 50 % das horas previstas, com direito a registro no histórico escolar, dividem-se em:

- a) Participação em seminários, palestras, congressos, conferências, encontros, cursos de atualização e similares;
- b) Estágios extracurriculares;
- c) Participação em ações de extensão patrocinada pela Instituição de Ensino;
- d) Participações em audiências, limitados a 20 h.

Art. 5º As Atividades de Pesquisa, que podem englobar até 50 % das horas previstas, com direito a registro no histórico escolar, incluem:

- a) Iniciação científica;
- b) Trabalhos publicados em periódicos, com tema vinculado à área do Curso, até 40 horas para cada um.

Art. 6º As Atividades Complementares serão supervisionadas pela Coordenação do Curso ou por órgão especialmente criado pela faculdade, ao qual caberá:

- a) Estabelecer e divulgar, com a anuência do Colegiado do Curso, o Plano de Atividades Complementares a ser desenvolvido anualmente pela Faculdade;
- b) Exigir certificado de frequência e participação, notas obtidas, carga horária cumprida, relatórios de desempenho e outros documentos vinculados às referidas atividades;
- c) Analisar o documento apresentado pelo aluno para comprovar a realização de cada Atividade Complementar e, se considerá-lo suficiente, rubricá-lo e encaminhá-lo à Secretaria Geral para registro na Ficha do Aluno.

§ 1º Os documentos comprobatórios das atividades Complementares depois de rubricados pelo Coordenador e encaminhados para registro na Ficha do Aluno, permanecerão em sua Pasta para posterior expedição de Diploma.

§ 2º A Coordenação abrirá prazo de um mês ao final de cada semestre letivo, para recebimento das solicitações de aproveitamento das Atividades Complementares, devendo publicar sua decisão na primeira semana do semestre subsequente.

Art. 7º Os casos omissos, assim como os recursos interpostos, serão apreciados pelo Colegiado do Curso, cabendo recurso ao Conselho Superior da Faculdade.

2.16 AÇÕES DECORRENTES DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO CURSO

2.16.1 Avaliações Externas

No que se refere às avaliações externas realizadas pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) existem duas formas de avaliação a considerar o Exame Nacional de Desempenho do Estudante (ENADE) e o Conceito

2.16.2 Autoavaliação

O Processo de autoavaliação estabelecido pelo PPC é organizado considerando os princípios estabelecidos e as categorias indicadas no documento “Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação presencial e a distância. A Faculdade Impacto de Porangatu – FIP possui a Comissão Permanente de Avaliação (CPA) e uma coordenação específica para a condução dos trabalhos.

O processo de avaliação institucional realizado pela IES será semestral, sendo que no primeiro semestre letivo é desenvolvido o processo de auto avaliação dos cursos, por meio do qual se busca investigar e determinar a qualidade de gestão do Coordenador de Curso, sua integração com a equipe de trabalho e condições de infraestrutura dos cursos e da IES por meio da aplicação de questionário ao corpo discente, docente e técnico administrativo.

No segundo semestre tem-se a continuação do processo de Avaliação Institucional, mais abrangente, em conformidade com as diretrizes e dimensões fundamentadas na Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004, regulação e

acompanhamento das atividades da Comissão por meio da emissão de relatórios com periodicidade anual, inseridos no sistema e-MEC.

A Metodologia do Processo de Avaliação Institucional na Faculdade Impacto de Porangatu – FIP tem início com a Campanha de Sensibilização, que estimula os corpos docente, discente e técnico-administrativo, a partir da construção da credibilidade da mudança e do comprometimento de todos com a Instituição. Em seguida, as informações são coletadas por meio de formulários elaborados pela CPA e inseridos no sistema acadêmico para que possam ser respondidos de acordo com o sistema e registro acadêmico.

Após o período de aplicação dos formulários, todos os dados são coletados pela própria CPA, de modo isolado e sigiloso, objetivando garantir a fidedignidade do processo.

Posteriormente, são elaborados relatórios que, em momento específico, obedecendo às formalidades legais, são entregues à Diretoria da IES e aos gestores de cursos, além da Diretoria Administrativa, em se tratando de corpo técnico-administrativo.

Os resultados são consolidados em formas de gráficos e por meio de reuniões, é feita a apreciação e discussão a respeito dos mesmos, tomando-se como base os relatórios da autoavaliação interna. Nesta ocasião, são estudados os mecanismos para o saneamento das deficiências apontadas através de reuniões sistemáticas e periódicas junto ao NDE e Colegiado em conjunto com a Direção e CPA, o que gera a constituição de outro documento chamado de “Plano de Melhorias”, cujo objetivo é o acompanhamento das ações que podem ser executadas à curto, à médio ou à longo prazo.

O Plano de melhorias é usado como forma de proporcionar à contínua melhoria do curso, através das análises dos resultados obtidos.

Como parâmetro adota-se, os relatórios da avaliação de autorização e reconhecimento dos cursos, objetivando observar a evolução das ações desenvolvidas e a redução dos pontos avaliados como negativos, bem como a perceber se a instituição está caminhando em direção coesa à redução de suas carências.

Isso em razão dos formulários identificar a qualidade e entrega dos planos de ensino, o grau de exigência das avaliações, a articulação das disciplinas com

outras (interdisciplinaridade), dentre outras informações que auxiliam na satisfação do resultado de exames, a exemplo do ENADE.

Posteriormente, a CPA, viabiliza, de modo democrático, a disseminação dos resultados por meio de cartazes ou informativos, anúncios estes que especificam os pontos fortes e fracos, e também informam, a exemplo dos fracos, quais já foram reparados e como a instituição está trabalhando para extinguir os que ainda não foram.

O processo de autoavaliação devidamente implantado por meio de uma oitiva democrática (técnicos-administrativos, alunos e professores) com base no Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação presencial e a distância permite a IES oferecer a si mesma, informações necessárias para desenvolver o PPC de acordo com as orientações do MEC garantindo um ensino e aprendizagem de qualidade.

2.16.3 Avaliação do Curso

O processo de avaliação do curso tem caráter educativo e pedagógico, deve motivar, constantemente, a melhoria da qualidade do curso por meio de ação democrática, fundada na participação e corresponsabilidade de todos.

A avaliação, como um processo formativo do curso, propiciará a identificação de desvios e correção de rumos, bem como a revisão e inovação de procedimentos direcionados a mudança de postura e à consolidação de uma cultura pedagógica mais adequada à missão do curso e da Faculdade.

Nesta perspectiva, a avaliação de curso na IES tem a finalidade de consolidar ações que garantam:

- Constante repensar do curso;
- Coerência das ações educativas com a missão da Faculdade;
- Coerência entre o proposto no Projeto de Curso e o vivenciado no cotidiano da sala de aula;
- Coerência entre o perfil profissional constante do projeto pedagógico e o desenvolvido pelo curso;
- Integração das diferentes ações de cada um dos cursos;
- Coerência dos planos de ensino e do projeto de curso;
- Corresponsabilidade de cada sujeito envolvido no processo educativo.

A avaliação de curso será realizada anualmente por todos os alunos matriculados e tem como objetivos:

- Buscar a constante qualidade das ações do curso;
- Provocar reflexões que redirecionem as ações e a superação ou minimização dos problemas levantados;
- Subsidiar as decisões acadêmico-administrativas no âmbito do curso;
- Aprofundar o conhecimento de aspectos detectados nas Avaliações Institucional anteriores;
- Colher subsídios complementares para a Avaliação Institucional

2.16.4 Avaliação do Planejamento e Execução do Trabalho Docente

O acompanhamento do trabalho docente ocorre por meio do Ambiente Virtual de Descrição dos atores. Cada ator envolvido no processo EaD desempenha, conforme normas estabelecidas para o EaD, funções específicas de acordo com o cargo que ocupa, conforme se relaciona a seguir.

Coordenador de Curso

- coordenar, acompanhar e avaliar as atividades acadêmicas do curso;
- participar das atividades de capacitação e de atualização desenvolvidas na
- Instituição de Ensino;
- participar do grupos de trabalho para o desenvolvimento de metodologia, elaboração de materiais didáticos para a modalidade a distância e sistema de avaliação do aluno;
- realizar o planejamento e o desenvolvimento das atividades de seleção e capacitação dos profissionais envolvidos no curso;
- elaborar, em conjunto com o corpo docente do curso, o sistema de avaliação do aluno;
- participar dos fóruns virtuais e presenciais da área de atuação;
- realizar o planejamento e o desenvolvimento dos processos seletivos de alunos; em conjunto com o professor;
- acompanhar o registro acadêmico dos alunos matriculados no curso;

- verificar —in loco o bom andamento dos cursos;
- acompanhar e supervisionar as atividades: dos tutores, dos professores, do coordenador de tutoria e dos coordenadores de pólo;

Coordenador de Tutoria

- participar das atividades de capacitação e atualização;
- acompanhar o planejamento e o desenvolvimento processos seletivos de tutores, em conjunto com o coordenador de curso;
- acompanhar as atividades acadêmicas do curso;
- verificar —in loco o bom andamento dos cursos;
- acompanhar o planejamento e desenvolvimento das atividades de seleção e capacitação dos tutores envolvidos no curso;
- acompanhar e supervisionar as atividades dos tutores;
- encaminhar à coordenação do curso relatório semestral de desempenho da tutoria.

Professor Conteudista

- elaborar e entregar os conteúdos dos módulos desenvolvidos ao longo do curso no prazo determinado;
- adequar conteúdos, materiais didáticos, mídias e bibliografia utilizados para o desenvolvimento do curso á linguagem da modalidade a distância
- realizar a revisão de linguagem do material didático desenvolvido para a
- modalidade a distância;
- adequar e disponibilizar, para o coordenador de curso, o material didático nas diversas mídias;
- participar e/ou atuar nas atividades de capacitação desenvolvidas na Instituição de Ensino;

Professor Formador – Mediador

- desenvolver as atividades docentes da disciplina em oferta na modalidade a distância mediante o uso dos recursos e metodologia previstos no projeto acadêmico do curso;

- coordenar as atividades acadêmicas dos tutores atuantes em disciplinas ou conteúdos sob sua coordenação;
- desenvolver as atividades docentes na capacitação de coordenadores, professores e tutores mediante o uso dos recursos e metodologia previstos no plano de capacitação;
- desenvolver o sistema de avaliação de alunos, mediante o uso dos recursos e metodologia previstos no plano de curso;
- apresentar ao coordenador de curso, ao final da disciplina ofertada, relatório do desempenho dos estudantes e do desenvolvimento da disciplina;
- participar de grupo de trabalho para o desenvolvimento de metodologia e materiais didáticos para a modalidade a distância.
- realizar a revisão de linguagem do material didático desenvolvido para a modalidade a distância;
- participar das atividades de docência das disciplinas curriculares do curso;
- desenvolver, em colaboração com o coordenador de curso, a metodologia de avaliação do aluno;;
- desenvolver pesquisa de acompanhamento das atividades de ensino desenvolvidas nos cursos na modalidade a distância;
- elaborar relatórios semestrais sobre as atividades de ensino no âmbito de suas atribuições, para encaminhamento à Coordenação do Curso, ou quando solicitado.

Tutor Presencial e a Distância

- mediar a comunicação de conteúdos entre o professor e os cursistas;
- acompanhar as atividades discentes, conforme o cronograma do curso;
- manter regularidade de acesso ao AVA e dar retorno às solicitações do cursista no prazo máximo de 48 horas;
- estabelecer contato permanente com os alunos e mediar as atividades discentes;
- colaborar com a coordenação do curso na avaliação dos estudantes;
- participar das atividades de capacitação e atualização promovidas pela Instituição de Ensino;

- elaborar relatórios mensais de acompanhamento dos alunos e encaminhar à coordenação de tutoria;
- participar do processo de avaliação da disciplina sob orientação do professor responsável;
- apoiar operacionalmente a coordenação do curso nas atividades presenciais nos polos, em especial na aplicação de avaliações.

Demais atores do Curso

Com o intuito de manter a qualidade do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública na modalidade à a distância, como padrão estipulado para os cursos presenciais optou se por instituir também uma coordenação do curso presencial para o curso a distância, quais sejam:

Coordenação de Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem – AVEA;

E as atribuições destes atores estão definidas pelas normas do ensino do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) que é uma ferramenta que possibilita ao docente disponibilizar Planos de Ensino, aulas ministradas, atividades acadêmicas, promover debates e fóruns, disponibilizar vídeos, postar textos possibilitando a interação professor/coordenação de curso e aluno de forma virtual.

Outra forma de acompanhamento do trabalho docente é por meio da CPA que traça o perfil do aluno ingressante, com objetivo de subsidiar os coordenadores e professores e tutores na atualização dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) e na atualização ou elaboração dos Planos de ensino e Planejamento das aulas.

Esta atualização dos Planos de Ensino e aula são avaliados, supervisionados e aprovados pelos coordenadores via portal, uma vez que são disponibilizados para a gestão institucional e para os alunos. Também a avaliação do planejamento e execução o trabalho docente é realizado pela CPA no processo de autoavaliação institucional, realizado semestralmente e com retorno aos docentes.

2.17 TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – TICs NO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM

As transformações operadas no âmbito da sociedade, provenientes, em grande medida, do acelerado desenvolvimento tecnológico experimentado nas últimas décadas, vêm exigindo a construção de novo *habitus* didático-pedagógico. Tudo isso implica, diretamente, na garantia de acesso às informações, criação e desenvolvimento de um ambiente científico e tecnológico, cabendo às instituições de ensino superior atuar no sentido de criar cursos e centros de extensão que possam contribuir, a médio e longo prazo, para o novo perfil do profissional requerido pelo mercado, que exige novas habilidades e aptidões.

A evolução tecnológica aplicada à educação é um fator presente dentro do planejamento acadêmico da Faculdade Impacto de Porangatu - FIP. Apropriar-se de novas tecnologias e agregar valor na oferta de conteúdos e atividades será uma busca constante da instituição. As ferramentas tecnológicas como facilitadores da relação professor (a) /aluno (a) e como fatores de flexibilização da oferta de disciplinas e currículos são hoje fatores de diferenciação e aproximação do novo contexto educacional. Contexto hoje de novas realidades pedagógicas com linguagem, desenho e formatação própria. Criar situações de interação pedagógica e superação das dificuldades inerentes ao processo é um desafio que precisamos enfrentar com novos recursos, novas habilidades e diferentes combinações de ferramentas e recursos tecnológicos.

O ensinar e o aprender estão sendo desafiados como nunca antes. Há informações demais, múltiplas fontes, visões diferentes de mundo. Educar hoje é mais complexo porque a sociedade também é mais complexa e também o são as competências necessárias. As tecnologias estão hoje ao alcance do estudante e do professor.

Os espaços acadêmicos da Faculdade Impacto de Porangatu - FIP vêm sendo reestruturados de forma a oferecer a conectividade através da rede sem fio. Com a conectividade o acesso às redes virtuais e outras tecnologias possibilitará a organização das aulas dentro e fora da sala de aula.

É com o propósito de participar na construção dessa nova realidade, cumprindo o seu papel de instituição de educação, que a Faculdade Impacto de Porangatu - FIP, implementou, considerando o conjunto das justificativas

apresentadas, no Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública – EaD como possibilidades de enfrentar os desafios impostos pela nova ordem econômica mundial e contribuir para maximizar a competência individual e coletiva diante das perspectivas amplamente favoráveis para seja para o profissional/professor, para o gestor, tendo em vista o grau de competitividade alcançado no mercado de trabalho, mobilizando-se no sentido de possibilitar uma formação sintonizada com o seu tempo e com as demandas e expectativas da sociedade.

A Instituição disponibiliza a seus alunos o laboratório de Informática equipado com máquinas com acesso à internet.

Os docentes possuem uma sala de professores e sala do NDE, com equipamentos de informática, todos com acesso à internet. Vale ressaltar que aos professores são disponibilizados também, através de agendamento, os recursos audiovisuais e de multimídia.

Os docentes e discentes da Faculdade Impacto de Porangatu - FIP possuem a sua disposição terminais de computadores existentes na biblioteca, todos para consulta ao acervo da biblioteca e trabalhos de pesquisa e estudos acadêmicos.

Assim sendo, em consonância com o cenário atual, a Faculdade Impacto de Porangatu - FIP pretende utilizar algumas ferramentas tecnológicas disponíveis para a busca pela excelência no seu processo ensino-aprendizagem. A ideia é estimular a comunicação instantânea, mantendo a sinergia física entre alunos e professores de maneira atrativa, colaborativa, criativa e dinâmica, extraindo o máximo de seus benefícios e que estes passem a ser uma extensão da sala de aula na busca por mais conhecimento, vez que abrem novas alternativas de aprender e ensinar.

Nesta assertiva, entre as principais ações de interatividade da Faculdade Impacto de Porangatu - FIP, com o meio digital, destaca-se o compromisso desta em incentivar e treinar os docentes para o uso dos recursos do Ambiente Virtual de Aprendizagem como suporte tecnológico inovador, na sua ação didática de sala de aula presencial, de maneira que até o final de 2023, já estando, até lá, todos os cursos reconhecidos os docentes estejam desenvolvendo atividades com carga horária pelo método semipresencial.

Ainda, dentro do mesmo prazo, inserir também nas suas atividades acadêmicas canais de comunicação online, intermediados por recursos físicos, com o objetivo de promover aprendizagem e interatividades a se falar dos seguintes:

- I. Internet;
- II. Fórum – Chats;
- III. Blogs - Listas de Discussão;
- IV. E-mails;
- V. Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem (AVA e AVP): Moodle;
- VI. Google Docs – documentos online, e;
- VII. Redes Sociais.

Desta forma, com o auxílio dos atuais recursos tecnológicos, que dispomos, e muitos outros que certamente estarão por vir, a Faculdade Impacto de Porangatu - FIP acredita ser possível que educador e educando ampliem seus conceitos e estreitem suas relações físicas e virtuais, colaborando significativamente para tornar o processo de educação mais eficiente e mais eficaz.

2.18 MATERIAL DIDÁTICO

O material didático é o elo entre as palavras e a realidade. A função principal deste é suprir a ausência do professor. Por isso, apresenta condições que facilitam um “diálogo didático”, servindo para orientar o aprendizado, proporcionando ajuda para entender eficazmente os conteúdos e propor espaços para participação e contextualização para a construção do conhecimento.

Os cursos propostos em EaD são realizados com base no material didático (livros e videoaulas) e com o suporte por meio do Portal AVA. O PDF do livro estará disponível para download, as videoaulas serão assistidas no próprio computador (vídeo streaming), além de estarem disponibilizadas também em DV ou VMP (cabe ao aluno escolher o formato mais adequado aos seus estudos). Todo material está estruturado de forma auto explicativa, o que vai ao encontro da proposta metodológica. Para organizar o auto estudo, também é disponibilizado no AVA, o calendário com a indicação do conteúdo a ser estudado.

Sobre o material didático:

1. Livros: Elaborados por professores qualificados, revisados e editados para esta metodologia de ensino. Os livros estão disponíveis em formato PDF.
2. Videoaulas: São aulas gravadas em estúdio por conceituados professores e editadas para que sejam veiculadas em forma de videoaulas. É de fundamental importância este recurso audiovisual no processo de aprendizagem, uma vez que além da explanação dos conteúdos, contam com enquetes, vinhetas, animações, entrevistas, depoimentos de profissionais da área, etc. As videoaulas estão disponíveis no Portal AVA, ou VMP.

3. Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA): O Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) denominado Impactoead é um facilitador do processo de ensino e aprendizagem na modalidade de educação a distância. Fazendo uso da tecnologia como uma ferramenta de mediação entre professores e alunos, que permite o esclarecimento de dúvidas, aplicação de exercícios de fixação, reforço e acompanhamento de desempenho individual.

2.18.1 Sistema de Controle, Produção e Distribuição

O material didático audiovisual é gravado por autores renomados e com experiência na formação de milhares de alunos. A videoaula possibilita a recapitulação de conteúdos para melhor assimilação. O material didático desenvolvido é composto por livros que podem ser impressos ou acessados pela internet. O material didático (audiovisual e escrito), é acessado pelo Portal AVA, uma plataforma exclusiva que contempla as necessidades de desenvolvimento e autonomia dos estudantes. Esse ambiente virtual possui livros digitais, videoaulas, atividades acadêmicas e materiais de apoio que facilitam o processo ensino-aprendizagem.

Todos os alunos matriculados nos cursos de graduação a distância da FIP, possuem acesso ao material didático composto por livros em PDF e videoaulas, que contemplam todo o conteúdo do curso, permitindo um aprendizado flexível e eficaz. Esse material é disponibilizado diretamente no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), de acordo com a matrícula feita pelo aluno.

Apesar dos avanços intelectuais e de informação com o advento da tecnologia, o livro ainda é fator de importância para o desenvolvimento da sociedade e para o crescimento intelectual dos indivíduos, assim como as videoaulas, que auxiliam na disseminação do conhecimento em locais afastados dos grandes centros urbanos.

2.19 AVA – AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM

A Faculdade Impacto de Parangatu – FIP, tem a assessoria da Editora InterSaberes para o conteúdo do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública – EaD. Esta Editora é especializada em conteúdos universitários. Esta editora possui um catálogo com mais de 1.000 obras nas áreas de educação, negócios, ciências sociais, letras e capacitação profissional.

O Ambiente Virtual de Aprendizagem é um facilitador do processo de ensino e aprendizagem na modalidade de educação a distância, fazendo uso da tecnologia como uma ferramenta de mediação entre professores e alunos, permitindo o esclarecimento de dúvidas, aplicação de exercícios de fixação, reforço e acompanhamento de desempenho individual.

A InterSaberes oferece conteúdo de qualidade, autores de renome, uma grande variedade de temas e títulos, linha gráfica moderna e atraente em diferentes formatos, mídias e suportes.

Desenvolvido para as disciplinas semipresenciais e para os cursos à distância da FIP é ferramenta eficiente para a transmissão de conteúdos on-line, pois possui recursos que possibilitam a integração de materiais de profissionais renomados. Com interface intuitiva, versátil, possibilita o acesso aos livros digitais e videoaulas por computadores e diferentes dispositivos móveis. Quanto às características gerais e técnicas do AVA da FIP:

1. A estrutura tecnológica do AVA da FIP é baseada em cloud computing³;
2. O servidor do sistema utiliza plataforma em nuvem, utilizando o maior player atual, ou seja, Amazon AWS⁴, baseando-se no modelo IaaS (Infrastructure as a service⁵);
3. O Monitoramento, por sua vez, é ativo 24x7, isto é, ininterrupto, provendo escalabilidade de acordo com a necessidade e sem limites;
4. O Backup é realizado diariamente, onde são gerados snapshots⁶ e armazenados em nuvem, além dos backups providos por versionamento;
5. Gerenciamento centralizado para proteção de vírus utilizando McAfee (proteção contra vírus, malwares, estouro de buffer⁷ e DLP – Data Loss Prevention⁸);
6. Sistema operacional Linux com Nginx + PHP-FIP para www. E Sistema operacional Windows com SQL Server Standard para banco de dados;
7. Administração de Sistema Operacional: Os serviços de administração de sistema operacional são realizados por equipes de arquitetos certificados pela Amazon AWS;
8. Banda Internet: Ilimitada.

³ O conceito de computação em nuvem (em inglês, cloud computing) refere-se à utilização da memória e das capacidades de armazenamento e cálculo de computadores e servidores compartilhados e interligados por meio da Internet, seguindo o princípio da computação em grade.

⁴ Amazon Web Services (tradução livre: Serviços Web da Amazon), também conhecido como AWS, é uma plataforma de serviços de computação em nuvem, que formam uma plataforma de computação na nuvem oferecida pela Amazon.com.

⁵ Infraestrutura como serviço.

⁶ Cópia instantânea de volume ou captura instantânea de volume.

⁷ Em segurança computacional e programação, um transbordamento de dados ou estouro de buffer (do inglês buffer overflow ou buffer overrun) é uma anomalia onde um programa, ao escrever dados em um buffer, ultrapassa os limites do buffer e sobrescreve a memória adjacente.

⁸ Prevenção de perda de dados.

2.20 PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO-APRENDIZAGEM

A avaliação dos processos de ensino-aprendizagem da Faculdade Impacto de Porangatu – FIP é processual, sistemática e compreende a frequência e a verificação de aprendizagem. Seu registro é realizado por meio de nota individual, em cada disciplina, de acordo com os objetivos e critérios de avaliação.

A verificação da aprendizagem e do desempenho acadêmico é feita de forma progressiva e/ou cumulativa, mediante instrumentos avaliativos adotados pelos docentes do curso, podendo atribuir diferentes pesos às atividades de avaliação da aprendizagem que compõe as Médias Parciais, desde que dê, previamente, ciência aos acadêmicos.

- Sobre o Sistema de Avaliação:

Conforme rege a legislação prevista na Portaria Ministerial nº40/2007, o no curso de Gestão Pública à Distância da Faculdade Impacto de Porangatu – FIP tem como sistema de avaliação:

- a) Prova/Avaliação Presencial: Através de avaliações com tempo, espaço e situação delimitados, sob a supervisão de um representante da instituição/polos. Todos os alunos do curso/disciplina estarão na mesma situação e assim sendo, poderão demonstrar que os trabalhos realizados a distância são fruto de seu esforço pessoal.
- b) Prova/Avaliação on-line: O espaço e a situação nesta modalidade estão livres para o aluno, porém com datas limites realização. Serão apresentadas atividades que devem ser respondidas através do Portal de Aprendizagem Virtual - AVA.

- Descrição das Avaliações dos processos de ensino-aprendizagem avaliativo:

- Avaliação presencial: trata-se de avaliação presencial, nominal, sem consulta e individual, específica a cada disciplina. A Avaliação Presencial é expressa por notas, graduadas de 0,0 (zero) a 6 (seis), com uma casa decimal sem arredondamento.

- Avaliação *online*: trata-se de avaliações interativas a serem realizadas por intermédio do Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA ao término de cada disciplina. A Avaliação On-line será expressa por notas, graduadas de 0,0 (zero) a 4,0 (quatro), com uma casa decimal sem arredondamento.

A média de cada disciplina será calculada através da soma das notas da Avaliação Presencial e a nota da Avaliação On-line.

- **Sobre a Nota para APROVAÇÃO:** igual ou maior que 6,0 (seis) por disciplina.

- **Sobre a REPROVAÇÃO nas disciplinas:** se o aluno não conseguir alcançar a média necessária para aprovação, ele deverá realizar prova final On-line através do Portal AVA. Portanto, o aluno só será concluinte quando for aprovado em todas as disciplinas da matriz curricular do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública – EaD da Faculdade Impacto de Porangatu – FIP.

2.21 NÚMERO DE VAGAS

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública – EaD, oferta 400 vagas anuais na modalidade de Ensino à Distância - EaD. Tal proposta toma como base a realidade local, pois é proporcional à necessidade da região a ser atendida pelo curso e está adequada à dimensão do corpo docente e às condições de infraestrutura física e tecnológica para o ensino e a pesquisa.

III. CORPO DOCENTE

A composição e funcionamento do colegiado de curso têm previsão regimental e regulamentação própria, as quais se comprovam através de documentos oficiais da Instituição.

As instâncias coletivas de deliberação e discussão de questões inerentes ao desenvolvimento e busca de excelência do curso irão contar com o Núcleo Docente Estruturante NDE, Colegiado de Curso e Conselho Superior, além de reuniões com todos os professores. Todas as reuniões são devidamente documentadas e repassadas ao grupo de professores do curso.

A Faculdade é administrada por órgãos Conselho Superior, Colegiado Geral, órgãos de apoio e outros serviços destinados a complementar as atividades da Faculdade, na forma de seu Regimento. Esses órgãos podem ser divididos de acordo com a sua missão, competências e atribuições regimentais.

Quadro I - Composição do Corpo docente do curso:

	Professor	Titulação	Regime de Trabalho	Formação
01	Lizandro Poletto	Doutor	Integral	Administração; Direito; Pedagogia; Filosofia; Letras; GRH.
02	Alciano Paula P. Guimarães	Especialista	Parcial	Administração
03	Anne Caroline Fernandes Alves	Mestre	Parcial	Letras, História
04	Brandina Mendonça de Castro Andrade	Mestre	Parcial	Ciências Econômicas
05	Clodoaldo Valverde	Doutor/ PhD	Integral	Pedagogia/ Direito/ Física/ Engenharia
06	Carolina Martins dos Santos Carvalho	Doutora	Integral	Psicologia
07	Fernanda Jerônimo dos Reis Mendonça	Especialista	Integral	Pedagogia/ Letras
08	Girlandia Rodrigues dos Santos	Especialista	Integral	Letras / Pedagogia
09	José Gilmar Carvalho	Mestre	Parcial	Ciências Contábeis

10	Maria Raimunda Pinto Cardozo	Mestre	Integral	Administração
11	Rodrigo Corrêa Pires	Mestre	Parcial	Direito
12	Roseli Vieira Pires	Doutora/ PhD	Integral	Administração/ Ciências Contábeis/ Pedagogia/ Direito
13	Suelma Rodrigues Duarte	Mestre	Parcial	Administração

3.1 ATUAÇÃO DO NÚCLEO DOCENTES ESTRUTURANTE - NDE

O Núcleo Docente Estruturante do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública – EaD da Faculdade Impacto de Porangatu - FIP, atenderá em sua plenitude às atribuições acadêmicas decorrentes de sua criação e atuação. É composto por cinco docentes vinculados ao curso, com significativa atuação profissional e de magistério, possuindo amplo conhecimento da concepção da proposta pedagógica do curso.

O perfil do Núcleo Docente Estruturante do curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública em EaD da Faculdade Impacto de Porangatu - FIP é coerente com o PPC, bem como, detentor de visões empreendedoras, analítica, crítica e ética da área profissional direta ou indiretamente ligada à atividade do setor e à macro área de concentração profissional.

Os professores indicados para o NDE do curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública em EaD são suficientes em número e reúnem competências associadas a todos os componentes da estrutura curricular. Sua dedicação é adequada à proposta do curso para garantir o bom nível de interação entre discentes e docentes. Os professores possuem qualificações adequadas às atividades que desenvolvem e para as quais foram recrutados, levando-se em consideração as características regionais da localidade do curso, bem como a concepção pedagógica proposta.

A competência global dos docentes, pertencentes ao NDE, pode ser inferida de fatores como qualificação acadêmica, experiência docente, habilidade para a comunicação, entusiasmo para o desenvolvimento de estratégias educacionais mais efetivas, participação em sociedades educacionais e técnico-científicas,

exercício efetivo de atividades educacionais, em áreas compatíveis com as do ensino nos programas dos cursos.

O NDE do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública em EaD possui atribuições acadêmicas de acompanhamento e atuação na concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico.

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública em EaD da Faculdade Impacto de Porangatu - FIP é o órgão consultivo responsável pela concepção, atualização e revitalização do Projeto Pedagógico do curso e tem por finalidade elaborar a política de ensino, pesquisa e extensão contemplados no PPC, e acompanhar a sua execução.

O Núcleo docente do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública – EaD atende à Resolução n.º 01/CONAES de 17 de junho de 2010, sendo composto por 5 docentes com atuação no curso, sendo 04 docentes em regime de tempo integral e 01 docente em regime de tempo parcial. Além disso, todos os integrantes do NDE possuem titulação em nível de pós-graduação lato sensu e/ou stricto sensu.

Quadro II Composição do NDE:

	Professor	Titulação	Regime de Trabalho	Formação
01	Lizandro Poletto	Doutor/ PhD	Integral	Administração
02	Brandina Mendonça de Castro Andrade	Mestre	Parcial	Ciências Econômicas
03	Clodoaldo Valverde	Doutor/ PhD	Integral	Pedagogia/ Direito/ Física/ Engenharia
04	Maria Raimunda Pinto Cardozo	Mestre	Integral	Administração
05	Roseli Vieira Pires	Doutora/ PhD	Integral	Administração/ Ciências Contábeis, Pedagogia, Direito

a) REGULAMENTO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE)

O presente regulamento visa estabelecer a estrutura organizacional do Núcleo Docente Estruturante dos Cursos de Graduação da Faculdade Impacto de

Porangatu - FIP, conforme a Resolução n^o 01 de 17 de junho de 2010 da Comissão Nacional de Avaliação.

CAPÍTULO I

DAS CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. O Núcleo Docente Estruturante (NDE) dos cursos da Faculdade Impacto de Porangatu – FIP é o órgão executivo e consultivo responsável pela concepção, atualização e revitalização do Projeto Pedagógico do curso e tem por finalidade elaborar e implantar a política de ensino, iniciação científica e extensão e acompanhar a sua execução, possuindo caráter deliberativo e normativo em sua esfera de decisão.

Parágrafo Único – É vedado ao Núcleo Docente Estruturante – NDE deliberar sobre assuntos que não se relacionem exclusivamente com os interesses da Instituição.

CAPÍTULO II

DAS ATRIBUIÇÕES DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Art. 2º. Atribuições do NDE:

- I. Apoiar as ações da coordenação;
- II. Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- III. Zelar pela integralização interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- IV. Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de iniciação científica e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;
- V. Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso;
- VI. Estabelecer o perfil profissional do egresso do curso;
- VII. Atualizar periodicamente o projeto pedagógico do curso;
- VIII. Conduzir os trabalhos de reestruturação curricular, para aprovação no
- IX. Colegiado de Curso, sempre que necessário;

- X. Supervisionar as formas de avaliação e acompanhamento do curso definidas pelo Colegiado;
- XI. Elaboração e implantação do Plano de melhorias acadêmicas;
- XII. Organização e divulgação dos eventos internos e externos;
- XIII. Elaborar planos de melhorias do curso possibilitando um melhor desempenho dos acadêmicos no ENADE;
- XIV. Analisar e avaliar os Planos de Ensino dos componentes curriculares;

CAPÍTULO III

DA CONSTITUIÇÃO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Art. 3º. O Núcleo Docente Estruturante – NDE é composto por um mínimo de 5 (cinco) professores pertencentes ao corpo docente do curso; ter pelo menos 60% dos seus membros com titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação *stricto sensu*; ter todos os membros em regime de trabalho em tempo parcial ou integral sendo pelos menos 20% em tempo integral; assegurar estratégia de renovação parcial dos integrantes do NDE de modo a assegurar continuidade no processo de acompanhamento do curso;

Parágrafo 1º- A titulação, a formação acadêmica e o regime de trabalho dos membros do NDE seguem as legislações vigentes expedidas pelo órgão federal.

Parágrafo 2º - Coordenador do Curso é o responsável por convocar e também participa das reuniões de NDE. Em caso de faltas e impedimentos será substituído pelo membro do Núcleo Docente Estruturante - NDE mais antigo no magistério.

Art. 4º. A indicação dos representantes docentes para a composição do NDE de cada curso será feita pelo Coordenador de Curso e aprovada pela Diretoria da Faculdade Impacto de Porangatu – FIP tendo sempre por base os professores lotados no curso naquele período e garantindo a permanência mínima de membros, desde o último ato regulatório, em conformidade com a legislação vigente, expedida pelo órgão federal.

CAPÍTULO IV

DAS REUNIÕES

Art. 5º. O Núcleo Docente Estruturante - NDE reúne-se ordinariamente, uma vez por bimestre e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Coordenador ou por 2/3 dos seus membros.

Parágrafo 1º - A convocação de todos os seus membros é feita pelo Coordenador de Curso mediante aviso com pelo menos 48 (quarenta e oito) horas antes da hora marcada para o início da sessão e, sempre que possível, com a pauta da reunião;

Parágrafo 2º - Somente em casos de extrema urgência poderá ser reduzido o prazo de que trata o *caput* deste artigo, desde que todos os membros do Núcleo Docente Estruturante – NDE tenham conhecimento da convocação e ciência das causas determinantes de urgência dos assuntos a serem tratados;

Parágrafo 3º - O Núcleo Docente Estruturante - NDE salvo quórum estabelecido por lei ou por este Regulamento, funciona e delibera, normalmente, com a presença da maioria absoluta de seus membros;

Parágrafo 4º - O Núcleo Docente Estruturante - NDE poderá requisitar junto à Secretaria da Faculdade, o pessoal técnico necessário para auxiliar nas suas atividades.

Art. 6º. A pauta dos trabalhos das sessões ordinárias será obrigatoriamente a seguinte:

- I Leitura e aprovação da Ata da sessão anterior;
- II Expediente;
- III Ordem do dia;
- IV Outros assuntos de interesse geral.

Parágrafo 1º - Podem ser submetidos à consideração do plenário assuntos de urgência, a critério do Núcleo Docente Estruturante – NDE, que não constem da Ordem do Dia, se encaminhados por qualquer um de seus membros;

Parágrafo 2º- A ata circunstanciada das reuniões, será lavrada por um dos membros do Núcleo Docente Estruturante - NDE, que, depois de lida e aprovada é assinada pelos membros presentes na reunião.

Art. 7º. Todo membro do Núcleo Docente Estruturante tem direito à voz e voto, cabendo ao Presidente o voto de qualidade.

Art. 8º. Observar-se-á nas votações os seguintes procedimentos:

- I Em todos os casos a votação é em aberto;
- II Qualquer membro do Núcleo Docente Estruturante pode fazer consignar em ata expressamente o seu voto;
- III Nenhum membro do Núcleo Docente Estruturante deve votar ou deliberar em assuntos que lhe interessem pessoalmente;
- IV Não são admitidos votos por procuração.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 9º - Os casos omissos serão resolvidos pelo Núcleo ou órgão superior, de acordo com a competência dos mesmos.

Art. 10º - O presente regulamente entra em vigor após aprovação pelo Conselho Superior.

3.2 EQUIPE MULTIDISCIPLINAR

O contexto atual de expansão do ensino superior e, particularmente, das possibilidades da educação a distância enquanto propiciadora de espaços de democratização da educação e de inclusão social, o trabalho conjunto entre as Equipes Multidisciplinares e os docentes da EaD certamente tem muito a contribuir.

Essa contribuição manifesta-se, particularmente, na possibilidade de uma construção coletiva de conhecimentos, na qualificação profissional e pessoal dos envolvidos e no material didático de qualidade que vem a ser oferecido através dessas parcerias, auxiliando no processo de ensino e de aprendizagem no contexto de educação a distância.

Em atendimento à Portaria nº 1.134, de 10 de outubro de 2016, a equipe multidisciplinar do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública em EaD é formada por 7 (sete) docentes e o profissional da T.I. de diferentes áreas do conhecimento e serão responsáveis pela concepção, produção e disseminação de tecnologias, metodologias e os recursos educacionais, contemplando desde o apoio pedagógico, as revisões linguísticas e técnicas, as ilustrações, as fotografias, a produção de audiovisuais, a diagramação, até a área de tecnologia da informação, para a educação a distância, os quais trabalharão 20% da carga

horária total on-line, para articular as disciplinas dentro do perfil multidisciplinar, crítico e autônomo em que deve estar pautado o profissional a se formar, ou seja, especializado em determinadas áreas, mas cômico do seu papel social.

A figura do docente e suas diversas funções, assumidas no ensino a distância, requer o auxílio de uma equipe que esteja apta a lhe dar suporte para o processo de ensino e aprendizagem.

Portanto, essa equipe multidisciplinar, trabalhando em conjunto com a coordenação do curso e em permanente diálogo, constituem-se como elementos fundamentais no processo de auxílio didático, pedagógico e técnico ao trabalho docente no âmbito da EaD, atendendo a demanda dos cursos de graduação e de pós-graduação da Faculdade e procurando constantemente aprimorar-se e atualizar-se para oferecer materiais de qualidade para a construção de conhecimentos do público EaD.

Quadro III Composição da equipe multidisciplinar:

	Professor	Titulação	Regime de Trabalho	Formação
01	Lizandro Poletto	Doutor/PhD	Integral	Administração/ Direito/ Letras/ Pedagogia/ GRH
02	Clodoaldo Valverde	Doutor/PhD	Integral	Engenharia/ Pedagogia/ Direito/ Física
03	Anne Caroline Fernandes Alves	Mestre	Parcial	Letras, História
04	Fernanda Jerônimo dos Reis	Especialista	Integral	Pedagogia
05	Maria Raimunda Pinto Cardozo	Mestre	Integral	Administração
06	Roseli Vieira Pires	Doutora	Parcial	Administração; Ciências Contábeis
07	Solange Silva Moreira	Especialista	Integral	Ciências Contábeis
08	Bladsthon Borges Araújo	Especialista	Integral	Sistemas de Informação

3.3 ATUAÇÃO DO COORDENADOR

Compete à coordenação administrar o curso de maneira que viabilize o processo educacional a que se propõe. Há a disponibilidade de carga horária satisfatória para a execução das atividades pertinentes à função, sendo elas, de assessoramento pedagógico ao professor, orientação didático-pedagógica ao discente, planejamento e execução das políticas educacionais do curso, supervisão das atividades extras sala de aula, assim como a elaboração e despacho de documentos oficiais e de normatização, sempre em consonância com as políticas institucionais e com a legislação pertinente, bem como em sintonia com o Colegiado do Curso.

A Coordenação do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública – EaD Faculdade Impacto de Porangatu - FIP é exercida pelo professor Lizandro Poletto⁹.

O Professor Lizandro Poletto possui Pós-Doutorado em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás - PUC GO; Doutorado em Ciências da Religião - Universidade Católica de Goiás- PUC GO; Mestrado em História - Universidade Federal do Paraná- Curitiba-PR. Pós-Graduado em Direito Penal - Faculdade de Educação Avançada do Noroeste Capixaba - FEAC- ES; Pós-Graduado em Direito Processual Penal - Universidade Cândido Mendes – SP; Pós-Graduado em Direito Educacional -Faculdade de Educação Avançada do Noroeste Capixaba - FEAC-ES; Graduado em Direito pela Faculdade Alfredo Nasser – Aparecida de Goiânia – GO.

O coordenador do curso é um profissional responsável pelas ações que sustentam um trabalho em equipe, através de uma gestão acadêmica participativa, que não trate apenas de administrar pessoas, mas de administrar com as pessoas.

A Faculdade Impacto de Porangatu - FIP, no exercício de suas atividades, necessita contar com pessoas proativas, responsáveis, dinâmicas, inteligentes, com habilidades para resolver problemas, tomar decisões. Nessa perspectiva, o coordenador é o profissional que deve identificar as necessidades dos professores, e com eles encontrar soluções que priorizem um trabalho educacional de qualidade.

O coordenador do curso deve ir além do conhecimento teórico, pois para acompanhar o trabalho pedagógico e estimular os professores é preciso percepção

⁹Link do Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9835489541775959>

e sensibilidade para identificar as necessidades dos alunos e professores, tendo que se manter sempre atualizado, buscando fontes de informação e refletindo sobre sua prática.

Entre as diversas atribuições do coordenador está o acompanhamento do trabalho docente, sendo ele o responsável pela conexão entre os envolvidos na comunidade educacional. A questão do relacionamento entre o coordenador e o professor é um fator crucial para uma gestão democrática e, para que isso aconteça com estratégias bem formuladas.

O coordenador deve manter seu foco. O coordenador precisa estar sempre atento ao cenário que se apresenta a sua volta valorizando os profissionais da sua equipe e acompanhando os resultados.

A atuação do coordenador do curso deve primar pela excelência considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos diretamente relacionados à gestão do curso, à relação com os docentes e discentes, e sua representatividade nos colegiados superiores da instituição.

Atuação do Coordenador

Compete ao coordenador administrar o curso de maneira que viabilize o processo educacional a que se propõe com atribuição de carga horária satisfatória para a execução das atividades pertinentes à função, sendo ela de assessoramento pedagógico ao professor, orientação didático-pedagógica ao discente, planejamento e execução das políticas educacionais do curso, supervisão das atividades extraclasse, assim como a elaboração e despacho de documentos oficiais e normatizadores, sempre em consonância com as políticas institucionais e com a legislação pertinente, bem como em sintonia com o Colegiado do Curso.

Com o intuito de obter excelência e consistência na qualidade da proposta educacional, a coordenação do curso, em linhas gerais, tem como atribuições:

- a articulação da comunidade acadêmica e técnico administrativa (docentes, discentes, funcionários técnico-administrativos, direção acadêmica, direção geral etc.);
- a articulação do curso e da FIP com o cenário empresarial privado e organizacional público, nas esferas federal, estadual e municipal; e

- a coordenação e fomento de atividades acadêmicas do curso de forma inter e transdisciplinar, bem como, correlacionadas com as demais áreas de atuação de ensino superior da FIP.

- As atividades do coordenador estão diretamente interrelacionadas e são flexíveis, tendo como principal objetivo cumprir e alcançar de forma adequada os objetivos gerais do curso.

Além de participar e presidir as reuniões do colegiado do curso, são também atribuições do Coordenador:

- representar o curso junto aos demais órgãos da Faculdade com direito a voto;

- convocar e presidir as reuniões do respectivo colegiado;

- supervisionar e fiscalizar a execução das atividades programadas pelo colegiado, inclusive a assiduidade docente;

- apresentar o relatório anual das atividades do curso a ser submetido à Diretoria;

- sugerir ao Conselho Superior - CONSUP a contratação ou dispensa de professores e pessoal técnico-administrativo, que diga respeito à sua Coordenação;

- exercer ação disciplinar no âmbito de sua jurisdição;

- distribuir encargos de ensino, pesquisa e extensão a docentes, respeitadas as cargas horárias e as especialidades;

- exercer atividades de supervisão dos cursos cuja maioria das disciplinas se ache vinculada ao seu respectivo curso; e

- exercer as demais atribuições que em razão da natureza recaiam no domínio de sua competência.

A coordenação acadêmica do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública – EaD é feita mediante contrato de trabalho.

A FIP tem por norma que o coordenador seja um profissional com vínculo em regime de tempo integral ou parcial, portador de experiência profissional acadêmica. Avalia-se ainda o potencial interdisciplinar dos docentes, dando preferência àqueles de maior adequação neste quesito, para ocuparem as funções de coordenação.

REGIME DE TRABALHO

O coordenadora do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública em EaD é contratado em regime de tempo integral, com 40 horas de atividades semanais, estando prevista carga horária para coordenação, administração e condução do curso.

3.4 ARTICULAÇÃO DA GESTÃO DO CURSO COM A GESTÃO INSTITUCIONAL

A articulação da gestão do curso com a gestão institucional se dará mediante o desenvolvimento das seguintes ações:

- Realização de reuniões com os professores do curso antes do início de cada semestre para discussão dos planos de ensino das disciplinas: dados de identificação, ementários, objetivos, conteúdos programáticos, metodologia de ensino-aprendizagem, metodologia de avaliação, bibliografias e cronograma;
- Levantamento junto aos registros acadêmicos da frequência, dos índices de evasão, dos trancamentos, dos resultados das avaliações, dentre outros aspectos, com o intuito de acompanhar o desempenho do discente;
- Levantamento junto aos docentes dos níveis de facilidades e dificuldades encontradas na administração das aulas;
- Promoção de reuniões com profissionais da área, dos setores público e privado da região;
- Realização sistemática de reuniões com os representantes estudantis em conjunto com os líderes de cada período do curso. Realização de avaliações sistemáticas do desempenho docente e discente, tanto de cunho quantitativo quanto qualitativo.
- Revisão sistemática do projeto pedagógico do Curso como um todo com a participação dos segmentos envolvidos no processo, tanto do âmbito interno como externo;
- Revisão sistemática dos procedimentos acadêmicos e administrativos utilizados pelo curso;

- Revisão dos meios de comunicação utilizados para os públicos internos e externos;
- Organização de atividades extracurriculares para promover a integração do corpo docente e discente, bem como, para complementar a aprendizagem dos alunos, com conhecimentos não programados no currículo que podem ser programados, por exemplo, em forma de seminários, *workshops*, etc;
- Realização de avaliações sistemáticas dos conteúdos ministrados em cada período no final do semestre;
- Coordenação da matrícula e supervisionar o trabalho de orientação acadêmica;
- Articulação das atividades acadêmicas desenvolvidas para o curso no sentido de propiciar a melhor qualidade do ensino;
- Coordenação da programação do horário de provas finais junto aos respectivos departamentos.

3.5 FUNCIONAMENTO DO COLEGIADO DE CURSO

A composição e funcionamento do colegiado de curso têm previsão regimental e regulamentação própria, as quais se comprovam através de documentos oficiais da Instituição. Destaca-se que a constituição e as atribuições do colegiado conferem excelente representatividade e importância nas decisões sobre os assuntos acadêmicos.

As instâncias coletivas de deliberação e discussão de questões inerentes ao desenvolvimento e busca de excelência do curso contam com o Núcleo docente Estruturante NDE, Colegiado de Curso e Congregação, além de reuniões com todos os professores. Todas as reuniões serão devidamente documentadas e repassadas ao grupo de professores do curso.

A Faculdade é administrada por órgãos, Conselho de Superior, Colegiado Geral, órgãos de apoio e outros serviços destinados a complementar as atividades da Faculdade, na forma de seu Regimento. Esses órgãos podem ser divididos de acordo com a sua missão, competências e atribuições regimentais.

A Coordenação do curso é a unidade básica da estrutura da Faculdade para todos os efeitos de organização acadêmica, administrativa, didático-científica e administração de pessoal, sendo integrado pelo coordenador e o colegiado do curso. O colegiado do curso reúne-se em separado, ordinariamente, em datas fixadas em calendário acadêmico e extraordinariamente quando convocados pelo coordenador ou a requerimento de um terço de seus membros. O Colegiado de Curso será integrado pelos seguintes membros:

- O Coordenador do Curso, que o preside;
- Todos do corpo docente do curso, com mandato de um ano, podendo haver recondução;
- um representante do corpo discente, indicado pelo Diretório ou Centro Acadêmico do Curso, com mandato de 01 (um) ano, sem direito a recondução.

Ao Colegiado de Curso aplicam-se as seguintes normas:

- O Colegiado funciona com a presença da maioria absoluta de seus membros e decide com maioria simples, salvo nos casos previstos no Regimento;
- O presidente do Colegiado, além de seu voto, tem, nos casos de empate, o voto de qualidade;
- As reuniões que não se realizem em datas pré-fixadas no calendário acadêmico são convocadas com antecedência mínima de quarenta e oito horas, salvo em caso de urgência, constando da convocação a pauta dos assuntos;
- As reuniões de caráter solene são públicas e funcionam com qualquer número;
- Das reuniões é lavrada ata, lida e assinada na mesma reunião ou na seguinte;
- É obrigatório e tem preferência sobre qualquer outra atividade o comparecimento dos membros às reuniões dos colegiados.

O Colegiado de Curso reúne-se bimestralmente e, extraordinariamente, quando convocado pela Diretoria Geral, pelo Coordenador de curso, por iniciativa

própria ou a requerimento de 2/3 dos seus membros, com indicação do motivo e convocado com antecedência mínima de 48 horas.

Compete ao Colegiado de Curso:

- Deliberar sobre o projeto pedagógico do curso, atendidas as diretrizes curriculares nacionais e as normas fixadas pela Congregação;
- Deliberar sobre os programas e planos de ensino das disciplinas ou unidades curriculares;
- Emitir parecer sobre os projetos de ensino, pesquisa e de extensão que lhe forem apresentados, para decisão final da Congregação;
- Pronunciar-se, em grau de curso, sobre aproveitamento e adaptação de estudos, assim como sobre aceleração e recuperação de estudos;
- Opinar, quando consultado, sobre admissão, promoção e afastamento de seu pessoal docente;
- Aprovar o plano e o calendário anual de atividades do Curso, elaborado pelo Coordenador;
- Promover a avaliação periódica do curso; e
- Exercer as demais competências que lhe sejam previstas em lei e no Regimento.

Quadro IV Composição do Colegiado:

	Professor	Titulação	Regime de Trabalho	Formação
01	Lizandro Poletto	Doutor/PhD	Integral	Administração
02	Girlandia Rodrigues dos Santos	Especialista	Integral	Letras/ Pedagogia
03	Maria Raimunda Pinto Cardozo	Mestre	Integral	Administração
04	Roseli Vieira Pires	Doutora/PhD	Integral	Administração/ Ciências Contábeis/ Pedagogia/ Direito
05	Creuza Araújo da Cruz Silva			Discente

a) REGULAMENTO DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS DOS CURSOS

CAPÍTULO I DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS

Art. 1º. O Curso é a unidade básica da Faculdade Impacto de Porangatu – FIP para todos os efeitos de organização administrativa e didático-científica, sendo integrado pelos professores das disciplinas e unidades curriculares que compõem o seu currículo, pelos alunos nele matriculados, e pelo pessoal técnico-administrativo nele lotado.

Parágrafo Único. O Curso é integrado pelo Colegiado de Curso, para as funções deliberativas, e pela Coordenadoria de Curso, para as tarefas executivas.

CAPITULO II DO COLEGIADO DOS CURSOS

Art. 2º. O Colegiado de Curso, subordinado à Coordenação do Curso, órgão consultivo, deliberativo e de assessoramento em questões didático-pedagógicas e administrativas do ensino, tem a seguinte composição:

- I O Coordenador de Curso, que o preside;
- II Corpo docente do curso, escolhidos por seus pares, com mandato de 01 (um) ano, podendo ser reconduzidos;
- III Um representante do corpo discente, indicado pelo Diretório ou Centro Acadêmico do Curso, com mandato de 01 (um) ano, podendo ser reconduzido.

CAPITULO III MANDATOS DO COLEGIADO DO CURSO

Art. 3º. Os membros do Colegiado de Curso têm os seguintes mandatos:

- I. Coincidente com o tempo de permanência no cargo consignado, no caso do Coordenador do Curso;
- II. Um ano para os representantes docentes, condicionado ao exercício da docência no curso, devendo ser substituído no caso de inexistência de vínculo com o curso;

III. Um ano para o representante discente.

IV. Os membros do colegiado poderão ser reconduzidos aos cargos mediante indicação e seus pares, inclusive o representante discente que poderá ser reconduzido.

Art. 3º. Os membros do Colegiado de Curso têm os seguintes mandatos:

- I Coincidente com o tempo de permanência no cargo consignado, no caso do Coordenador do Curso;
- II Um ano para os representantes docentes, condicionado ao exercício da docência no curso, devendo ser substituído no caso de inexistência de vínculo com o curso;
- III Um ano para o representante discente.
- IV Os membros do colegiado poderão ser reconduzidos aos cargos mediante indicação e seus pares, inclusive o representante discente que poderá ser reconduzido.

CAPÍTULO IV DAS REUNIÕES

Art. 4º. Os Colegiados dos Cursos reúnem-se ordinariamente, duas vezes por semestre e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Coordenador ou por 2/3 dos seus membros.

Parágrafo 1º - As convocações ordinárias são definidas pelo calendário acadêmico. As convocações extraordinárias de todos os seus membros são feitas pelo Coordenador de Curso mediante aviso com pelo menos 48 (quarenta e oito) horas antes da hora marcada para o início da sessão e, sempre que possível, com a pauta da reunião.

Parágrafo 2º - Somente em casos de extrema urgência poderá ser reduzido o prazo de que trata o *caput* deste artigo, desde que todos os membros do Colegiado tenham conhecimento da convocação e ciência das causas determinantes de urgência dos assuntos a serem tratados.

Parágrafo 3º - O Colegiado, salvo *quórum* estabelecido por lei ou por este Regulamento, funciona e delibera normalmente com a presença da maioria absoluta de seus membros;

Art. 5º. A pauta dos trabalhos das sessões ordinárias será obrigatoriamente a seguinte:

- I Leitura e aprovação da Ata da sessão anterior;
- II Expediente;
- III Ordem do dia;
- IV Outros assuntos de interesse geral.

Parágrafo 1º - Podem ser submetidos à consideração do plenário assuntos de urgência, a critério do Colegiado, que não constem da Ordem do Dia, se encaminhados por qualquer um de seus membros;

Parágrafo 2º- A ata circunstanciada das reuniões, será lavrada por um dos membros do Colegiado, que, depois de lida e aprovada é assinada pelos membros presentes na reunião.

Art. 6º. Todo membro do Colegiado tem direito à voz e voto, cabendo ao Presidente o voto de qualidade.

Art. 7º. Observar-se-á nas votações os seguintes procedimentos:

- I Em todos os casos a votação é em aberto;
- II Qualquer membro do Colegiado pode fazer consignar em ata expressamente o seu voto;
- III Nenhum membro do Colegiado deve votar ou deliberar em assuntos que lhe interessem pessoalmente;
- IV Não são admitidos votos por procuração.

CAPITULO V

COMPETÊNCIAS DO COLEGIADO DO CURSO

Art. 8º. Compete ao Colegiado do Curso:

- I Distribuir encargos de ensino, pesquisa e extensão entre seus professores, respeitadas as especialidades;

- II Deliberar sobre os programas e planos de ensino das disciplinas e unidades curriculares;
- III Emitir parecer sobre os projetos de ensino, pesquisa e extensão que lhe forem apresentados, para decisão final do Conselho Superior;
- IV Pronunciar-se sobre aproveitamento de estudos e adaptações de alunos;
- V Opinar sobre admissão, promoção e afastamento de seu pessoal docente;
- VI Aprovar o plano e o calendário anual de atividades do curso, elaborado pelo Coordenador; e
- VII Exercer as demais competências que lhe sejam previstas em lei e no Regimento.

CAPITULO VI

DAS DISPOSIÇÕES AO FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS DO CURSO

Art. 9º. Às reuniões dos órgãos colegiados aplicam-se as seguintes normas:

- I. Os órgãos colegiados têm regulamentos internos próprios, respeitadas as disposições constantes no Regimento Interno da IES;
- II. O colegiado funciona com a presença da maioria absoluta de seus membros e decide por maioria de votos dos presentes, salvo nos casos previstos neste Regimento em que se exija *quórum* e votação especial;
- III. As reuniões de caráter solene são públicas e funcionam com qualquer *quórum*;
- IV. Nas votações o Presidente do colegiado tem voto ordinário e, no caso de empate, decide por meio do voto de qualidade;
- V. Nenhum membro do colegiado pode participar de sessão em que aprecie matéria de seu particular interesse;
- VI. Ressalvados os impedimentos legais, nenhum membro do órgão colegiado pode recusar-se a votar;
- VII. As reuniões são convocadas pelo presidente, mediante edital, com antecedência mínima de 48 horas, em primeira convocação, ou de 24 horas em convocação subsequente, constando da convocação a ordem do dia;
- VIII. As reuniões são lavradas em atas, em livro próprio, lidas, aprovadas e assinadas pelo secretário, presidente e por todos os presentes, na mesma sessão ou na seguinte;

- IX. O comparecimento dos membros do colegiado às reuniões plenárias é de caráter obrigatório e tem preferência sobre qualquer outra atividade acadêmica, perdendo o mandato aquele que, sem motivo justificado, deixar de comparecer a mais de duas reuniões consecutivas ou quatro alternadas;
- X. As presenças são registradas em livro próprio de cada colegiado, mediante a aposição das assinaturas dos presentes;
- XI. Em caso de urgência manifesta, o presidente pode decidir *ad referendum*, sobre matéria de competência do colegiado, devendo submeter o seu ato, mediante justificativa, à ratificação na reunião imediata que se realizar;
- XII. Sempre que o assunto e interesse da matéria exigir, a critério do Diretor Geral, os colegiados podem se reunir e tomar decisões conjuntas, desde que convocados para esse fim, sendo lavrada ata de reunião conjunta e sancionados os atos decorrentes com as especificações necessárias.
- XIII. Orientar e acompanhar a vida acadêmica, bem como proceder adaptações curriculares dos alunos do curso;
- XIV. Deliberar sobre requerimentos de alunos no âmbito de suas competências;
- XV. Deliberar sobre transferências em ofício;
- XVI. Aprovar o horário de aulas;
- XVII. Elaborar e aprovar o Relatório Anual de Atividades;
- XVIII. Outras competências definidas pelo Regimento Interno da Unidade;
- XIX. Definir critérios para avaliação de programas de estágio e de monitoria bem como a elaboração das mesmas;
- XX. Apresentar ao Conselho Superior proposta de mudanças curriculares;

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10º. Este Regulamento entra em vigor a partir de sua aprovação pelo Colegiado de Curso, ratificada pelo Conselho Superior, revogando-se disposições anteriores.

Art. 11º. Os casos omissos e as interpretações deste regulamento serão apreciados pela Direção.

IV. CORPO DISCENTE

4.1 APOIO AO DISCENTE

A Faculdade Impacto de Porangatu – FIP proporcionará o atendimento extraclasse, realizado por todos os setores da instituição (Secretaria Acadêmica, Biblioteca, Coordenadoria do Curso, Professores em TI e TP, entre outros), a fim de proporcionar ao discente ambiente adequado ao êxito da aprendizagem.

A Faculdade Impacto de Porangatu – FIP desenvolverá o serviço de atendimento psicopedagógico ao discente, denominado Núcleo Psicopedagógico de Apoio ao Discente e Docente (NUPADD), para atender, mediar e solucionar situações que possam surgir no decorrer da vida acadêmica do corpo discente. Tem por objetivo oferecer acompanhamento psicopedagógico aos docentes, técnicos administrativos e discentes, e subsídios para melhoria do desempenho de alunos que apresentem dificuldades.

Contribui para o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem em geral, recuperando as motivações, promovendo a integridade psicológica dos alunos, realizando a orientação e os serviços de aconselhamento e assegurando sua adaptação, especialmente, dos ingressantes. Este serviço é coordenado por um profissional com formação na área de psicologia e/ou psicopedagogia e o atendimento deve ser caracterizado por orientações individuais a alunos encaminhados pelos professores, Coordenador do Curso ou àqueles que procurarem o serviço espontaneamente.

Programa de atendimento extraclasse da Faculdade Impacto de Porangatu – FIP consiste no atendimento aos alunos pelos professores e tem como objetivos:

- Propiciar ao aluno um espaço e momento para esclarecimento de dúvidas e aprofundamento de temas pertinentes à matéria;
- Permitir ao professor desenvolver atividades destinadas a sedimentar, junto aos alunos, os conhecimentos transmitidos em sala de aula;
- Nivelar turmas heterogêneas, que se encontrem em diferentes estágios dentro do processo de conhecimento.

O atendimento extraclasse será desenvolvido nas dependências da Faculdade, conforme o procedimento prescrito a seguir:

- I Verificada a dificuldade na aprendizagem de determinada disciplina, o aluno(s), deverá encaminhar ao Coordenador do respectivo curso, um requerimento solicitando um atendimento especial do professor.
- II Do requerimento, disponibilizado na Coordenadoria de Cursos, deverá constar:
 - a) Identificação do curso, da disciplina e respectiva turma, bem como do professor;
 - b) Justificativa do pedido;
 - c) Relação de temas/conteúdos a serem abordados pelo professor;
 - d) Indicação da data de início do(s) plantão(ões) do professor;
 - e) Disponibilidade de horário do aluno (s).
- III O requerimento deverá ser protocolado junto à Coordenação de Cursos até 07 (sete) dias úteis antes da data sugerida para o primeiro plantão.
- IV O Coordenador de Curso deverá se manifestar a respeito do requerimento dentro de 03 (três) dias úteis a contar do seu protocolo.
 - a) Avaliar os requerimentos para realização dos plantões, face à justificativa apresentada;
 - b) Contatar o professor da disciplina, expondo ao mesmo as alegações contidas no requerimento;
 - c) Deferido o pedido, organizar o(s) plantão (ões) de comum acordo entre o professor e os alunos;
 - d) Acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos através dos relatórios apresentados pelo professor/tutor, bem como pelo instrumento de avaliação respondido pelos alunos;
 - e) Manter a Diretoria da IES informada a respeito de todos os pedidos encaminhados, bem como das providências tomadas.

Constituem atribuições do Professor/Tutor:

- Definição de um plano de trabalho, em conjunto com o Coordenador, a partir do teor do requerimento apresentado pelos alunos;
- Solicitar a participação de um monitor, escolhido dentre os alunos da classe, para auxiliá-lo durante os plantões;
- Por ocasião dos plantões, retomar o conteúdo para esclarecimento de dúvidas, indicar a bibliografia destinada ao aprofundamento da disciplina,

desenvolver estudo de casos, propiciar a aplicação prática dos conhecimentos transmitidos e demais atividades destinadas ao enriquecimento do processo de ensino-aprendizagem;

- Registrar o comparecimento dos alunos e monitor(es) através da respectiva lista de presença;
- Apresentar ao Coordenador de Curso relatório sobre as atividades desenvolvidas, bem como os resultados alcançados.

Os números de plantões, bem como sua duração, serão definidos pelo Coordenador de Curso, de acordo com a dotação orçamentária destinada ao Programa de Atendimento Extraclasse.

Os plantões não poderão ser realizados em horários coincidentes com as aulas. Os recursos necessários aos plantões tais como salas de aula, aparelhos audiovisuais, laboratórios de informática, etc., deverão ser previamente agendados.

4.2 OUVIDORIA

A Ouvidoria Acadêmica da Faculdade Impacto de Porangatu – FIP é um órgão interno que representa o mecanismo de interação entre a comunidade acadêmica ou externa e as instâncias administrativas da IES, visando contribuir para o aperfeiçoamento da gestão institucional.

A Ouvidoria Acadêmica é nomeada e subordinada à Direção Geral e não possui poder deliberativo, executivo e de julgamento. No entanto, desde que observadas às disposições legais, estatutárias e regimentais aplicáveis, o Ouvidor exercerá suas funções com independência e autonomia.

4.3 ASSESSORIA PEDAGÓGICA

A Faculdade Impacto de Porangatu – FIP proporcionará o atendimento extraclasse, realizado por todos os setores da instituição (Secretaria Acadêmica, Biblioteca, Coordenadoria do Curso, Professores em TI e TP, entre outros), a fim de proporcionar ao discente ambiente adequado ao êxito da aprendizagem.

O programa de atendimento extraclasse da Faculdade Impacto de Porangatu – FIP concernente ao atendimento dos alunos pelos professores e tem como objetivos:

- Propiciar ao aluno um espaço e momento para esclarecimento de dúvidas e aprofundamento de temas pertinentes à matéria;
- Permitir ao professor desenvolver atividades destinadas a sedimentar, junto aos alunos, os conhecimentos transmitidos em sala de aula;
- Nivelar turmas heterogêneas, que se encontrem em diferentes estágios dentro do processo de conhecimento.

O atendimento extraclasse será desenvolvido nas dependências da Faculdade, conforme o procedimento prescrito a seguir:

- I. Verificada a dificuldade na aprendizagem de determinada disciplina, os alunos, deverão encaminhar ao Coordenador do respectivo curso, um requerimento solicitando um atendimento especial do professor.
- II. Do requerimento, disponibilizado na Coordenadoria de Cursos, deverá constar:
 - a) Identificação do curso, da disciplina e respectiva turma, bem como do professor;
 - b) Justificativa do pedido;
 - c) Relação de temas/conteúdos a serem abordados pelo professor;
 - d) Indicação da data de início do(s) plantão(ões) do professor;
 - e) Disponibilidade de horário dos alunos.
- III O requerimento deverá ser protocolado junto à Secretaria da Coordenadoria de Cursos até 07 (sete) dias úteis antes da data sugerida para o primeiro plantão.
- IV O Coordenador de Curso deverá se manifestar a respeito do requerimento dentro de 03 (três) dias úteis a contar do seu protocolo, devendo:
 - a) Avaliar os requerimentos para realização dos plantões, face à justificativa apresentada;
 - b) Contatar o professor da disciplina, expondo ao mesmo as alegações contidas no requerimento;
 - c) Deferido o pedido, organizar o(s) plantão (ões) de comum acordo entre o professor e os alunos;

- d) Acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos através dos relatórios apresentados pelo professor/tutor, bem como pelo instrumento de avaliação respondido pelos alunos;
- e) Manter a Diretoria da IES informada a respeito de todos os pedidos encaminhados, bem como das providências tomadas.

Constituem atribuições do Professor/Tutor:

- Definição de um plano de trabalho, em conjunto com o Coordenador, a partir do teor do requerimento apresentado pelos alunos;
- Solicitar a participação de um monitor, escolhido dentre os alunos da classe, para auxiliá-lo durante os plantões;
- Por ocasião dos plantões, retomar o conteúdo para esclarecimento de dúvidas, indicar a bibliografia destinada ao aprofundamento da disciplina, desenvolver estudo de casos, propiciar a aplicação prática dos conhecimentos transmitidos e demais atividades destinadas ao enriquecimento do processo de ensino-aprendizagem;
- Registrar o comparecimento dos alunos e monitor(es) através da respectiva lista de presença;
- Apresentar ao Coordenador de Curso relatório sobre as atividades desenvolvidas, bem como os resultados alcançados.

Os números de plantões, bem como sua duração, serão definidos pelo Coordenador de Curso, de acordo com a dotação orçamentária destinada ao Programa de Atendimento Extraclasse.

Os plantões não poderão ser realizados em horários coincidentes com as aulas. Os recursos necessários aos plantões tais como salas de aula, aparelhos audiovisuais, laboratórios de informática, etc., deverão ser previamente agendados.

4.4 ATENDIMENTO PSICOPEDAGÓGICOS

A Faculdade Impacto de Porangatu – FIP desenvolve o serviço de atendimento psicopedagógico ao discente, denominado Núcleo Psicopedagógico de Apoio ao Discente e Docente (NUPADD), para atender, mediar e solucionar situações que possam surgir no decorrer da vida acadêmica do corpo discente.

Tem por objetivo oferecer acompanhamento psicopedagógico aos discentes e subsídios para melhoria do desempenho de alunos que apresentem dificuldades.

Contribui para o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem em geral, recuperando as motivações, promovendo a integridade psicológica dos alunos, realizando a orientação e os serviços de aconselhamento e assegurando sua adaptação, especialmente, dos ingressantes.

Este serviço é coordenado por um profissional com formação na área de psicologia e/ou psicopedagogia e o atendimento deve ser caracterizado por orientações individuais a alunos encaminhados pelos professores, Coordenador do Curso ou àqueles que procurarem o serviço espontaneamente.

4.5 NÚCLEO PSICOPEDAGÓGICO DE APOIO AO DISCENTE e DOCENTE – NUPADD

O NUPADD oferece aos alunos da FIP a oportunidade de ampliar a discussão sobre questões que, de alguma forma, influenciam em seu rendimento acadêmico: seja na perspectiva de auxílio na resolução de conflitos que estão comprometendo o desempenho nos estudos, ou no sentido de contribuir para uma otimização na utilização de recursos pessoais e relacionais no que se refere ao desenvolvimento acadêmico e profissional.

O serviço é composto pelas seguintes linhas de desenvolvimento: atendimento psicopedagógico; orientação psicológica, orientação vocacional e gestão de carreiras. É importante destacar, que embora seja voltado para o desenvolvimento e aprimoramento acadêmico dos alunos, este Núcleo não tem intenção ou função de clínica psicoterapêutica, devendo fazer os devidos encaminhamentos, quando necessários.

Assim, o NUPADD oferecerá acompanhamento psicopedagógico ao corpo discente e subsídios para melhoria do desempenho de alunos que apresentam dificuldades, além de contribuir para o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem em geral, recuperando as motivações, promovendo a integridade psicológica dos alunos, realizando a orientação e os serviços de aconselhamento e assegurando sua adaptação, especialmente, dos ingressantes.

O NUPADD é coordenado por um profissional com formação na área de Psicologia e/ou Psicopedagogia.

Núcleo Psicopedagógico de Apoio ao Discente e Docente (NUPADD) é um órgão de apoio acadêmico e tem por finalidade apoiar os alunos da Instituição no desenvolvimento do seu curso de graduação.

O Núcleo Psicopedagógico de Apoio ao Discente e Docente (NUPADD) consiste em uma ação multidisciplinar voltada para o atendimento e orientação dos acadêmicos da Faculdade Impacto de Porangatu - FIP, no que tange ao acompanhamento, orientação e superação das dificuldades que venham a apresentar e que afetem o desempenho dos mesmos.

O NUPADD se organiza como um núcleo adjunto as Coordenações cursos, com a finalidade de prestar auxílio aos acadêmicos e assegurar continuidade no processo de acompanhamento dos discentes ao longo de sua trajetória acadêmica.

A proposta do NUPADD é oferecer apoio ao pleno desenvolvimento acadêmico e profissional dos discentes, por meio de atendimento de questões específicas e emergentes ao longo do processo educativo visando contribuir para o acompanhamento e orientação geral nos estudos.

4.6 NIVELAMENTO

O Programa de Nivelamento apresenta-se como uma das ações necessárias para a adaptação dos discentes no ensino superior que, além de experimentarem uma forte transição metodológica, trazem consigo muitas diferenciações em níveis de conhecimentos básicos.

O sistema de nivelamento tem por objetivo diminuir as diferenças de conhecimento básico necessário como pré-requisitos para determinado curso superior. O nivelamento é uma forma de proporcionar um equilíbrio de conhecimento em determinado assunto na turma que foi composta no início de cada curso, com isto as dificuldades de conhecimentos anteriores que deveriam ser advindos do ensino médio são supridas.

O Programa de Nivelamento tem caráter acadêmico pedagógico e de assistência ao aluno. Deverá ser realizado, sistematicamente, mediante diagnóstico dos alunos com dificuldade de aprendizagem e carência no domínio dos conteúdos, nos dois primeiros períodos, paralelamente, às demais disciplinas.

Esse programa objetiva reduzir problemas de desistência e reprovação nos períodos iniciais, possibilitar ao aluno a revisão e aprendizagem de conteúdos básicos e indispensáveis à aprendizagem em cursos superior e produzir metodologias que facilitem os estudos e o resgate dos conteúdos não assimilados pelos egressos do ensino médio. Os programas e as atividades de nivelamento são

organizados por professores, admitindo-se também, alunos em regime de monitoria, e gerenciados pela Coordenação do Curso.

São consideradas atividades de nivelamento: cursos, seminários, oficinas, aulas em disciplinas básicas ou específicas, assim relacionadas, como Língua Portuguesa e Informática e matemática.

4.7 MONITORIA

A Faculdade Impacto de Porangatu - FIP, através do Programa de Monitoria, institui monitores e bolsistas de iniciação científica, admitindo alunos regulares, selecionados pela Direção acadêmica em articulação com as Coordenações de Curso e designados pelo Diretor Acadêmico, dentre os estudantes que tenham demonstrado rendimento satisfatório na disciplina ou área de monitoria, bem como, aptidão para as atividades auxiliares de ensino, pesquisa, extensão e gestão acadêmica.

A monitoria e a bolsa de iniciação científica não implicam em vínculo empregatício e são exercidas sob a orientação de um professor e/ou de um profissional credenciado pela Faculdade, vedada a utilização de monitor e/ou bolsista para ministrar aulas teóricas ou práticas correspondentes à carga horária regular de disciplina curricular.

4.8 FUNDO DE FINANCIAMENTO AO ESTUDANTE DO ENSINO SUPERIOR FIES

O Programa de Financiamento Estudantil - FIES é destinado a financiar a graduação no Ensino Superior de estudantes que não têm condições de arcar com os custos de sua formação e estejam regularmente matriculados em instituições não gratuitas, cadastradas no Programa e com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo MEC.

Criado em 1999 para substituir Programa de Crédito Educativo – PCE/CREDUC, o FIES tem registrado uma participação cada vez maior das Instituições de Ensino Superior – IES e dos estudantes do país. Em 2007 foram 1.046 mantenedoras, 1.459 IES, 2.080 campi em todo Brasil. Desde 1999 já são mais de 500 mil estudantes beneficiados, com uma aplicação de recursos da ordem

de R\$ 4,6 bilhões entre contratações e renovações semestrais dos financiamentos desde a criação do programa.

A única forma de ingressar no Programa é mediante participação em Processo Seletivo de candidatos ao financiamento através do Site da Caixa Econômica Federal (www3.caixa.gov.br/fies) e do Banco do Brasil (WWW.bb.gov.br/fies), de modo a garantir a democratização de acesso ao FIES e, conseqüentemente, ao ensino superior.

A partir de 2005, o FIES passou a conceder financiamento também aos bolsistas parciais, beneficiados com bolsa de 50%, do [PROUNI – Programa Universidade para Todos](#). Apenas para este público já foram realizadas mais de 4,6 mil contratações.

Os critérios de seleção, impessoais e objetivos, têm como premissa atender à população com efetividade, destinando e distribuindo os recursos de forma justa e igualitária, garantindo a prioridade no atendimento aos estudantes de situação econômica menos privilegiada.

4.9 PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS PROUNI

O Programa Universidade para Todos PROUNI é um programa do Ministério da Educação, criado pelo Governo Federal em 2004, destinado à concessão de bolsas de estudo integrais e bolsas de estudo parciais (meia-bolsa) pra cursos de graduação e sequencias de formação específica, em instituições privadas de ensino superior, com ou sem fins lucrativos. É um benefício concedido ao estudante, na forma de desconto parcial ou integral. Sobre os valores cobrados pelas instituições de ensino privadas.

Os estudantes que atendam aos critérios definidos no programa podem concorrer a dois tipos de bolsa de estudo:

1. Instituições com fins lucrativos e sem fins lucrativos não beneficentes:
 - Bolsa integral: o estudante deverá ter renda familiar per capita de, no máximo, um salário mínimo e meio.
 - Bolsa parcial (meia bolsa): o estudante deverá ter renda familiar per capita de, no máximo, três salários mínimos.

2. Público que poderá ser atendido pelo programa:

- Estudantes que tenha cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou em instituição privada na condição de bolsista integral.
- Estudante que tenha feito o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM (ano vigente).
- Estudante portador de necessidades especiais.
- Professor da rede pública de ensino que se candidate a cursos de licenciatura destinada ao magistério e educação básica e pedagogia, independente da renda.

Só pode se candidatar ao ProUni o estudante que tiver participando do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM referente a cada ano e obtido a nota mínima de 45 pontos. Não são consideradas as notas obtidas nos ENEMs anteriores. Os Resultados do ENEM são usados como critério para a distribuição das bolsas de Estudo, isto é, as bolsas são distribuídas conforme as notas obtidas pelos estudantes no ENEM. Assim, os estudantes que alcançarem as melhores notas no exame terão maiores chances de escolher o curso e a instituição em que estudarão.

O ProUni visa atender as necessidades da população mais pobre do país, a qual fez o Ensino Básico em escola pública ou particular com bolsa integral.

V. INFRAESTRUTURA FÍSICA E RECURSOS DE APOIO PARA O CURSO

5.1 GABINETE DE TRABALHO PARA PROFESSORES DE TEMPO INTEGRAL E PARCIAL

Os gabinetes de trabalho para os docentes em tempo integral (TI) do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública em EaD Faculdade Impacto de Porangatu – FIP possuem infraestrutura necessária no que tange a equipamentos (computadores conectados à internet) e pessoal, e obedecem às normas de salubridade e segurança. Além disso, contam com os Laboratórios instalados no primeiro andar, para o desenvolvimento das atividades administrativas e didático-pedagógicas.

O NDE compartilha com a CPA, sala para reuniões e atividades, este ambiente possui horários agendados para o melhor aproveitamento das atividades acadêmicas.

5.2 ESPAÇO DE TRABALHO PARA COORDENAÇÃO E SERVIÇOS ACADÊMICOS

O gabinete de trabalho para o Coordenador do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública em EaD da Faculdade Impacto de Porangatu – FIP possui infraestrutura necessária no que tange a equipamentos (computadores conectados à internet) e pessoal e obedecem às normas de salubridade e segurança. Além disso, possui serviços de secretaria, a fim de atender as demandas burocráticas, e serviço de auxiliar de coordenação para atender as demandas acadêmicas rotineiras.

5.3 SALA DOS PROFESSORES

Visando uma convivência harmônica, a Faculdade Impacto de Porangatu – FIP criou espaços específicos para garantir o bom relacionamento pessoal e didático-pedagógico de seus docentes. Esses ambientes atendem aos padrões exigidos quanto à dimensão, limpeza, luminosidade, acústica, lazer e ventilação, bem como quanto ao estado de conservação dos mobiliários e equipamentos e a comodidade dos envolvidos às atividades planejadas. A sala de professores,

oferece infraestrutura com computador para preparo de atividades e é de uso exclusivo dos docentes. Além disso, para o planejamento, avaliação e discussão dos assuntos pertinentes ao andamento do curso, os docentes utilizam a sala de reunião, equipada segundo a finalidade a que se destina.

5.4 SALAS DE AULA

A Faculdade Impacto de Porangatu – FIP conta com um número de salas de aula suficiente para o funcionamento do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública em EaD e demais cursos da IES. Esses ambientes atendem aos padrões exigidos quanto à dimensão, limpeza, luminosidade, acústica e ventilação, bem como quanto ao estado de conservação dos mobiliários e equipamentos e a comodidade dos envolvidos às atividades planejadas.

5.5 LABORATÓRIOS DIDÁTICOS ESPECIALIZADOS: QUANTIDADE

As instalações e laboratórios específicos para o curso atendem aos requisitos de acessibilidade para portadores de necessidades especiais e são dotados dos equipamentos de segurança necessários a cada tipo de laboratório ou serviço, observando as normas da ABNT. O acesso aos laboratórios é planejado de modo que os alunos possam dispor, de, pelo menos, quatro horas diárias.

A Faculdade Impacto de Porangatu – FIP possui 2 Laboratórios de Informática disponível ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública- EaD, onde os equipamentos e instrumentos do Laboratório de Informática seguem as normas e padrões de qualidade e adequabilidade aos objetivos e anseios pedagógicos da Faculdade Impacto de Porangatu - FIP. Além disso, na aquisição de equipamentos leva-se em consideração a relação do número de alunos por máquina.

Os Laboratórios funciona durante o mesmo horário de funcionamento da Faculdade Impacto de Porangatu – FIP e têm por objetivo o desenvolvimento de atividades acadêmicas e de pesquisa que necessitem de recursos computacionais. Estes laboratórios, com acesso à internet, são compostos por --- computadores atualizados e compatíveis com as atividades acadêmicas, acesso à internet, obedecendo às condições de salubridade e segurança e com os softwares

necessários ao desenvolvimento do curso. (Sistema Operacional; Processador de Texto; Planilha de Cálculo; Gerenciador de Apresentações; Navegador *Web*; *Adobe Reader*; Antivírus.) Além dos *softwares*, descritos acima, especificamente para o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública em EaD. Os Laboratórios de Informática poderão ser utilizado também, além das atividades práticas acadêmicas dos discentes, para prestação de serviços diversos, desde que não prejudique o desenvolvimento das práticas didático-pedagógicas da comunidade acadêmica.

5.5.1 Laboratórios Didáticos Especializados: Qualidade

Os laboratórios possuem regulamentos próprios, que disponibilizam as normas de funcionamento, manuseio e trânsito em suas instalações. Todos são adequados ao quantitativo de alunos previstos e terão o funcionamento organizado através da implementação de cronograma de utilização e atividades a serem desenvolvidas. Os equipamentos serão criticados periodicamente, objetivando sua atualização. Ao mesmo tempo, os insumos necessários para o funcionamento dos laboratórios e a consequente dinâmica de aula, serão adquiridos regularmente, a partir de planejamento de alimentação e manutenção de cada laboratório. O acesso às suas dependências é fácil e possível mesmo para os que apresentam algum tipo de dificuldade motora.

5.5.2 Laboratórios Didáticos Especializados: Serviços

Os Laboratórios do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública - EaD seguem os padrões de segurança para que possam oferecer apoio instrucional e técnico à comunidade interna e externa. Para tanto, nos Laboratórios serão feitas atualizações conforme a necessidade dos alunos e professores e, pelo menos, duas vezes ao ano. As manutenções preventivas serão realizadas diariamente visando o perfeito funcionamento de todos os equipamentos. A manutenção e conservação dos laboratórios serão executadas por funcionários lotados nos cursos ou por pessoal especializado ou treinado para exercer estas funções e, quando não for possível resolver o problema na instituição, será encaminhado para uma empresa terceirizada, especializada em manutenção de equipamentos. Haverá supervisores por laboratório ou grupos de laboratórios definidos pelo órgão

responsável de administração dos laboratórios. Os procedimentos de manutenção serão divididos em três grupos: manutenção preventiva, manutenção corretiva e manutenção de emergência.

5.5.3 Empresa Júnior

A direção da Faculdade Impacto de Porangatu - FIP estimula seus alunos a participar da Empresa Júnior, alocando professores para as atividades de orientação (com horas remuneradas para tal), os alunos deverão constituir legalmente uma empresa, sob a supervisão do Coordenador Geral, tendo como metas principais:

Visão: ser uma empresa de vanguarda e reconhecida na comunidade por aplicar corretamente os princípios, técnicas e métodos da administração, da educação e das atividades acadêmicas ensinadas na Faculdade Impacto de Porangatu - FIP.

Missão: prestar bons serviços à comunidade visando o desenvolvimento, a cidadania, a qualidade de vida e o sucesso empresarial e profissional da Empresa Júnior da Faculdade Impacto de Porangatu - FIP.

Objetivos Permanentes:

- Ser um provedor natural de talentos humanos (profissionais), de modelos de excelência, criatividade, iniciativa, transparência, comprometimento com a ética e profissionalismo, para o mercado e região;
- Viabilizar projetos em parceria com a comunidade, voltados para o resgate do patrimônio histórico e cultural de Porangatu, revitalizando o município e os conceitos de civismo e cidadania;
- Desenvolver estudos e pesquisas, bem como atividades de treinamento e desenvolvimento em todos os níveis da sociedade;
- Incentivar e fomentar ações e projetos de preservação do meio ambiente em parceria com a sociedade;
- Estabelecer parcerias com entidades colaborando em projetos e ações comunitárias, sociais e outros, visando o bem-estar da comunidade e a melhoria da qualidade de vida;

- Prestar serviços à sociedade, proporcionando campanhas, treinamentos, orientações, esclarecimentos, ensinamentos, fundamentos e demais atividades para o bem-estar das pessoas e das famílias em geral;
- Prestar serviços de assessoria e consultoria, treinamento e desenvolvimento, eventos e empreendimentos compartilhados para o segmento da saúde, comércio, as indústrias, o setor de serviços, turismo, ONG'S (Organizações Não-Governamentais), sindicatos, igrejas, clubes de serviços e outros.

5.6 ACESSO DOS ALUNOS AOS EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E RECURSOS AUDIOVISUAIS E MULTIMÍDIAS

Os alunos poderão acessar os equipamentos dos Laboratórios de Informática da Faculdade Impacto de Porangatu - FIP, de acordo com as normas estabelecidas pelos órgãos colegiados competentes. Também estão disponibilizados aos alunos computadores na Biblioteca, cuja utilização deve respeitar a normatização deste ambiente de apoio acadêmico. Por fim, em todo complexo físico da Faculdade Impacto de Porangatu – FIP, existem pontos para acesso *wireless*, onde a comunidade acadêmica poderá se beneficiar desta tecnologia por meio de *notebook*, *netbook*, *tablet*, *ipad*, celular etc. Com relação à proporção aluno por máquina, alcança todos os alunos matriculados na Faculdade. O total de equipamentos disponíveis para acesso dos alunos nos Laboratórios de Informática são de 70 computadores e na Biblioteca 12 computadores, atingem 82 computadores. Desta forma, suportando bem toda comunidade acadêmica. Se levarmos em consideração que na Faculdade Impacto de Porangatu – FIP existe rede sem fio (*wireless*) os benefícios aos alunos são suficientemente grandes, onde toda comunidade acadêmica poderá se beneficiar, a qualquer momento, dos serviços disponibilizados pela internet por equipamentos próprios ou da instituição. Os espaços serão higienizados diariamente e contam com luminosidade e ventilação adequadas. Sobre a velocidade da internet, o plano contratado é o de IP Dedicado de 50 MB.

Através dos laboratórios de Informática da Faculdade Impacto de Porangatu – FIP os alunos possuem livre acesso aos computadores, é livre desde que os

laboratórios não estejam sendo utilizados ou estejam reservados para aulas ou outras atividades práticas.

Os alunos possuem acesso regular aos recursos audiovisuais da instituição como meio de diversificar e atualizar as práticas acadêmicas, estes equipamentos estão disponíveis na biblioteca e em salas devidamente preparadas e quando necessário os professores solicitam reservas para sua utilização, sendo feita através de reservas no departamento próprio.

5.7 ESPAÇO FÍSICO

A estrutura física da instituição possui três pavimentos sendo que os quais abrigam salas de aula, Biblioteca, laboratórios e o corpo técnico-administrativo (secretaria, tesouraria, coordenação, diretoria).

Atualmente, o espaço físico está formatado da seguinte forma:

Quadro V – Espaço físico (2023)

TIPO DE ÁREA	QT	Área
Salas de Aulas	22	1.213,66 m ²
Sala atendimentos	01	24,20 m ²
Salas de Coordenações	06	18 m ²
Sala de Professores	01	32 m ²
Sala de Reunião	01	27.34 m ²
Sala de Acervo Acadêmico	01	21.68 m ²
Sala do Escritório Modelo e Empresa Junior	01	26.85 m ²
Laboratórios de Física/Biofísica	01	32,02 m ²
Laboratórios de Química/Bioquímica	01	32,02 m ²
Laboratórios Informática	02	64,04 m ²
Laboratório de habilidades em Saúde	01	26.85 m ²
Laboratório de Anatomia	01	32,02 m ²
Laboratório de Fisiologia	01	32,02 m ²
Laboratório Citologia e Histologia	01	32,02 m ²
Laboratório Microscopia	01	32,02 m ²
Sala de Coleta de Material	01	26.85 m ²

TIPO DE ÁREA	QT	Área
Laboratório de Semiologia e Semiotécnica.	01	32,02 m ²
Laboratório de Práticas em Enfermagem	01	75,00 m ²
Laboratório Multidisciplinar de Segurança do Trabalho	01	75,00 m ²
Núcleo de Estudos e Práticas de Atendimentos Psicoterápicos (NEPAPSI)	01	70,00 m ²
Biblioteca	01	56.07 m ²
Brinquedoteca	03	150 m ²
Sala CPA	01	7.11 m ²
Sala NDE	01	7.11 m ²
Ouvidoria	01	8 m ²
Psicopedagógico	01	7.11 m ²
Sala Tempo Integral	02	14.22 m ²
Áreas de Eventos Culturais	01	203 m ²
Sanitários	08	48.31 m ²
Praça de Alimentação	01	203 m ²
Anfiteatro	01	56.02 m ²

Fonte: FIP (2023)

5.8 CONDIÇÕES DE ACESSO PARA PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

A Faculdade, integrada com os órgãos que reúnem e defendem os interesses dos portadores de necessidades especiais, procura continuamente adequar a Instituição para garantir o acesso a todos os alunos. Assim, o estacionamento de veículos conta com áreas reservadas para este grupo de alunos ou visitantes e o pessoal responsável pela vigilância e segurança estão treinados para oferecer assistência.

Havendo necessidade, os vigilantes ajudam estes a terem acessos aos seus meios de locomoção, retirando-os de seus veículos, acomodando-os e, sendo solicitado, conduzindo-os até o local desejado.

As calçadas possuem rampas de acesso nos padrões estabelecidos, permitindo que alunos ou visitantes portadores de necessidades especiais se

locomovam. Para as áreas na qual o acesso é feito por escadas, estes contam com o serviço de elevadores que lhes proporcionam total integração e participação em todas as atividades. Os sanitários também estão adaptados para uso dos alunos com necessidades especiais. O Apoio Psicopedagógico, desde o momento da matrícula faz as entrevistas e identifica as necessidades dos alunos para tomar providências como, por exemplo: carteiras especiais.

No que concerne a alunos portadores de **deficiência visual**, o Instituto de Educação do Norte Goiano assume o compromisso formal, no caso de vir a ser solicitada e até que o aluno conclua o curso:

- De manter sala de apoio equipada com máquina de datilografia em braile, impressora braile acoplada ao computador, sistema de síntese de voz, gravador e foto copiadora que amplie textos, software de ampliação de tela, equipamento para ampliação de textos para atendimento a aluno com visão subnormal, lupas, régua de leitura, scanner acoplado a um computador;
- De adotar um plano de aquisição gradual de acervo bibliográfico em braile e de fitas sonoras para uso didático.

Quanto a alunos portadores de **deficiência auditiva**, compromisso formal da instituição, no caso de vir a ser solicitada e até que o aluno conclua o curso:

- De propiciar, sempre que necessário o tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa, especialmente quando da realização e revisão de provas, complementando a avaliação expressa em texto escrito ou quando este não tenha expressado o real conhecimento do aluno;
- O tradutor e interprete da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) atuará:
 - I Nos processos seletivos para cursos na instituição de ensino;
 - II Nas salas de aula para viabilizar o acesso dos alunos aos conhecimentos e conteúdos curriculares, em todas as atividades didático-pedagógicas; e
 - III No apoio à acessibilidade aos serviços e às atividades-fim da instituição de ensino.
- De adotar flexibilidade na correção das provas escritas, valorizando o conteúdo semântico;
- De estimular o aprendizado da língua portuguesa, principalmente na modalidade escrita, para o uso de vocabulário pertinente às matérias do curso em que o estudante estiver matriculado;
- De proporcionar aos professores acesso à literatura e informações sobre a especificidade linguística do portador de deficiência auditiva.

- De disponibilizar equipamentos, acesso às novas tecnologias de informação e comunicação, bem como recursos didáticos para apoiar a educação de alunos surdos ou com deficiência auditiva.

A instituição, em atenção aos princípios da Política Nacional de Proteção aos Direitos das Pessoas com o **Transtorno do Espectro Autista**, pretende promover e assegurar, caso seja solicitada, desde o acesso até a conclusão do curso:

- A igualdade de condições para o acesso e a garantia de permanência na instituição, inclusive promovendo a capacitação de profissionais para o atendimento especializado (assistente de ensino e apoio);
- O desenvolvimento de métodos que se adéque aos Autistas para auxiliá-los no processo do ensino e aprendizagem, possibilitando-os a compreensão da capacidade de cada um e pontuando fatores como: a acessibilidade, a avaliação, o planejamento das aulas, o atendimento especializado, a participação dos pais na vida escolar, com o objetivo de estabelecer uma parceria escola-família, bem como respeitado o seu tempo de aprendizado. Dessa forma espera-se que todos esses elementos de forma conjunta possam somar para que cada aluno avance nesse processo de forma particular;
- A socialização com os demais atores da comunidade acadêmica, inclusive com os seus pares, os alunos. E, nesta relação motivar a compreensão e o respeito de uns para com os outros, conhecendo e respeitando a heterogeneidade que cada um representa e respondendo de acordo com suas potencialidades e necessidades apresentadas;
- O atendimento individualizado e reservado em sala de apoio equipada com recursos multifuncionais, necessários e indispensáveis a aprendizagem das pessoas com necessidades especiais sendo de grande importância de acordo à necessidade de cada aluno um ambiente favorável para se desenvolver de maneira saudável;
- A contratação ou formação continuada de professores com formação na área da Educação Especial. O termo professor especializado, conforme a Resolução CNE/CEB N° 2 estabelece, àquele que desenvolve: [...] competências para identificar as necessidades educacionais especiais para definir, implementar, liderar e apoiar a implementação de estratégias de flexibilização, adaptação curricular, procedimentos didáticos pedagógicos e práticas alternativas, adequados aos atendimentos das mesmas, bem como trabalhar em equipe, assistindo o professor de classe comum nas práticas que são necessárias para promover inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais. (BRASIL, 2001, p. 78. Art. 18, § 2º). É fato, que a inclusão na sala de aula está sendo aprendida no dia a dia, com a experiência de cada professor. "Mas não existe formação dissociada da

prática. Estamos aprendendo ao fazer", é o que pondera Cláudia Pereira Dutra, secretária de Educação Especial do Ministério da Educação (MEC);

- Ao final, não menos importante, estimular, entre os alunos, o interesse para a pesquisa científica relativa à temática da Pessoa com o Transtorno do Espectro Autista, em cumprimento às Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, tendo em vista a relevância do tema no momento atual que é de construção e respeito às adversidades da pessoa humana.

Além disso, será implantado nas dependências da FIP o "Projeto de Atendimento Educacional Inclusivo (PAEI)" que tem por objetivo o planejamento psicopedagógico na realização de atividades de ensino/ aprendizagem direcionadas aos alunos com dificuldade de aprendizagem envolvendo aspectos como: necessidades educacionais especiais (baixa visão/ cegueira, surdez, autismo, superdotação) diversidade étnico-racial, gênero e diversidade socioeconômica, inseridos nas salas regulares dos cursos oferecidos pela Faculdade Impacto de Porangatu – FIP.

5.9 BIBLIOTECA

Torna-se imperioso estruturar de forma continuada a biblioteca do Curso, no sentido de constituir-se em ferramenta básica de pesquisa do professorado e do alunado.

O sistema de informatização da biblioteca foi preparado pela bibliotecária da Faculdade Impacto de Porangatu – FIP, o qual já está devidamente implantado.

Como um meio importante de subsidiar consultas e informações bibliográficas, os dirigentes da Instituição promovem um salto qualitativo colocando à disposição dos seus corpos discente e docente as NTI (o uso intensivo da Internet, inclusive uma capacitação específica dos discentes e docentes na busca de textos, dados e outras informações na Internet), bem como possibilitar uma informação sempre atualizada. A Biblioteca possui um papel fundamental no sentido de facilitar e possibilitar o acesso à informação, com a preocupação de garantir o desenvolvimento científico, tecnológico e social da comunidade.

5.9.1 Acervo virtual

Além do conteúdo existente no Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA, também existe o acervo virtual por meio da Minha Biblioteca¹⁰, com mais de 12.000 (Doze mil) títulos on-line.

E ainda com a finalidade exclusiva de contribuir com o desenvolvimento e disseminação do conhecimento produzido no ambiente acadêmico, a Biblioteca da FIP oferece também vários links gratuitos de conteúdo eletrônico no Portal do Aluno.

A biblioteca da Faculdade Impacto de Porangatu – FIP disponibiliza aos vários cursos oferecidos, condições adequadas quanto à área física, acervo de livros, periódicos especializados, CD-ROM, bem como moderna gestão e informatização do acervo, pautada em política de atualização e expansão, além do acesso às redes de informação.

5.9.2 Serviços

A Biblioteca tem como objetivo principal servir como subsídio para alunos e professores para as atividades curriculares da Faculdade Impacto de Porangatu - FIP. Conta com um acervo atualizado nas várias áreas do conhecimento humano, além do grande número de assinaturas de jornais, revistas, periódicos científicos, revistas informativas e material audiovisual.

A Biblioteca funciona nos seguintes horários: de segunda a sexta-feira, das 07:00 às 22 horas, aos sábados, das 7:00 às 12:00 horas. As reservas de livros são realizadas no balcão de atendimento da biblioteca. O acervo é franqueado a alunos, professores, funcionários administrativos e visitantes.

¹⁰Consórcio formado pelas quatro principais editoras de livros acadêmicos do Brasil - Grupo A, Grupo Gen-Atlas, Manole e Saraiva - que oferece às instituições de ensino superior uma plataforma prática e inovadora para acesso a um conteúdo técnico e científico de qualidade pela internet. Através da plataforma Minha Biblioteca, estudantes terão acesso rápido e fácil a milhares de títulos acadêmicos entre as principais publicações de diversas áreas de especialização: direito, ciências sociais aplicadas, saúde, entre outras. Fonte: <https://minhabiblioteca.com.br/>

5.9.3 Pessoal técnico-administrativo

A Faculdade mantém no atendimento da Biblioteca, auxiliares que são bem treinados e qualificados para o bom atendimento e orientação dos usuários quanto ao acervo disponível, os quais são devidamente orientados pela bibliotecária.

5.9.4 Política de aquisição, expansão e atualização

A política de atualização e expansão do Acervo incorporou as tendências atuais da Biblioteconomia e da Ciência da Informação procurando atender ao que preconizam os padrões da Biblioteconomia e aos indicadores da Avaliação das Condições de Ensino do Ministério da Educação – MEC.

A atualização e expansão têm como objetivo subsidiar o processo de aquisição, e de permuta de materiais bibliográficos e audiovisuais, a partir da necessidade de implementação do acervo.

Assim, a política de atualização e expansão tem os seguintes objetivos:

- Identificar os campos de interesse da biblioteca;
- Favorecer o crescimento racional e equilibrado do acervo;
- Determinar os itens de informação compatíveis com a formação da coleção e interesses da Instituição;
- Determinar critérios mínimos para a duplicação de títulos;
- Estabelecer parâmetros para o descarte do material.

A atualização do acervo é feita com seleção e compras programadas, a partir de indicações de coordenadores, professores, alunos, bibliotecária, que atendam, sobretudo a bibliografia básica e complementar indicada no projeto pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública EaD e nos projetos pedagógicos dos demais cursos oferecidos pela Instituição.

A Biblioteca deve reunir em seu acervo, diferentes tipos de material, como:

- Número de referência (almanaques, censos estatísticos, dicionários linguísticos, enciclopédias, etc);
- Livros;
- Periódicos (revistas especializadas e gerais, jornais, etc);
- Todas as publicações editadas pela Instituição;
- Multimeios (CD-ROM, DVD, etc);

- Outras publicações de interesse da Instituição.

Em se tratando de uma biblioteca vinculada a uma instituição em desenvolvimento, a priori, deve privilegiar as áreas do conhecimento concernentes aos cursos de graduação em funcionamento. Para maior ou menor ênfase, a cada campo de conhecimento, devem ser analisados, com rigor, os seguintes tópicos:

- Número de oferta da matrícula por curso;
- Número de professores por curso;
- Matriz curricular;
- Demanda por disciplina.

Para a formação do acervo, é traçado um perfil da Instituição e de seus usuários, em termos de demanda informacional. É necessário ter conhecimentos mínimos acerca dos próprios materiais a ser adquirido o que só é possível via estudo de fontes de informação para seleção, com destaque para os (as):

- Materiais distribuídos por editores, distribuidores e livrarias-catálogos;
- Guias de literatura geral e especializada;
- Catálogos, listas de novas aquisições e boletins de outras bibliotecas;
- Sugestões de usuários;
- Visitas a livrarias, exposições literárias, feiras de livros e eventos similares;
- Informações coletadas através de redes eletrônicas de informação, com ênfase para a Internet.

Diante da inexistência de uma medida-padrão, a duplicação de títulos deve ser determinada pela demanda de cada título em particular, o que exige estatística de uso, e análise da possibilidade de utilização de outras publicações de conteúdo similar. No entanto, é de suma relevância verificar se a demanda é apenas transitória, decorrente da indicação de um professor "X" ou de um evento específico, o que nem sempre justifica a duplicação de títulos.

É preciso seguir o parâmetro ditado pela MEC, que prevê livros-texto em quantidade suficiente para atender aos alunos, idealmente da ordem de um exemplar para cada dez alunos. Este número é considerado como mínimo, estando a coleção de periódicos, permanentemente em desenvolvimento.

5.9.5 Implementação das Políticas Institucionais de Atualização do Acervo no Âmbito do Curso

As políticas usadas pela instituição para aquisição de livros, revistas e periódicos seguem critérios pré-estabelecidos, os quais visam atender as necessidades dos cursos por ordem de prioridades geridas nas discussões entre professores e coordenadores de cada curso.

Para efetivação dessa política de atendimento aos cursos, a Biblioteca passa semestralmente uma lista às coordenações de curso para que sejam elencados livros, periódicos, revistas e jornais, vídeos e CD-ROM, etc, que atuam como condição à aprendizagem e suporte teórico para alunos e professores do curso.

5.9.6 Bibliografia Básica

O acervo de livros da bibliografia básica para o funcionamento do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública EaD da Faculdade Impacto de Porangatu – FIP atende as necessidades dos conteúdos apresentados nas respectivas disciplinas. Além disso, a indicação da bibliografia básica tem por base os autores de renome das diversas áreas de conhecimento, em conformidade com os conteúdos do curso. Em cada disciplina foram indicados 3 títulos na bibliografia básica.

Para as disciplinas de todos os trimestres. O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública EaD possui hoje um acervo de bibliografias básicas o conjunto de obras constante na Minha Biblioteca com quantidade de acessos superior à 2000 assinaturas de cada unidade curricular disponível para consulta no acervo digital.

5.9.7 Bibliografia Complementar

O acervo complementar do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública EaD Faculdade Impacto de Porangatu – FIP atende as necessidades dos conteúdos apresentados nas respectivas disciplinas. Além disso, a indicação da bibliografia complementar tem por base a mesma linha de pensamento estabelecido pelos autores da bibliografia básica, construindo desta forma um elo,

porém não deixando de lado as visões de cada autor sobre um determinado assunto.

Em cada disciplina de todos os semestres foram indicados 5 títulos na bibliografia complementar por unidade curricular os quais disponíveis para consulta no acervo digital.

5.9.8 Periódicos Especializados

Para o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública EaD, a Instituição conta com um grande acervo assinaturas *on line* de periódicos especializados, indexado e corrente, abrangendo as principais áreas do curso.

VI REQUISITOS LEGAIS E NORMATIVOS

6.1 DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS DO CURSO

O Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública EaD está coerente com as diretrizes curriculares nacionais previstas no no Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia, 3ª ed. 2016, ao Decreto nº 5.626/2005 de 22/12/2005, possível de ser aferida ao longo de todo o Projeto.

6.2 COMPONENTES CURRICULARES

Os conteúdos foram distribuídos de forma a atender, igualmente, às Resoluções CNE/CES n.º 02/07, de 18 de junho de 2007, que dispões sobre a carga horária mínima e os procedimentos relativos à integralização e a duração do curso; e CNE/CES n.º 03/07, de 02 de julho de 2007, que dispõe sobre os procedimentos a serem adotados quanto aos conceitos de horas/aula.

6.3 DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E PARA O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA, AFRICANA E INDÍGENA

Nos termos da Lei n.º 9.394/96, com a redação dada pelas Leis n.º 10.639/2003 e Nº 11.645/2008 e da Resolução CNE/CP Nº 1/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP n.º 3/2004.

Essas diretrizes específicas encontram-se atendidas na disciplina de Sociologia e responsabilidade social.

6.4 DIRETRIZES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

Conforme disposto no Parecer CNE/CP n.º 8, de 06/03/2012, que originou a Resolução CNE/CP nº 1, de 30/05/2012.

Essas diretrizes específicas encontram-se atendidas disciplinas de ética é Responsabilidade Profissional. Gestão de Políticas Públicas, Relações étnico raciais, Direito Constitucional e em todas as disciplinas do curso.

6.5 ESTUDOS REFERENTES À TEMÁTICA DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

O tratamento dessa questão está incluso nas ementas das disciplinas de Relações étnico raciais, Gestão de Políticas Públicas e outras disciplinas, cujas temáticas estejam contempladas nas respectivas ementas, conforme termos explicitados no Parecer CNE/CP nº 3, de 10 de março de 2004, e na Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de Junho de 2004. É requisito legal e normativo a ser cumprido, conforme Instrumento de Avaliação de Cursos Superior de Tecnologia.

6.6 PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA PESSOA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Conforme disposto na Lei Nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, a Faculdade Impacto de Porangatu – FIP prevê para os discentes com espectro autista um atendimento diferenciado e especializado, por meio do atendimento psicopedagógico.

6.7 TITULAÇÃO DO CORPO DOCENTE

Todo corpo docente do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública EaD da Faculdade Impacto de Porangatu – FIP possui formação em pós-graduação *lato sensu* e/ou *stricto sensu*.

6.8 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE)

O Núcleo docente do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública EaD atende à Resolução n.º 01/CONAES de 17 de junho de 2010, sendo composto por 5 docentes com atuação no curso, sendo 04 docentes em regime de tempo integral e 1 docente em regime de tempo parcial. Além disso, todos os integrantes do NDE possuem titulação em nível de pós-graduação *stricto sensu*.

6.9 TEMPO DE INTEGRALIZAÇÃO

O curso atende ao tempo de integralização previsto na Resolução Nº 2, de 18 de junho de 2007.

6.10 CONDIÇÕES DE ACESSO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E/OU MOBILIDADE REDUZIDA

Conforme disposto na CF/88, art. 205, 206 e 208, na NBR 9050/2004, da ABNT, na Lei Nº 10.098/2000, nos Decretos Nº 5.296/2004, Nº 6.949/2009, Nº 7.611/2011 e na Portaria Nº 3.284/2003.

A IES apresenta condições de acesso para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida em todas as suas dependências.

6.11 DISCIPLINA DE LIBRAS (DEC. Nº 5.626/2005)

O PPC contempla a disciplina de libras na estrutura curricular. A disciplina está prevista no 8º Módulo (trimestre) do curso.

6.12 INFORMAÇÕES ACADÊMICAS (PORTARIA NORMATIVA Nº 40 DE 12/12/2007, ALTERADA PELA PORTARIA NORMATIVA MEC Nº 23 DE 01/12/2010, PUBLICADA EM 29/12/2010)

As informações acadêmicas encontram-se disponibilizadas de forma impressa e virtual.

6.13 POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (LEI Nº 9.795 DE 27 DE ABRIL DE 1999 E DECRETO Nº 4.281 DE 25 DE JUNHO DE 2002)

Há integração da educação ambiental às disciplinas do curso de forma transversal, contínuo e permanente, nos termos preconizados pela Resolução CNE/CP nº 2/2012 e também na disciplina de Planejamento Urbano e Meio Ambiente.